



UNEB – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO- GESTEC



NAJARA SANTOS DE OLIVEIRA

**A PMBA E O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: UM ESTUDO
DE CASO PARTICIPANTE SOBRE A DINÂMICA DE QUALIFICAÇÃO DOS
POLICIAIS PARA ATUAÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Processos Tecnológicos e Redes Sociais
LINHA TEMÁTICA: Tecnologias Aplicadas à Educação

Salvador – Bahia
Dezembro – 2016

NAJARA SANTOS DE OLIVEIRA

**A PMBA E O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: UM ESTUDO
DE CASO PARTICIPANTE SOBRE A DINÂMICA DE QUALIFICAÇÃO DOS
POLICIAIS PARA ATUAÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia aplicada à Educação- GESTEC. Área de Concentração 2 – Processos Tecnológicos e Redes Sociais, Temática: Tecnologias Aplicadas à Educação. Departamento de Educação, Campus I, Universidade do Estado da Bahia –UNEB, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Didima Maria de Mello Andrade

Salvador – Bahia
Dezembro – 2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Oliveira, Najara Santos de

A PMBA e o enfrentamento às violências: um estudo de caso para atuação em ambiente escolar / Najara Santos de Oliveira . – Salvador, 2016.
174f.

Orientadora: Dilma Maria de Melo Andrade.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação . Campus I.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Violência na escola - Bahia. 2. Vandalismo na escola - Bahia. 3. Policiais militares - Bahia. I. Andrade, Dilma Maria de Mel . II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 371.78098142

FOLHA DE APROVAÇÃO

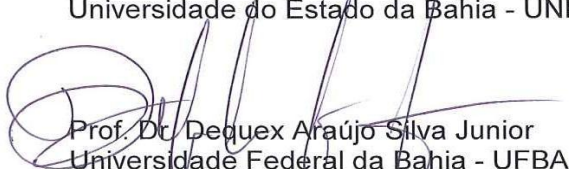
“ATUAÇÃO DA POLÍCIA NO ENFRENTAMENTO À VIOÊNCIA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO DE CASO PARTICIPANTE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA”

NAJARA SANTOS DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração II - Processos Tecnológicos e Redes Sociais, em 20 de dezembro de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Profa. Dra. Dídima Maria de Mello Andrade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB



Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Junior
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Profa. Dra. Jocenildes Zacarias Santos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB



Profa. Dra. Roberta Melo de Andrade Abreu
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

“EBENÉZER! Até aqui nos ajudou o Senhor”

Samuel 7:12

RESUMO

As discussões a respeito das violências que permeiam o ambiente escolar tem ganhado espaço no meio acadêmico. Contudo, pouco se discuti a respeito da inserção da polícia no ambiente educativo com vistas à prevenção e repressão dessas violências, embora a presença policial nas escolas seja uma realidade crescente na sociedade brasileira, desde a década de 1980. Este trabalho de pesquisa pretende adentrar nesta seara de discussão e do ponto de vista geral busca compreender como ocorre o processo de formação dos policiais, da Polícia Militar da Bahia - PMBA, que realizam intervenção nas escolas através do Programa de Resistência as Drogas – PROERD, da Ronda Escolar e de outras Unidades Operacionais e do ponto de vista específico, busca-se discutir as violências nas escolas; entender o papel da escola frente os casos de violência; compreender o papel da polícia nas instituições escolares e entender como ocorre o processo de formação dos policiais da Polícia Militar da Bahia para realizar intervenção nas escolas. A partir de discussões a respeito das violências que permeiam o espaço escolar, busca-se compreender o papel da escola frente a estes casos. Portanto, dentre os conceituados teóricos que tratam da questão acerca da escola como o lugar de socialização foram selecionados os autores, Charlot (2002), Abramovay e Graças Rua (2002), Sposito (2001) e Freitag (1980) que apontaram para a escola enquanto instituição socializadora que deve contribuir para a formação de sujeitos cidadãos, que possuam criticidade e busquem viver de forma plena e harmônica. O segundo momento trata das mudanças nas significações do papel da polícia em nossa sociedade, com ênfase na filosofia do policiamento de aproximação - adotado atualmente como doutrina na Polícia Militar da Bahia - bem como as diretrizes e implicações do policiamento comunitário escolar que norteiam as intervenções policiais nas escolas. Então tomou-se como base teórica Borges, et. al. (1975), Skolnick e Bayley (2006), Oliveira (2008), Dias Neto (2003, 2005) e Silva e Seixas (2014), por se tratar de autores que versam sobre assuntos pertinentes a essa pesquisa. O caminho metodológico trilhado foi baseado na metodologia do Estudo de Caso Participante, norteado pelos pressupostos teóricos de Yin (2005), Brandão (2006) e Andrade (2013). De modo que essa pesquisa se configura como um Estudo de Caso Participante caracterizado como sendo de caso único, de caráter explanatório e que possui três unidades de estudos - Programa de Resistência as Drogas, Ronda Escolar- RE e Bases Comunitárias de Segurança - BCS, tendo em vista os diferentes tipos de formação existentes no âmbito da PMBA para qualificação dos policiais que atuam nas escolas. Foram estabelecidas como fontes de coletas de evidências a observação participante, a realização de entrevistas estruturadas e espontâneas e a busca em documentos e arquivos. Feito este trabalho de campo, foi realizado o cruzamento dos dados encontrados nas diferentes fontes para a validação das evidências e obtenção dos resultados. Do apurado ficou evidenciado que a Polícia Militar da Bahia está apenas começando o seu processo de amadurecimento a respeito da compreensão sobre o seu papel ao realizar intervenções que visem o enfrentamento à violência nas escolas, empreendendo recentemente uma proposta de formação para os policiais neste sentido. Diante dos resultados obtidos foi realizada uma revisão do Curso de Policiamento Comunitário Escolar da PMBA e proposto algumas contribuições para o processo formativo dos policiais militares que realizarão este curso.

Palavras-Chave: Violência escolar. Função Social da Escola no enfrentamento às violências. Papel da Polícia nas Escolas. Formação dos policiais da PMBA.

ABSTRACT

As discussions about the violence that permeates the school environment has gained space in academia. However, there was little discussion about the inclusion of police in the educational environment with a view to preventing and repressing violence, despite a police presence in the machines of a population in a Brazilian society, since the 1980s. In this Seara of discussion and from the general point of view, the process of training of the Military Police of Bahia - PMBA, that carry out the intervention on the Program of Resistance as Drugs - PROERD, of the School Round and other Units Operations And from the specific point of view, it is tried to discuss like violence in the schools; Understand the role of the school in dealing with cases of violence; The role of the police in school schools and the understanding of the process of formation of the Military Police of Bahia to carry out intervention in schools. Based on discussions about the violence that permeates the school space, the role of the school in these cases is sought. The authors, Charlot (2002), Rua Abramovay e Graças (2002), Sposito (2001) and Freitag (1980) who pointed to a school were selected from among the renowned theorists who deal with the question of school as the place of socialization. As the socializing institution that should contribute to a formation of citizen subjects, which has a criticality and a bush in a full and harmonious way. The second moment of the changes in the significant changes in the role of police in our society, with a philosophy of approach policing - adopted as a doctrine in the Military Police of Bahia - as the guidelines and implications of school policing that guide as police interventions In schools So Was taken as theoretical basis Borges, et. Al. (1975), Skolnick and Bayley (2006), Oliveira (2008), Dias Neto (2003, 2005) and Silva and Seixas (2014). The methodological path was elaborated based on the methodology of the Participant Case Study, guided by the theoretical assumptions of Yin (2005), Brandão (2006) and Andrade (2013). So this research is configured as a Participant Case Study characterized as being a single case, of an explanatory nature and that has three units of studies - Resistance Program as Drugs, School-Rounds and Community Safety Bases - BCS. In view of the different types of training within the PMBA for the qualification of the staff. Participant observation, structured and spontaneous interviews and a search of documents and archives were established as sources of evidence collection. Once this fieldwork was done, the data from the various sources were cross - checked to validate the evidence and obtain the results. There is no evidence that the Military Police of Bahia is approaching its maturation process regarding the understanding of its role in carrying out interventions aimed at facing violence in schools. Considering the results obtained with a review of the School Community Policing Course of the PMBA and proposals for contributions to the educational process of education.

Keywords: School violence. Social Function of the School in dealing with violence. Role of Police in Schools. Training of PMBA police officers.

LISTA DE TABELAS

GRÁFICO 01	AVALIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA..... p 109
GRÁFICO 02	REALIZAÇÃO DE OUTROS CURSOS..... p 109
GRÁFICO 03	REALIZAÇÃO DO CURSO DA SENASP..... p 110
GRÁFICO 04	CONFIANÇA..... p 110
GRÁFICO 05	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO..... p 112
GRÁFICO 06	CONHECIMENTO SOBRE O ECA..... p 113
GRÁFICO 07	IDENTIFICAÇÃO COM O PCE..... p 114

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APM	Academia de Polícia Militar
Asp PM	Aspirante PM
BCS	Base Comunitária de Segurança
BCS/Itinga	Base Comunitária de Segurança de Itinga
BCS/Fazenda Coutos	Base Comunitária de Segurança de Fazenda Coutos
BEIC	Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação
BPChoque	Batalhão de Polícia de Choque
BPEC	Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargento
CB PM	Cabo PM
CAP PM	Capitão PM
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargento PM
CEGESP	Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública
CEL PM	Coronel PM
CEPREV	Curso de Especialização em Prevenção da Violência e Promoção da Cidadania
CESP	Curso de Especialização em Segurança Pública
CF	Constituição Federal
CFAP	Centro de Formação de Praças
CFCb	Curso de Formação de Cabos
CFSd	Curso de Formação de Soldados
CFSgt	Curso de Formação de Sargentos
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFOA	Curso de Formação de Oficiais Auxiliares
CG	Comando Geral
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
COPC	Curso de Operações de Choque
COPM	Comando Operacional de Policiamento Militar
CP	Código Penal Brasileiro
CPE	Comando de Policiamento Especializado
CPM	Colégio da Polícia Militar

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP	Crimes Violentos Contra o Patrimônio
DAÍ	Delegacia do Adolescente e Infrator
DARE	<i>Drug Abuse Resistance Education</i>
DGE	Diretriz Geral de Ensino
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EA	Escola de Administração
EA/UFBA	Escola de Administração/Universidade Federal da Bahia
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
GRAER	Grupamento Aéreo
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GT	Grupo de Trabalho
IARA	Identificação, Análise, Resposta e Avaliação
IEP	Instituto de Ensino e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LJNG	Legislação, Jurisprudência e Normas Gerais
MAJ PM	Major PM
MJ	Ministério da Justiça
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP	Medida Provisória ou Ministério Público
NE	Núcleos de Ensino
ONG	Organização Não Governamental
ONG UNIPAZ	Organização Não Governamental Universidade Internacional da Paz
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organização Policial Militar
PC	Polícia Civil
PCE	Policiamento Comunitário Escolar
PEC	Patrulha Escolar Comunitária
PF	Polícia Federal

PFF	Polícia Ferroviária Federal
PJDIJ	Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude
PM	Polícia Militar ou Policial Militar
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMES	Polícia Militar do Espírito Santo
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PMSP	Polícia Militar de São Paulo
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PPCid	Projeto Polícia Cidadã
PPV	Programa Pacto pela Vida
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROERD	Programa Educacional de Resistência às drogas e à Violência
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RE	Operação Ronda Escolar
Rede EaD	Rede de Educação à Distância
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RONDESP	Companhia de Rondas Especiais
Sd PM	Soldado da Polícia Militar
SEC	Secretaria de Educação
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sgt PM	Sargento PM
Sub Ten PM	Subtenente PM
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN PM	Tenente PM
Ten Cel PM	Tenente Coronel PM
UE	Unidade de Ensino
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFMB	Universidade Federal de Minas Gerais
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOPM	Unidade Operacional de Polícia Militar

VIJ	Vara da Infância e da Juventude
5º BPM	Quinto Batalhão de Polícia Militar
8º BPM	Oitavo Batalhão de Polícia Militar
13ª CIPM	Décima Terceira Companhia Independente da Polícia Militar
15ª CIPM	Décima Quinta Companhia Independente da Polícia Militar
19ª CIPM	Décima Nona Companhia Independente da Polícia Militar
20ª CIPM	Vigésima Companhia Independente da Polícia Militar
31ª CIPM	Trigésima Primeira Companhia Independente da Polícia Militar
81ª CIPM	Octogésima Primeira Companhia Independente da Polícia Militar

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

ORGANOGRAMA 01	SISTEMA DE ENSINO DA PMBA.....	p 95
ORGANOGRAMA 02	TIPOS DE CURSOS EXISTENTES NA PMBA.....	p 98
IMAGEM 01	AMEAÇA.....	p 52
IMAGEM 02	AMEAÇA COM ARMA.....	p 52

SUMÁRIO

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
2 – CAPÍTULO 1: O PERCURSO METODOLÓGICO	22
2.1 – O ESTUDO DE CASO PARTICIPANTE E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	23
2.2 – ELEGENDO AS FONTES DE EVIDÊNCIAS.....	27
2.3 – ESTABELECENDO AS QUESTÕES NORTEADORAS.....	31
2.4 - CONHECENDO AS UNIDADES DE ESTUDO.....	32
2.3.1 Operação Ronda Escolar.....	34
2.3.2 Programa Educacional de Resistência às Drogas.....	37
2.3.3 As Bases Comunitárias de Segurança.....	39
3 – CAPÍTULO 2: DISCUTINDO O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	42
3.1 VIOLÊNCIAS DA ESCOLA	43
3.1.1 – A Escola e a Violência Estrutural.....	44
3.1.2 – A Violência Simbólica ou Institucional.....	48
3.2 VIOLÊNCIAS NA ESCOLA.....	50
3.2.1 – Violência Interpessoal.....	50
3.2.1.1 – Violência não física.....	51
3.2.1.2 – <i>Bullying</i>	52
3.2.1.3 – Violência Física.....	54
3.2.1.4 – Violência Sexual.....	57
3.3 VIOLÊNCIA À ESCOLA.....	59
3.4 ENTENDENDO A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O SEU PAPEL NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS.....	62
4 – CAPÍTULO 3: COMPREENDENDO O PAPEL DA POLÍCIA NAS ESCOLAS.....	67
4.1 – DISCUTINDO O PAPEL DA POLÍCIA.....	67
4.2 -POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	71
4.2.1 – Do Corpo de Polícia à Polícia Comunitária.....	71
4.2.2 – Compreendendo o Policiamento Comunitário.....	81
4.2.3 – Policiamento Comunitário Escolar.....	85
4.2.3.1 Princípios e Objetivos do PCE.....	86

4.2.3.2 Condutas a ser evitadas no desenvolvimento do PCE...	88
4.2.3.3 Experiências de Policiamento Escolar no Brasil.....	90
5 – CAPÍTULO 4: COMPREENDENDO A DINÂMICA DA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS DA PMBA PARA DESENVOLVIMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR.....	92
5.1 – DESVELANDO O SISTEMA DE ENSINO DA PMBA.....	93
5.1.1 – Descobrindo as Modalidades de Ensino.....	97
5.2 – COMPREENDENDO A DINÂMICA DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.....	99
5.2.1 – O Curso Nacional de Instrutor do PROERD.....	102
5.2.2 – A Qualificação de policiais das BCS e outras UOPM: Os primeiros passos para o estabelecimento de uma doutrina em PCE na Bahia.....	105
5.2.3 - Operação Ronda Escolar e a formalização de um curso próprio.....	114
5.3 – CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO FORMATIVO DOS POLICIAIS MILITARES DA BAHIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PCE.....	118
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICES	
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA/PROERD.....	138
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA/RONDA ESCOLAR.....	140
APÊNDICE C – PRODUTO FINAL.....	142
ANEXO	
ANEXO 1 – PROJETO DO CURSO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR.....	148

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sendo oficial da Polícia Militar da Bahia – PMBA, tive a oportunidade de palestrar em reuniões e/ou seminários - em escolas localizadas nas cidades de Santo Amaro e Terra Nova, no interior da Bahia, bem como no bairro de Itinga, na Região Metropolitana de Salvador – RMS, com objetivo de realizar intervenções de cunho repressivo, punitivo, como também ações de ordem preventiva tendo como público alvos educadores e estudantes. Assim, esse trabalho emergiu dessas vivências experienciadas em função de minha profissão.

A Polícia Militar - PM é a força pública estatal responsável pelo policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, como bem explicita o *Caput* do Art. 5º da Constituição Federal (1988). Para exercer o cumprimento do seu dever constitucional, ela se utiliza da ostensividade e lança mão de procedimentos que visam prevenir e coibir ações que resultem em desordens e crimes. Em virtude da sua missão que preconiza o trabalho ostensivo e fardado pelas ruas, a PM é a figura mais visível do Estado e a que primeiramente chega às ocorrências que envolvem situações de violência e de criminalidade, como as ocorridas, atualmente, em algumas escolas.

Neste aspecto, pesquisas como a de Oliveira (2008), realizadas aqui no Brasil, apontam para união da Polícia Militar e da Escola desde a década de 1980 por força de um elemento desestruturante e devastador: a violência. Inicialmente a polícia era chamada a escola para resolver problemas de ações contra o patrimônio, como pichações e depedrações. Entretanto, com o avançar do tempo, a situação tem se agravado devido à incidência de ações ligadas ao tráfico e uso de drogas, no entorno e/ou interior, de algumas instituições de ensino.

Ainda neste sentido, cabe frisar o breve balanço a respeito das pesquisas sobre violência escolar no Brasil realizado por Sposito (2001), no qual a mesma aponta que durante a década de 80 até o ano 2000 a violência em meio escolar foi examinada pelos pesquisadores como em decorrência de um conjunto significativo de práticas escolares inadequadas (violência institucional), bem como foi investigada enquanto um dos aspectos que caracterizam a violência na sociedade contemporânea (violência estrutural). E neste último, parte dos trabalhos pesquisou a dinâmica de funcionamento de escolas situadas em áreas sob a influência do tráfico de drogas ou do crime organizado.

Do resultado dessas pesquisas constatou-se que o tema da violência estava se tornando um campo promissor de interesse dos investigadores nas Ciências Sociais. Porém o levantamento empreendido junto às várias instituições do país não registrou nenhum estudo sobre violência escolar. De forma que a autora entendeu que em 2000 a violência nas escolas ainda era um tema incipiente no âmbito acadêmico, pois existiam apenas nove trabalhos – entre dissertações e teses - realizados sobre essa temática, dentre os 8.667 existentes.

Com o passar do tempo, aumentou-se o quantitativo de estudos a respeito da violência escolar, contudo uma realidade atrelada a este fenômeno - a presença da polícia na escola para ajudar a prevenir e coibir esse tipo de ocorrência - ainda é pouco estudado nos dias atuais, pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*, aqui na Bahia. Digo isto, pois após uma busca realizada no repertório de teses e dissertações dos programas de mestrado e doutorado da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Estadual da Bahia - UNEB e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB, não foram encontrados nenhuma pesquisa que envolvesse essa temática.

Contudo, fora do Estado, encontrei a tese de Oliveira (2008)¹, atrelada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, na qual o autor trata da policialização da violência escolar, a partir de um estudo de caso na Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG. De acordo com o autor, a ação policial nas escolas aqui no Brasil se caracterizou inicialmente pela intenção da polícia de estender os seus tentáculos na identificação de criminosos que atuavam na escola e/ou no seu entorno. Contudo, posteriormente, passou a ser fruto das solicitações realizadas pelos diretores escolares em virtude de ações de pichação e vandalismo.

Em princípio, tais ocorrências eram resolvidas por policiais que trabalhavam no policiamento ordinário²; entretanto, com o tempo e o atendimento recorrente a esse tipo de demanda, que possui características próprias - como lidar com crianças e adolescentes e o acontecimento de ocorrências dentro do ambiente educativo - as

¹ A tese pode ser encontrada no banco de dados da Biblioteca Digital da UFMG através do link < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84XPAH>>

² Nomenclatura utilizada na atividade policial para se referir ao policiamento ostensivo realizado nas ruas diuturnamente com o intuito de atender a qualquer demanda advinda da sociedade. Para Oliveira (2008) o policiamento ostensivo traz uma condição implícita de visibilidade, onde nada deve ficar oculto. O policiamento ostensivo deve estar em consonância com a ideia de se ter uma polícia não mais como uma unidade aquartelada, mas como uma força que atue ao lado da população com funções bem definidas.

polícias começaram a perceber a necessidade de criar um tipo de policiamento específico para atender as ocorrências vinculadas ao âmbito escolar.

Cito, também, como fonte de motivação a forte pressão da imprensa em noticiar casos de violência ocorridos em ambiente escolar (OLIVEIRA, 2008) e à necessidade de reconfiguração do papel da polícia imposto pelo processo de redemocratização do país, que tornou a população mais atenta ao serviço policial e menos tolerantes aos seus abusos. Tais motivos, aliados à influência do policiamento comunitário que advinha da Europa e começava a ganhar força no país, em virtude desta necessidade de mudança na forma de atuação da polícia (SENASP, 2010) deu origem paulatinamente a alguns projetos de policiamento escolar em diversas partes do Brasil em momentos posteriores a década de 1980.

Nesse aspecto, a PMBA, entre os anos de 1998 e 2000 teve os seus primeiros registros de ações sistematizadas de policiamento escolar, com um projeto piloto realizado no 7º Batalhão, que deu origem a Operação Ronda Escolar - RE em 2003. A RE consiste na destinação de viaturas específicas para o atendimento de chamados emergenciais nas escolas. Posteriormente, em 2007, foi implantado o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, que realizava intervenções nas escolas de outra forma, através de aulas ministradas pelos policiais para os estudantes nas escolas sobre os malefícios das drogas e ensinando estratégias de resistência.

Foi neste período, compreendido entre 2003 e 2007, que a história da PMBA se cruza de forma mais forte³ com a minha própria história, quando em meados do ano de 2006 me tornei Aluna Oficial da PMBA⁴. Passado pelo Curso de Formação de Oficiais - CFO⁵ e pela fase de Aspirantado⁶. Fui nomeada 1º Tenente da Polícia Militar da Bahia em julho de 2010, onde tive a oportunidade de trabalhar na 20ª Companhia Independente de Polícia Militar – 20ª CIPM/Santo Amaro, mais especificamente nas cidades de Terra Nova e Teodoro Sampaio, seguindo os princípios do policiamento

³ Minha vida é entrelaçada com a PMBA desde o meu nascimento, pois sou filha de um Sargento da PM, cujos passos profissionais tenho orgulho em seguir.

⁴ Nomenclatura utilizada para definir os alunos que realizam o Curso de Formação de Oficiais - CFO.

⁵ Curso de nível superior obrigatório para ingresso no quadro de oficiais da PMBA. Possui duração de 3 anos e visa preparar os futuros oficiais para o trabalho no comando do policiamento realizado nas ruas e na administração das unidades policiais militares.

⁶ Fase de estágio obrigatório, de um ano, realizada pelos alunos-oficiais recém-formados no Curso de Formação de Oficiais; O estágio se configura como pré-requisito para obtenção da patente de 1º Tenente PM - TEN PM e deve ser realizado em Unidades Operacionais da Polícia Militar da Bahia.

comunitário. Uma filosofia de policiamento que evoca a necessidade de aproximação da comunidade como meio para fazer segurança pública.

Em 2011 entrei no II Curso de Especialização em Prevenção da Violência e Promoção da Cidadania - II CEPREV da Universidade Federal da Bahia - UFBA onde pude teorizar sobre as práticas de policiamento comunitário que realizei durante minha atuação como Comandante do 2º Pelotão⁷ da 20ª CIPM, que possuía como área de responsabilidade territorial as cidades de Terra Nova e Teodoro Sampaio, o que resultou na escrita do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC “Desafios e Práticas do Policiamento Orientado para a Solução de Problemas”.

No TCC busquei confrontar os desafios encontrados na prática do policiamento de aproximação realizado na cidade de Terra Nova/BA a luz do conceito de nova prevenção trazido por Dias Neto (2003, 2005) - que traz a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar dos problemas de segurança pública - e de outros teóricos da polícia de proximidade. Neste, também apresentei o método SARA/IARA, que propõe as etapas de: Identificação, Análise, Resposta e Avaliação - IARA dos problemas, como subsídio importante para aplicação da estratégia de policiamento comunitário orientado ao problema.

Durante o trabalho realizado na cidade supramencionada me sentia extremamente contagiada pelos ideais de uma polícia próxima, que só comecei a compreender melhor durante o curso do II CEPREV. Idealizava uma polícia que trabalhasse de forma integrada com outros órgãos atuantes no município e que não se limitasse a “apagar incêndios”. Imbuída por tal ideologia comecei a desenvolver trabalhos de formação de policiais, em parcerias com outras instituições, dentre elas a Organização não Governamental Universidade Internacional da Paz - ONG UNIPAZ, que ministrou palestras e, além disso, quinze minutos antes de iniciar cada serviço, eu promovia discussões continuadas em que eram passadas orientações aos policiais sobre os princípios do policiamento comunitário.

Paralelo a essas atividades, instiguei a aproximação de algumas secretarias com a Polícia Militar, como a Secretaria de Saúde e de Educação do Município; busquei participar de forma mais ativa nas discussões relacionadas aos problemas da cidade e

⁷Pelotão é uma fração territorial da estrutura das Companhias Independente de Polícia Militar - CIPM, cujo comando/gerenciamento é de responsabilidade de um Tenente PM.

tentei incitar a formação de uma rede para se pensar e trabalhar os problemas de segurança da região.

Dentre as ações realizadas destaco o trabalho junto às escolas, por ser essa a temática que permeia este trabalho. Realizei juntamente com outros policiais militares visitas e palestras nas escolas do município; passei a direcionar o policiamento para acompanhamento das chegadas e saídas do transporte escolar no turno da noite; sugeri e coordenei a implantação do PROERD em duas escolas da cidade e fomentei a implantação de grêmios estudantis em outras.

Como resultado desse trabalho, em menos de um ano depois da minha saída do comando do 2º Pelotão, tive a grata notícia de que dois dos policiais que iniciaram esse trabalho comigo, continuaram as ações de intervenção e conseguiram promover a criação e instalação de um grêmio estudantil em mais de uma das escolas do município.

A experiência adquirida na execução desse trabalho me possibilitou um crescimento pessoal e acadêmico, bem como um aprimoramento da minha prática profissional tanto que em virtude dele, em setembro de 2012 fui convidada para ser Subcomandante da Base Comunitária de Segurança de Itinga - BCS/Itinga. As Bases Comunitárias de Segurança - BCS foram estabelecidas como trabalho prioritário do Governo do Estado na execução do Programa Pacto pela Vida - PPV na área de Segurança Pública baiana e trabalham seguindo a filosofia do policiamento de proximidade, tendo como doutrina norteadora a aplicada pelo Sistema *Koban*.

Foi nesse sentido que desenvolvi, na BCS/Itinga, durante oito meses, um trabalho de adaptação do policiamento ao preconizado pelo Sistema *Koban* de policiamento comunitário⁸. Além de subcomandante fui coordenadora do que denominamos “Central de Projetos” um setor criado por nós - policiais da BCS/Itinga - frente à necessidade de criação, execução e acompanhamento de projetos voltados para a pelas ações da Ronda Escolar por não fazerem parte da área de abrangência do programa e nem pelas ações do PROERD⁹, pois a Base não possuía efetivo qualificado para aplicação do mesmo. Essa lacuna institucional resultou em iniciativas individuais promovidas por policiais, que

⁸ Discorrerei um pouco mais a respeito do Sistema *Koban* de policiamento comunitário no item 2.3.3 do capítulo 1 desta dissertação.

⁹ Na época existia um Sgt PM, pertencente a Octogésima Primeira Companhia Independente de Polícia Militar/Itinga - 81ª CIPM/Itinga, Unidade Operacional a qual a BCS/Itinga esta subordinada funcionalmente, que era instrutor PROERD. Todavia, o policial não dava conta de atender as escolas pertencentes à área territorial da 81ª CIPM e da BCS/Itinga, sendo priorizado o atendimento às escolas da área da 81ª CIPM.

elaboraram projetos e os executaram nas escolas da localidade, como o que implantou capoeira, maculelê e samba de roda nas aulas de educação física, e o outro que teve a iniciativa de proporcionar a mais de 30 alunos a oportunidade de conhecer os pontos turísticos e culturais de Salvador. Além disso, as escolas recebiam a visita das patrulhas comunitárias, que realizavam inspeções regulares no interior e no entorno da mesma, estando em contato com a direção e alguns estudantes.

Os policiais realizavam vários fóruns de discussão sobre temas relativos à violência, drogas e *bullying* e propunham ações de acompanhamento e inscrição em cursos profissionalizantes de estudantes em situação de risco. Vale ressaltar que nenhum dos policiais, que executavam os projetos, possuía formação específica, ofertada pela polícia, para a realização de um policiamento diferenciado nas escolas. Dessa forma, todas as ações realizadas eram fruto de saberes e conhecimentos adquiridos durante a vida pessoal, acadêmica e profissional de cada policial, inclusive desta pesquisadora.

À época e até os dias finais desta pesquisa, a PMBA apenas ofertava, como curso que visava à preparação para atuação dos policiais nas escolas, o “Curso Nacional de Instrutor do PROERD”, que apesar de sua relevância social, não permite a capacitação de qualquer policial que tenha interesse em atuar nas escolas, sendo necessário que o interessado queira atuar como agente do programa.

Apesar de já possuir dois serviços institucionalizados de atendimento às escolas – o PROERD e a Ronda Escolar – e de contar com uma vasta gama de iniciativas de policiamento escolar, realizada pelas Bases Comunitárias de Segurança e por outras Unidades Operacionais, a PMBA ainda apresentava, no decorrer desta pesquisa, uma carência muito forte no oferecimento de formação específica para atuação dos policiais que não estão atrelados ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e às Violências.

Utilizando-se muitas vezes de iniciativas informais - que não passavam pelo conhecimento do Instituto de Ensino e Pesquisa da Instituição - que visavam oferecer algum tipo de qualificação para o policial realizar esta atividade de forma mais consciente, mais técnica e mais responsável. Normalmente estas ações tomavam como base o curso de Policiamento Comunitário Escolar disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, através da Rede EaD de Educação à Distância.

Importa frisar que a demanda das escolas, por intervenção policial em casos de violência, é muito maior do que a capacidade dos programas de atendê-las, o que deixa uma alta carga de trabalho para os policiais que trabalham diariamente no policiamento das diversas unidades operacionais, principalmente as que possuem como missão institucional específica seguir os princípios do policiamento de proximidade, como as Companhias Independentes e as Bases Comunitárias de Segurança.

Por isso, foi estabelecida, nesse trabalho como problema de pesquisa, a carência de formação específica para atuação nas escolas, dos policiais da PMBA, que não estão vinculados institucionalmente ao PROERD e que realizam trabalhos de intervenção nas unidades escolares. Portanto, fica evidente a urgência de uma formação precisa para os policiais que já realizam tais atividades, na qual seja possível discutir as peculiaridades que envolvem o chamado policiamento escolar.

Dentre as singularidades que envolvem o policiamento nas escolas, encontra-se o trabalho com sujeitos que estão em formação e que são cobertos por uma legislação específica - o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a compreensão da dimensão pedagógica que devem ter as intervenções em meio escolar, o conhecimento a cerca dos tipos de violência que permeiam o ambiente escolar e o entendimento das formas e dos limites da intervenção policial nesses espaços, dentre outros.

Sendo assim, este trabalho de pesquisa toca em alguns pontos delicados do fenômeno das violências nas escolas, a saber: Até onde as escolas podem e devem ir sozinhas no enfrentamento de casos de violências? Em que medida deve ser realizada a atuação policial e qual o limite? Para responder a tais questões foi importante assumir algumas posturas teóricas a respeito de pontos específicos sobre as três categorias que norteiam as discussões deste trabalho – violências na escola, função social da escola e papel da polícia na escola.

Posto isto, ao longo desta pesquisa, discutiremos sobre o termo violências nas escolas, bem como o papel da escola frente às manifestações de violências e o papel da polícia ao realizar intervenções nas escolas com vistas à prevenção e contenção da violência. Tendo como principal foco entender como ocorre o processo de formação dos policiais da Polícia Militar da Bahia, que realizam intervenção nas escolas através do PROERD e da Ronda Escolar e de outras Unidades Operacionais.

Visando contribuir para um maior aprimoramento da atividade policial militar na Bahia realizada nas escolas, mais especificamente aquelas realizadas por policiais que trabalham nas Bases Comunitárias de Segurança e nas Unidades Operacionais da Polícia Militar, esse trabalho possui como objetivo geral: compreender como ocorre o processo de formação dos policiais, da Polícia Militar da Bahia que realizam intervenção nas escolas através do PROERD, da Ronda Escolar e de outras Unidades Operacionais.

Para alcançar esse fim será necessário realizar alguns passos que aqui foram elencados como objetivos específicos, tais quais: discutir as violências nas escolas; entender o papel da escola frente os casos de violência; compreender o papel da polícia nas instituições escolares e entender como ocorre o processo de formação dos policiais da PMBA para realizar intervenção nas escolas.

Visando alcançar os objetivos supracitados e atender as demandas teóricas ora apresentadas, esta dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo um metodológico, dois teóricos e um de apresentação dos resultados da pesquisa de campo e do produto final.

No primeiro capítulo, descrevo o percurso metodológico. Inicialmente apresento o estudo de caso participante, fazendo um diálogo entre autores que discutem o método e apresentam a abordagem metodológica, como Yin (2005), Brandão (2006) e Andrade (2013). Em seguida apresento as questões norteadoras da metodologia de pesquisa qualitativa adotada. Nele, também, discorro sobre a abordagem, o campo e o método de pesquisa, bem como as unidades de estudo escolhidas e as fontes de evidências utilizadas para a coleta dos dados durante a pesquisa de campo. De forma que descrevo o caminho metodológico a ser trilhado no desenvolvimento desta pesquisa, que se constitui num estudo de caso participante.

No segundo capítulo discorro a respeito das violências que permeiam o espaço escolar, abordando alguns aspectos do fenômeno, tentando oferecer uma visão mais ampla sobre o assunto, mas sem a pretensão de esgotá-lo. Busco também compreender qual o papel da escola no enfrentamento dessas violências. Para tanto, recorro a Charlot (2002), agrupando as manifestações de violências em três grupos conceituais: Violências da Escola, Violências na Escola e Violência à escola, as quais destrincho no decorrer do capítulo, apoiando-me em autores como Abramovay e Graças Rua (2002), Sposito

(2001), Freitag (1980) e Saviani (2008). Ao final, discuto a função social da escola e o seu papel frente a situações de violência.

No terceiro capítulo discuto o papel da polícia militar, enquanto membro da rede de proteção à criança e ao adolescente, em ações de prevenção e enfrentamento a violências desenvolvidas nas escolas. Para isso, realizo uma breve discussão a respeito do papel da polícia na sociedade e das funções exercidas pela PMBA ao longo de sua existência, buscando compreender as mudanças exercidas no seu modo de atuação.

Por fim, apresento a filosofia do policiamento de aproximação desenvolvida por vários países do mundo, inclusive no Brasil, que incluem o policiamento comunitário escolar, mostrando os princípios que a polícia deve seguir ao realizar ações de intervenção nas escolas e quais são as estratégias que podem ser utilizadas por ela para resolução de ocorrências nesse ambiente. Para tal, trago para basilar essa problematização teórica alguns autores, dentre os quais destaco: BORGES, et. al. (1975), Skolnick e Bayley (2006), Oliveira (2008), Dias Neto (2005), Silva e Seixas (2014) e Carvalho e Santos (2014).

No quarto capítulo apresento os resultados obtidos após a fase de coleta de evidências. Para tanto, apresento primeiramente, a política e os fundamentos que compõem o sistema de ensino da PMBA com o intuito de situar o leitor, não policial militar, em qual nível e modalidade de ensino estão localizados os processos de formação atrelados às unidades de análise propostas para o estudo do caso.

Feito isso, apresento a estrutura dos cursos de capacitação e qualificação estudados, de acordo com as categorias escolhidas para organizar e analisar os dados, na tentativa de responder a questão norteadora desta pesquisa. De forma que, primeiramente, apresento o encontrado em cada unidade de análise e por último faço algumas considerações a respeito do caso. E após a explanação acerca dos resultados obtidos durante o processo de pesquisa, apresento algumas propostas que visam contribuir com o processo formativo dos policiais militares da Bahia para o aprimoramento do Curso de Policiamento Comunitário Escolar.

2 – CAPÍTULO 1: O PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta as questões norteadoras da metodologia de pesquisa qualitativa adotada. Nele discorro sobre a abordagem, o campo e o método de pesquisa, bem como as unidades de estudo escolhidas e as fontes de evidências utilizadas para a coleta dos dados durante a pesquisa de campo. De forma que descrevo o caminho metodológico que trilhei na elaboração desta pesquisa, que se constitui num estudo de caso participante.

Nesse sentido, este trabalho de investigação está situado em um campo de pesquisa interdisciplinar - por ser influenciado por discussões diferentes a respeito do tema - que possibilita uma compreensão mais aprofundada do assunto quando realizo um cruzamento entre as reflexões advindas das áreas de segurança pública e de educação escolar. Digo isto porque considero essa interlocução entre as diferentes áreas extremamente necessária, para que seja possível estudar de forma mais profunda o fenômeno social a ser pesquisado que se configura como altamente complexo.

Por se tratar de uma pesquisa que visa contribuir para uma melhor atuação policial nas escolas, não é possível deixar de lado as discussões teóricas a respeito do ato de policial. Bem como, do estudo a respeito das violências que perpassam o universo escolar, que tem deixado gestores e familiares perplexos, e acabam por requerer uma atuação especializada da polícia.

Importa também compreender em que medida as ações da polícia devem acontecer e para realização de quais atividades. Nesse contexto de intervenção policial em meio educativo, para atender ocorrências de um público em fase de desenvolvimento, físico/social/emocional e que possui previsão de proteção especial garantida pela lei, é de fundamental importância que os policiais que realizam intervenções nas escolas possuam uma formação específica para realização desse tipo de trabalho.

Sendo assim, tendo como *lócus* os programas e projetos de intervenção nas escolas executados pela PMBA, estabeleci como questão norteadora desta pesquisa: como ocorre o processo de formação dos policiais militares da PMBA para intervenção nas escolas? E como objetivo geral: compreender como ocorre o processo de formação dos

policiais, da Polícia Militar da Bahia, que realizam intervenção nas escolas através do PROERD, da Ronda Escolar e de outras Unidades Operacionais.

A partir de então, pude encontrar o método que melhor se adaptava aos anseios deste trabalho e estabeleci o percurso metodológico a ser trilhado para alcance de tais objetivos. De forma que os apresento nas próximas subseções.

2.1 – O ESTUDO DE CASO PARTICIPANTE E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Essa pesquisa é antes de tudo uma conjunção entre escolhas teóricas e escolhas de vida, na medida em que falo do lugar de pesquisadora e de Policial Militar. Portanto, falo de um lugar de pertencimento – a PMBA – onde pude construir conhecimento sobre o funcionamento da instituição e principalmente produzir o saber ser policial militar. E seguindo o viés específico dessa pesquisa que traduz a minha escolha profissional, posso também afirmar que pude produzir o saber ser policial comunitária que já viveu a realidade das BCSs, das CIPMs e do lidar com as escolas de forma empírica.

Desta forma, o delineamento do meu objeto de estudo - a formação dos policiais da Polícia Militar da Bahia para intervenção nas escolas - bem como a apresentação da minha questão norteadora, aliadas à minha falta de controle sobre o meu objeto de pesquisa, a atualidade do fenômeno observado e a minha implicação enquanto sujeito, enquanto pesquisadora e policial militar me levam a compreensão de que o método mais adequado para a condução desse processo de pesquisa é o Estudo de Caso Participante.

Neste aspecto, Andrade (2013) afirma que o Estudo de Caso Participante, enquanto método de pesquisa se diferencia do Estudo de Caso e da Pesquisa Participante por propor o imbricamento dos dois métodos. Portanto, não se trata de utilizar o estudo de caso com aplicação de instrumentos de coletas de dados participantes nesta pesquisa, mas um amalgamento entre esses dois métodos, que dá origem a um método novo, baseado num rigor outro, que tem como princípio norteador a singularidade exercida pelo sujeito pesquisador.

Sobre esse aspecto, Andrade (2013, p. 44) em sua tese de doutoramento infere:

[...] é indispensável explicitar, inicialmente, o conceito de Estudo de Caso Participante, inovação dessa tese. Ele consiste na participação do pesquisador em eventos que estão sendo estudados; está diretamente envolvido no processo como docente/pesquisador ou mesmo trabalha como membro de equipe de organização [...].

Nesse sentido, encontro, mais uma vez, a adequação desta pesquisa ao método do Estudo de Caso Participante e, além disso, me encontro enquanto sujeito da pesquisa. Digo isto, pois participei enquanto pesquisadora do “Treinamento em Policiamento Comunitário Escolar” realizado no Centro de Referência e Assistência Social - CRAS de Fazenda Coutos (2016) - cujos detalhes descrevi no capítulo 4 – e como docente e organizadora do Curso de Mediação e Práticas Restaurativas nas Escolas em (2014) realizado como projeto de extensão da UNEB - que descrevi na Introdução.

Além disso, Yin (1989, apud Andrade, 2013, p. 44), ressalta que o método também é caracterizado pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências, como documentos, artefatos, entrevistas e observações. Nesse ponto, também encontro sustentação para a aplicação do método, pois utilizei como instrumentos para coletas de evidências, a pesquisa em documentos e arquivos, bem como realizei observações participantes e entrevistas, utilizando ao menos três destes instrumentos em cada unidade de estudo, como será possível observar no Capítulo 4.

Nesse aspecto, cabe explicitar, que embora a PMBA seja uma Instituição com caracterização militar, nem todos os seus procedimentos são padronizados e positivados, como era de se esperar. A prova dessa afirmação é a formação dos policiais militares que realizam intervenções nas escolas. Existem dois tipos de formações diferentes para os policiais que atuam nesse tipo de policiamento. Cada formação possui características e objetivos próprios em relação às formas de atuação nas escolas, que serão especificados de forma mais detalhada e precisa nas subseções 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3

Por força de tais circunstâncias o nosso Estudo de Caso Participante caracteriza-se como sendo um caso único, de caráter explanatório - pois lida “[...] com ligações operacionais que necessitam ser tratadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências” (Yin, 2005, p. 25) - e que possui três unidades de estudos (PROERD, Ronda Escolar e BCS), tendo em vista as diferentes formas existentes dentro de um único caso (formação para atuação nas escolas no âmbito da PMBA) do nosso objeto de estudo.

Ainda sobre o método de pesquisa adotado, cabe dizer que ele compõe uma abordagem de pesquisa qualitativa, que não se resume a mensuração dos dados, mas busca realizar [...] uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2005, p.32). Neste aspecto é possível falar que esta pesquisa, se configura como um estudo de caso, pois trato de um caso altamente contemporâneo, cujo fenômeno não é possível separar do contexto, pois não há como isolar o processo de formação da realidade em que ele está inserido.

No que tange a qualidade do processo de investigação ora realizado, entendo que embora seja necessário o norteamento da pesquisa, realizada através do delineamento metodológico, esse percurso não pode ser rígido ao ponto de não permitir reformulações e não deve ser muito flexível. Devendo seguir na busca de um equilíbrio entre rigor e flexibilidade, apontando para o que Macedo, Galeffi e Pimentel (2009) chamam de um rigor *outro* na pesquisa qualitativa.

Rigor este que não está ligado à rigidez e nem a exatidão, mas relaciona-se com uma preocupação no que diz respeito à qualidade da pesquisa. Qualidade que pode ser percebida nos critérios utilizados na coleta de dados, na escolha dos grupos de amostragem e do referencial teórico norteador, bem como na criticidade argumentativa, na flexibilidade quanto ao percurso metodológico desenvolvido e principalmente no seguimento de princípios éticos.

Nesse aspecto, Galeffi (2009, p. 65) aduz: “[...] a qualidade não é algo que se possa adquirir por meio de acúmulos de conhecimentos e técnicas, pois é algo inerente ao processo de maturação total dos indivíduos humanos concretos”. É esse processo de maturação acadêmica e humana que tenho buscado durante todo o processo de planejamento e execução dessa pesquisa, e que continuarei buscando durante o restante da minha vida acadêmica, que não acaba aqui.

Essa busca pela qualificação humana necessariamente me leva a pensar nas questões éticas. A ética, aqui pensada como parte de um ser humano qualificado que consegue perceber que sua pesquisa é composta por outros seres humanos que precisam ser considerados como tal em todas as fases desse processo, desde o planejamento, passando pela coleta de dados e principalmente, na fase de análise dos dados e de exposição dos resultados.

Tal compreensão me leva a entender que os sujeitos da pesquisa não são dados, são seres humanos que se inserem no mundo e constroem a realidade que despertou o desejo desta pesquisadora de conhecê-la em profundidade. Por esses e outros motivos, já explicitados, é necessário respeito àqueles que decidiram voluntariamente colaborar em primeiro momento, com a compreensão da realidade pelo pesquisador e em segundo tempo, com a possível melhoria social que essa compreensão pode trazer.

Respeito esse que se traduz materialmente pela utilização dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, que oferece aos participantes o conhecimento dos objetivos da pesquisa e da forma de participação; bem como pelo direito que todo pesquisado tem de sair da pesquisa no momento em que desejar e de não ser importunado pelo pesquisador por conta disso.

Outro ponto que traduz o respeito aparece na análise criteriosa e cuidadosa dos dados, principalmente no momento de criticidade às falas dos sujeitos. Nesse aspecto Pimentel (2009) infere que, esse momento de reencontro com os participantes através da escrita expõe um estado crítico da inscrição do outro num nível de entendimento que é nosso, exigindo portando um posicionamento ético. De forma que cabe também ao pesquisador um respeito na divulgação dos resultados, pois se deve apresentá-los de maneira a não permitir a identificação das pessoas que nela participaram, a não ser que haja autorização para quebra de privacidade.

2.2 – ELEGENDO AS FONTES DE EVIDÊNCIAS

Para nortear às ações de pesquisa que conduziram este Estudo de Caso Participante trago nesta seção as fontes de evidências que foram utilizadas, bem como as questões de validação de tais fontes. De acordo com Yin (2005, p.109) “As evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.” Nesta pesquisa, utilizei três das fontes supracitadas no estudo de cada unidade de análise para tornar viável o confronto das informações obtidas em cada fonte.

Uma das fontes de evidência utilizada em todas as unidades de estudo foram os documentos. De acordo com Yin (2005), são considerados documentos: os vários tipos de correspondência, os avisos, agendas e minutas de reuniões, relatórios escritos de

eventos, documentos utilizados na administração, estudos ou avaliações formais do mesmo objeto de estudo, bem como recortes de jornais e outros artigos que aparecem na mídia de massa ou em informativos das comunidades estudadas.

Nesse tópico, ressalto o alerta de Yin (2005, p.112) de que [...] os documentos devem ser cuidadosamente utilizados, não se devendo tomá-los como registros literais de eventos que ocorreram. [...]. De forma que a função mais importante dos documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes.

No caso em questão, a maior parte dos documentos diz respeito à documentação que circula na administração de cada uma das unidades de análise, como ofícios, memorandos, relatórios e trabalhos monográficos realizados por policiais militares e civis a respeito da Ronda Escolar, do PROERD, das Bases Comunitárias de Segurança, bem como das Companhias Independentes de Polícia Militar.

A esse respeito, trago como exemplo a utilização dos seguintes documentos como fonte de evidências da unidade de estudo Ronda Escolar: trabalhos monográficos de Dos Anjos e Souza (2012) e Carvalho e Santos (2014) e o Currículo 003/2015 do Curso de Policiamento Comunitário Escolar. Tais fontes foram selecionadas, dentre outros documentos disponibilizados pelo Comando da Operação, pois foram as que mais atendiam aos objetivos propostos para esta pesquisa.

No que diz respeito à unidade de estudo PROERD, utilizei como fonte documental apenas os arquivos disponibilizados pelo programa a cerca da formação dos policiais, pois foram os únicos que tive acesso, foram eles: Portaria nº 038-CG/07, publicada no Suplemento Legislação, Jurisprudência e Normas Gerais - LJNG Nº 004, de 25 de junho de 2007, que institucionaliza o programa na PMBA e estabelece as diretrizes de formação dos policiais; o Projeto do Curso Nacional de Instrutor do PROERD e o Plano de Ensino das Disciplinas do Curso de Instrutor.

Já a respeito das Bases Comunitárias de Segurança utilizei a Portaria n.º 058/15 do Comando Geral da Corporação, que dispõe sobre a implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança no âmbito da PMBA; as Notas de Instrução - NI N.º 002/15/SPOI e N.º SPO 001/2016 da 19ª CIPM/Paripe, que regula as atividades desenvolvidas pelas Patrulhas Comunitárias por ocasião das ações de policiamento destinado à proteção da rede escolar no âmbito da Base Comunitária de Segurança de Fazenda Coutos - BCS/Fazenda Coutos e a Matriz Curricular do Curso de

Policiamento Comunitário Escolar da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Friso que estas são as únicas fontes documentais existentes a cerca deste processo formativo.

Outra fonte de evidências utilizada para estudo das unidades PROERD e Ronda ESCOLAR, foram os registros em arquivos. Principalmente os registros organizacionais, como tabelas e organogramas, bem como gráficos, mapas e dados oriundos de levantamentos de pesquisas realizadas, dentre as quais destaco: dados estatísticos oriundos da Seção de Planejamento Operacional da Ronda Escolar referente aos anos de 2012 a 2015 e o Relatório Analítico da Ronda Escolar 2015. Bem como os dados estatísticos de formação do PROERD de 2007 até novembro do ano corrente.

Nesse ponto, importa novamente salientar uma advertência de Yin (2005, p. 116): “Quando julga que as evidências de arquivos sejam importantes, o pesquisador deve tomar cuidado ao averiguar sob quais condições elas foram escritas e qual seu grau de precisão”. Esse aviso vem reforçar a importância do cenário para o estudo de caso, pois não é possível e nem desejável que as variáveis sejam isoladas do contexto, porque isso pode gerar falsas evidências.

Sendo assim, é imprescindível ficar atento ao contexto em que os dados foram produzidos. E durante o processo de validação da evidência, cabe sempre perguntar: qual o público-alvo da fonte de informação produzida? Qual o momento histórico em que o dado foi gerado? E principalmente, para atender a quais objetivos a informação foi ofertada? Ter sempre esses questionamentos em mente é uma das formas de manter a atenção, o cuidado e o rigor na escolha dos dados que serão utilizados na pesquisa.

Outra fonte de evidência amplamente utilizada nos estudos de caso e considerada de suma importância para esse tipo de pesquisa é a entrevista. Utilizei esse tipo de fonte nas três unidades de estudo do caso em questão. Para Yin (2005), a entrevista se apresenta como fonte essencial, pois a maioria delas trata de questões humanas. É nas entrevistas que podemos descobrir as motivações e os critérios de escolhas utilizados para tomar as decisões que são encontradas nos documentos e posteriormente nos arquivos.

Todavia, a entrevista exige do pesquisador preparo e foco no que deseja saber, pois o descuido durante a entrevista pode leva-la para discussão de assuntos correlatos, mas que não correspondem ao foco da pesquisa. Além disso, Yin (2005, p.119) sinaliza a

importância de saber colocar as questões para conseguir alcançar o objetivo sem causar medo ou constrangimento ao entrevistado em responder:

Assim, as entrevistas do estudo de caso exigem que você aja em dois níveis ao mesmo tempo: satisfazendo as necessidades de sua linha de investigação enquanto, de forma simultânea, passa adiante questões “amigáveis” e “não ameaçadoras” em suas entrevistas espontâneas.

Outro ponto importante da entrevista, sinalizado pelo autor (YIN, 2005), é compreender que embora a entrevista seja considerada fonte de evidência fundamental para um estudo de caso, ela também não pode ser supervalorizada ao ponto de acreditar-se que dela decorrem as verdades absolutas. Da mesma forma que os dados obtidos por meio dela devem ser confrontados com os oriundos das fontes supracitadas para obter a validação.

Digo isto, pois cabe a lembrança de que as entrevistas são relatórios verbais fornecidos por pessoas, o que pode gerar vieses, esquecimento de alguns fatos, omissão de outros, interpretação dúbia, capacidade de articulação pobre ou imprecisa, dentre outros problemas. Além da proteção de interesses. Contudo, ela ainda se mostra uma forma importante de coletar dados, pois pode levar ao conhecimento da existência de várias outras fontes de evidências.

Nesta pesquisa utilizei entrevistas espontâneas – sem um roteiro pré-definido - e focadas para a coleta de evidências de todas as unidades de estudo. Foram realizadas entrevistas com o subcomandante da Operação Ronda Escolar – um dos idealizadores do Curso de Policiamento Comunitário Escolar da PMBA aprovado recentemente; com a Comandante da BCS/Fazenda Coutos, responsável pelo treinamento em Policiamento Escolar ministrado para policiais das 15ª CIPM/Itapoã, 13ª CIPM/Pituba e 31ª CIPM/Valéria e com uma policial responsável pela Coordenação do PROERD. Explicarei um pouco mais sobre elas, no capítulo 4, quando discorro sobre os dados obtidos durante o processo de coleta de evidências deste estudo de caso participante.

Para finalizar esta seção, discorro um pouco a respeito da observação participante. Fonte utilizada para coleta de dados referente à unidade de estudo BCS, durante a formação de policiais que trabalham nas Companhias Independentes da Polícia Militar, tendo como base o treinamento ofertado para os policiais da própria base. De acordo com Yin (2005, p. 121) a observação participante:

“[...] é uma modalidade especial de observação na qual você não é apenas um observador passivo. Em vez disso, você pode assumir uma variedade de funções dentro de um estudo de caso e pode, de fato, participar de eventos que estão sendo estudados”.

Essa é uma modalidade importante para a obtenção de evidências e se torna crucial nos estudos de caso participante. Para Yin (2005, p.122) a observação participante traz a oportunidade de “[...] perceber a realidade do ponto de vista de alguém de dentro do estudo de caso, e não de um ponto de vista externo.” Ter essa percepção de quem vivencia o contexto pesquisado é importantíssima, pois traz um olhar diferenciado para a pesquisa.

Importa ressaltar que é durante essa fase que o pesquisador se insere de forma mais intensa no campo, passa a interagir através de um contato mais espontâneo com as pessoas que vivem a situação pesquisada e começa a mudar (mesmo sem essa intencionalidade) e ser mudado pelo meio. Pois a sua visão se amplia e é possível perceber minúcias antes imperceptíveis.

E assim aconteceu comigo quando observei o curso realizado pela Comandante da BCS/Fazenda Coutos para os policiais das CIPMs que estavam em via de implantação de uma espécie de Ronda Escolar nas suas respectivas unidades. Durante o curso, pude discutir o conteúdo ministrado, dentro e fora da sala de aula, com a oficial instrutora e com os policiais alunos. Bem como, me foi permitido auxiliar na organização do ambiente e das atividades, e ajudar na elaboração do questionário de avaliação que foi preenchido pelos policiais que participaram na condição de estudantes. Tais ações me fizeram parte daquele contexto e ampliaram o meu olhar a respeito de como acontecia aquele processo de formação.

Contudo, busquei ficar atenta aos objetivos da pesquisa, para não desviar o meu foco de atenção, embora tenha sido uma tarefa difícil. Isso porque a observação participante está sujeita aos mesmos problemas de vieses citados na modalidade da entrevista. De forma que é imprescindível que o pesquisador se questione a todo o momento a respeito das suas impressões e dos dados que ele está produzindo, a fim de filtrar o que realmente é importante para a investigação.

2.3 – ESTABELECENDO AS QUESTÕES NORTEADORAS

Nesta seção em que discorro a respeito das questões norteadoras da pesquisa, bem como das unidades de estudo utilizadas, cabe uma explanação a respeito das especificidades deste caso. A atuação dos policiais militares da PMBA nas escolas não ocorre de forma única. Existem ao menos três tipos de policiamentos diferentes realizados nas escolas pela Polícia Militar da Bahia. Duas dessas modalidades foram instituídas por meio de programas institucionais – Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Operação Ronda Escolar - e a terceira é realizada de forma empírica pelos policiais das Companhias Independentes de Polícia Militar, principalmente pelas Bases Comunitárias de Segurança.

Outro ponto de destaque nestes tipos de policiamento é que eles não possuem, por via de regra, ligação entre si. De forma que existem de maneira independente, obedecendo a cadeias de comando diferentes e não dialogam entre si. O PROERD está ligado ao Departamento de Ensino da PMBA e a Rede Nacional do programa. A Operação Ronda Escolar está subordinada funcionalmente ao Comando de Policiamento Especializado da Corporação. E o policiamento realizado pelas CIPM e BCS está subordinado operacionalmente ao Comando Operacional de Policiamento Militar - COPPM e ao Departamento de Polícia Comunitária, em termos de acompanhamento e direcionamento da doutrina.

Sendo assim, é de se esperar que as formações dos policiais militares que atuam nesses diferentes tipos de policiamento também sejam realizadas de maneiras diferentes e atendendo a interesses diversos, de acordo com a especificidade de cada tipo. Tal situação pode deixar o policial militar que trabalha em cada local com uma visão limitada do que o policiamento escolar pode abranger.

Além disso, essa separação não proporciona integração entre as ações realizadas nas escolas, e fragiliza as possibilidades de melhorias que a instituição escolar poderia ter ao atuar em parceria com a polícia. Tendo em vista que as intervenções desenvolvidas por cada uma das unidades de análise deste caso podem tranquilamente ser realizada em uma única escola, como atividades que se complementam.

Diante de tal circunstância, para compreender como a Polícia Militar da Bahia efetua a formação dos policiais militares que realizam intervenção nas escolas, necessário se faz dividir essa pesquisa em três unidades de estudo diferentes, a saber: PROERD, Ronda Escolar, BCS e CIPM. Sendo assim, para nortear o estudo de cada uma das unidades

supracitadas, estabeleci perguntas orientadoras. Elas foram utilizadas durante a fase da coleta de dados e de avaliação das evidências encontradas, e serviram também, como suporte para manter o foco da investigação.

Dessa forma, apresento as questões norteadoras estabelecidas: Quais as temáticas discutidas na formação dos policiais para atuação nas escolas? Os outros órgãos que compõem a rede de proteção a criança e ao adolescente estabelecido pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA são convidados a participar da formação? A formação é pré-requisito para atuação do policial nas escolas? Essa formação é obrigatória? É sistematizada? Quem as oferece? Quais são os critérios objetivos utilizados para nortear essa formação? Visando responder as perguntas suprainscritas iniciei a pesquisa de campo, cujos resultados obtidos passarei a relatar no capítulo 4.

2.4 CONHECENDO AS UNIDADES DE ESTUDO

Segundo Dos Anjos e Souza (2012) a Polícia Militar da Bahia teve as primeiras ações voltadas para o atendimento do público escolar durante o seu processo de modernização, no ano de 1997. Naquele período, as ações eram realizadas por viaturas do 7º Batalhão de Polícia Militar, que objetivavam concretizar o atendimento de segurança pública à comunidade escolar. As intervenções abraçavam a linha abalizada pelo Projeto Polícia Cidadã - PPCid, executado na década de 1990 no âmbito da PMBA, inclusive visando afastar as ocorrências de violências e de uso de drogas nas escolas.

Com o decorrer do tempo, várias foram as tentativas isoladas oriundas dos comandos das Unidades Operacionais Militares - UOPM¹⁰, com vistas a atuar para a pacificação das escolas. Contudo, por se tratar de projetos separados – que não tinham ligação e/ou comunicação com as tentativas de outras unidades da PM – estes trabalhos não chegaram a ser registrados pelo Comando Geral – CG da Corporação e muito dificilmente se tornariam objetos de estudos acadêmicos. De forma que a grande maioria dos estudos que versam a respeito das intervenções policiais nas escolas, são análises dos programas institucionalizados e não, das iniciativas oriundas dos Batalhões de Polícia Militar - BPM e das Companhias Independentes de Polícia Militar - CIPM.

¹⁰ Informação retirada da vivência em outras OPMS e da conversa com policiais que realizam intervenções nas escolas

É possível falar em iniciativas isoladas porque o comandante de uma Unidade Operacional possui autonomia administrativa e operacional para realizar intervenções policiais de cunho preventivo e repressivo, nas áreas de extensão territorial de sua responsabilidade, sem que para isso, deva comunicar aos escalões superiores. Desde que tais ocorrências não firam os princípios e as determinações exaradas do CG da PM.

Tal falta de comunicação entre os projetos desenvolvidos pelas Organizações Policiais Militares - OPM nas escolas, dificultam o acesso a essas informações, de forma que a busca por tais dados exigiriam um garimpo do pesquisador – indo de OPM em OPM - para descobrir, quais são os projetos que as unidades da Polícia Militar têm desenvolvido para intervir no enfrentamento às violências nas escolas. Destarte, como não existe estudo dessa monta, envolvendo essa temática no âmbito da PMBA, muito pouco se sabe a respeito das ações realizadas por policiais, nas escolas, que não estejam atreladas aos programas institucionalizados.

Sendo assim, me atarei a apresentar brevemente as intervenções policiais realizadas nas escolas que possuem diretrizes estabelecidas pelo Comando Geral da Corporação. Assim como, as realizadas pelas BCS – que são responsáveis por desenvolver o policiamento de proximidade. O que implica em dizer que a PMBA desenvolve, atualmente, ao menos três formas de atuação nas escolas: A Ronda Escolar, o PROERD e as intervenções executadas pelas BCSs e CIPMs.

As duas primeiras são oriundas de programas específicos, formalizados institucionalmente para esse fim e contam com instruções emanadas do CG. Já a última acontece em decorrência do policiamento de proximidade, que coloca os policiais em maior contato com os moradores da comunidade e com mais acesso aos problemas locais. Discorrerei brevemente a respeito de cada uma delas, nas próximas subseções. Dando ênfase, no que tange as intervenções da BCS, que ocorrem nas bases de Fazenda Coutos e Itinga, a primeira por ter sido a base utilizada para coleta das fontes de evidências e a segunda por ter sido o local em que eu atuei como subcomandante durante o ano de 2012.

2.3.1 Operação Ronda Escolar

Entre o ano de 1998 e 2000, o então 7º Batalhão sistematizou uma forma de realizar o

policciamento voltado para atender as demandas das escolas de sua área de atuação, contando com 02 viaturas e o efetivo de 15 policiais militares, dentre eles 01 Oficial. Com este quantitativo realizava o policiamento nas escolas públicas e particulares dos bairros de Brotas, Liberdade, Pernambués, Barbalho, IAPI, Nazaré e demais imediações circunvizinhas (Carvalho e Santos, 2014).

Contudo, os autores ressaltam que devido a crescente demanda de outros bairros, por atendimento a ocorrências envolvendo as escolas, no ano de 2003, através da Diretriz Operacional da Coordenação de Operações Policiais Militares nº 001/ 2003, a PMBA criou formalmente a Operação Ronda Escolar, que visava o desenvolvimento de ações ostensivas e preventivas, com o intuito de prover a melhoria da segurança da comunidade escolar, realizada pelas próprias Unidades Operacionais da PM.

Sendo assim, as unidades separavam viaturas e efetivo policial especificamente para esse fim. De forma que, as guarnições de policiais da ronda trabalhavam no seu horário regular e atendiam as demandas das escolas da própria área territorial das OPM a que serviam. Contudo, essa iniciativa não prosperou, pois facilmente as viaturas da ronda eram deslocadas para atendimento de ocorrências com outras finalidades. Quando surgiam demandas de atendimento emergencial, constantemente as viaturas eram deslocadas para atender tais chamados. E o mesmo acontecia quando os veículos responsáveis por executar o policiamento tradicional apresentavam algum tipo de problema, levando os destinados para a ronda a serem deslocados para suprir tais necessidades.

Em virtude de tais desvios, no final de 2005, o Comando Geral da Corporação integrou a Operação Ronda Escolar ao Comando de Policiamento Especializado – CPE, criado no mesmo ano, e a estruturou para atender as demandas de todas as escolas da capital do Estado. Nesse processo, a operação deixou de ser gerenciada pelas OPMs e passou a estar vinculada a um comando designado para esse fim.

De acordo com Paraíso e Santo (2015), em 2009 a ronda passou a incorporar, através do Decreto Estadual 11.216/2009 de 18/09/08, o Programa de Melhoria de Segurança nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino no município de Salvador e, em municípios do interior do Estado com mais de 100.000 hab. E a partir daí decorreu o Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2009 entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, tendo a PMBA como Interveniente.

A partir de então a operação começou a ser composta por policiais, oriundos de diversas OPMs, que trabalhavam em regime de hora extra, das 07h às 22h, divididos em duplas e/ou trios, destinados para realizar visitas preventivas às unidades de ensino da Capital e a atender às solicitações de atendimento de emergência, da Região Metropolitana de Salvador, bem como de realização de palestras e participação em reuniões com a comunidade escolar. Não sendo possível, atuar no interior do estado, como previsto originalmente.

Nesse sentido, Paraíso e Santo (2015) comentam que a operacionalização do Convênio ficou a cargo da PMBA até 2012. Contudo, como o convênio não vinha atendendo ao quanto estabelecido originariamente, seu plano de trabalho foi modificado para se enquadrar a real situação, atendendo a partir 2009 apenas as cidades de Salvador, Lauro de Freitas e o distrito de Abrantes.

Segundo o Convênio, à Secretaria de Educação - SEC cabia à disponibilização de veículos automotivos, aparelhos celulares e de material de expediente para uso dos policiais que trabalham na ronda. Bem como, disponibilização de recurso para remuneração dos mesmos. Além de oferecer cursos de capacitação ao corpo docente das escolas envolvidas no projeto, principalmente a respeito do Estatuto da Criança e Adolescente.

Já à PMBA cabia apresentar efetivo suficiente para realização das operações específicas de vigilância e guarda, no âmbito das Unidades Escolares indicadas pela Secretaria de Educação do Estado. Sendo responsável, também, em garantir o desenvolvimento, operacionalização e aperfeiçoamento de ações integradas visando à melhoria da segurança da comunidade escolar e do seu entorno. Contudo, desde o ano de 2012, tal Convênio se findou e não mais foi renovado. Apesar disso e mesmo com os poucos recursos materiais disponibilizados pela Secretaria de Educação, a Polícia Militar da Bahia ainda vem mantendo a Operação Ronda Escolar.

Pesquisas como as de Carvalho e Santos (2014) e Dos Anjos e Souza (2012) mostram que entre o ano de 2009 e 2014, a Ronda Escolar já atendeu a mais de 3.500,00 ocorrências, dentre as quais, nos últimos dois anos pesquisados, se destacaram a agressão física, a ameaça e o roubo. E dentre as chamadas atendidas, durante o período de 2013 e 2014, 72 e 156 delas resultaram em condução, respectivamente, a Delegacia do Adolescente e Infrator – DAI.

Os dados também dão conta de que, embora existam números bastante expressivos de ocorrências emergenciais, parte significativa das ações realizadas pela ronda se dá em virtude de solicitações prévias (não emergenciais) das escolas, o que aponta para um desejo de aproximação das escolas com a PM para a realização de um trabalho preventivo. Nesse sentido, foram registradas 435 visitas programadas no ano de 2013 e 263 no período de 2014. Felizmente, delas resultam ações de maior proximidade dos policiais com alunos e membros do corpo pedagógico, como as participações em reuniões da escola (23) e realização de palestras (74) nos últimos dois anos.

Ainda a respeito da pesquisa, cabe ressaltar que Carvalho e Santos (2014) aplicaram questionários nas 06 escolas com maior número de atendimentos de ocorrências pela Ronda Escolar em Salvador, e encontraram uma sinalização positiva de pais (90%), professores (90%) e funcionários da escola (95%) a respeito da atuação da ronda. Contudo, 50% dos gestores não consideram as ações executadas pelo programa como preventivas e também não entendem que elas atendem satisfatoriamente as necessidades da escola. Isso porque a maior parte das intervenções realizadas pela Operação Ronda Escolar, nessas instituições de ensino, se deu em virtude do atendimento das chamadas de emergências.

Tal percepção é esperada e até aceitável, pois decorre da forma como a ronda esta estruturada para atender as demandas da escola: através de um efetivo flutuante – pois o quantitativo de policiais varia de acordo com a quantidade de recursos disponibilizados para pagamentos de hora extra – atuando em regime de trabalho extraordinário. O que dificulta o oferecimento de ações de continuidade e de maior aproximação, atuando efetivamente de forma preventiva.

Neste aspecto, importa frisar que, atualmente, a ronda conta com efetivo fixo de apenas 15 policiais, sendo 03 oficiais responsáveis pelo comando e planejamento das ações da operação e 12 praças, que realizam o serviço administrativo de estatística, guarda e controle das chamadas de rádio. Discutirei um pouco mais a respeito desta unidade de análise no capítulo 4, item 5.2.

2.3.2 Programa Educacional de Resistência às Drogas

Outro programa executado pela PMBA nas escolas é o *Drug Abuse Resistance Education – DARE*, idealizado e executado, inicialmente, nos Estados Unidos da América – EUA. O programa foi criado pela Professora Ruth Rich, em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, EUA, em 1983, após a apreensão de toneladas de drogas que estavam destinadas a serem comercializadas nas escolas daquele país. Atualmente o *DARE* é executado em 75% das escolas americanas e adotado em mais de 20 países ao redor do mundo, inclusive no Brasil (LINS, 2009).

O programa chegou em nosso país no ano de 1992, após a formação de alguns policiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro - PMRJ junto à polícia de Los Angeles. Para ser implantado, ele passou por algumas adaptações para que se adequasse a realidade da sociedade brasileira e aqui possui o nome de Programa Educacional de Resistência às Drogas. Atualmente ele é aplicado por todas as polícias militares estaduais do país e se constitui como o único programa realizado nas escolas que está presente em todos os estados da federação, inclusive na Bahia.

Em nosso Estado, o PROERD foi instituído na Polícia Militar - PMBA em 25 de junho de 2007 através da portaria nº 038 – CG/07, publicada na LJNG nº004, que previa a sua instauração como medida proativa para o controle da violência e criminalidade, em complemento às ações preventivas referentes ao consumo indevido de substâncias entorpecentes.

A portaria do PROERD prevê que este programa seja desenvolvido com alunos de faixa etária entre 09 e 12 anos, o que seria correspondente ao 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano. O programa é pedagogicamente estruturado em lições ministradas obrigatoriamente por um policial militar fardado, capacitado especificamente para esse fim, que atua como educador social, visando criar um forte elo na comunidade escolar em que atua; estabelecendo uma base de apoio baseada no trinômio “Polícia Militar, Escola e Família”.

Dessa forma, de acordo com Lins (2009), o PROERD tem como fim, prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. Bem como, visa ajudá-los a reconhecer e resistir a situações como: pressões e influências diárias para usar drogas e a prática de atos de violência.

De acordo com a portaria nº 038 – CG/07, o programa é estruturado administrativamente através de uma hierarquia vertical, que se inicia com o

Comandante Geral da PMBA e termina no Instrutor do PROERD, composta por três coordenações que são responsáveis pela gestão e execução do programa em todo o estado – Coordenação Geral, Coordenação de Planejamento e Controle Pedagógico e Coordenação Setorial e Regional.

Embora possua uma estrutura hierárquica grande, o operacionalizador do programa é denominado como “Policial Proerdiano” ou “Instrutor do Proerd”, que é o policial capacitado a ministrar as aulas. É ele quem tem contato com cada turma formada durante um semestre, quem vai para a escola, ministra as aulas da cartilha e debate o assunto com pais, alunos e professores.

Sendo assim, o policial proerdiano se torna o principal elo entre a polícia e a comunidade escolar, no que tange as ações desse programa. Ele está ligado funcionalmente ao Comandante da Unidade Operacional Policial Militar na qual ele está lotado e é responsável por realizar as formações nas escolas que correspondem às áreas de atuação territorial de cada unidade.

Como o efetivo policial capacitado para realizar as formações é muito menor que a demanda de escolas existentes, não é possível atender de forma contínua a todas as escolas que desejam ser beneficiadas pelo programa, sendo muitas vezes, necessário um rodízio entre as instituições de ensino. Tal rodízio é promovido pelo comandante da OPM, levando em consideração as solicitações realizadas pelas escolas, as informações fornecidas pelo instrutor proerdiano e a realidade vivenciada pelas instituições de ensino.

De acordo com dados disponibilizados pela Polícia Militar da Bahia, através da página do PROERD, no site Institucional, durante os primeiros 09 anos de existência, o programa atendeu mais de 240.000 estudantes, oriundos de 3.000 escolas da Capital e do Interior do Estado¹¹. De forma que já se constitui como um programa consolidado de atuação nas instituições de ensino da Bahia e tem sido alvo de vários estudos acadêmicos. Discorrerei um pouco mais sobre ele, dando ênfase na formação dos policiais militares que executam o programa, no item 5.3 do capítulo 4.

2.3.3 As Bases Comunitárias de Segurança

¹¹Dados extraídos da página do PROERD no site da PMBA: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=173

De acordo com o artigo 2º da portaria nº 058/15, que estabelece as normas para estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança, estas tem por objetivo:

[...] promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração da comunidade local com as instituições de segurança pública e demais órgãos públicos, e destas entre si, resgatando a cultura de paz, baseado nos moldes do Sistema *Koban*, tendo por princípio a excelência nos serviços prestados baseados na promoção e defesa dos direitos humanos.

Dessa forma, às bases devem executar suas atividades de acordo com os princípios do policiamento comunitário inspirados no Sistema de Policiamento *Koban*, oriundo da polícia japonesa. De acordo com Brandão (2009), *Koban* significa a junção de dois termos japoneses: *Ko*, que significa troca, e *Ban*, que quer dizer vigilância. Sendo assim, tem-se o *Koban* como um sistema que opera por meio da vigilância ininterrupta, baseada num serviço de troca, que se caracteriza pela presença constante de policiais em determinada região. Os mesmos estão atrelados a um posto policial de serviço e revezam em uma escala diuturna e ininterrupta, atuando de forma integrada com a comunidade e privilegiando as ações preventivas.

Dessa forma o sistema *Koban* preconiza as modalidades de patrulhamento a pé, em bicicletas, veículos motorizados e embarcações, para assegurar o estabelecimento de medidas de aproximação com a comunidade. Visando também, a identificação e resolução conjunta, entre policiais, membros da comunidade e órgãos públicos, dos problemas de segurança enfrentados pela sociedade local.

Foi para atuar nesses moldes que a primeira Base Comunitária de Segurança foi instalada na Bahia, no bairro do Calabar, em Abril de 2011. Em Setembro do mesmo ano foram inauguradas as 2ª, 3ª e 4ª BCS no Complexo Comunitário de Amaralina, seguidas da base de Fazenda Coutos em janeiro de 2012 e de Itinga em Agosto do mesmo ano. E atualmente, de acordo com dados fornecidos pelo Pacto Pela Vida¹², já existem 15 BCS instaladas em todo o Estado, sendo 12 na Capital e RMS e 03 nas cidades do interior.

¹² Dados extraídos da página da internet do Programa Pacto pela Vida: <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>

Importa ressaltar que as bases não possuem um programa específico para atuação nos estabelecimentos de ensino. Elas atuam guiando-se pelos princípios do policiamento comunitário através de ações de parceria com as instituições de ensino, tentando identificar as demandas locais e desenvolver ações conjuntas para contenção e resolução dos problemas referente a situação da segurança e da paz nas escolas.

Dentre as ações realizadas é possível destacar – pela minha vivência enquanto subcomandante da BCS/Itinga e pelo relatado por policiais da BCS/Fazenda Coutos, durante a observação participante - a realização de visitas e palestras; o acompanhamento das chegadas e saídas dos estudantes, principalmente do turno da noite; o fomento a implantação de grêmios estudantis; a estruturação de projetos voltados para área de arte, cultura, esporte e turismo, dentre outras ações.

É importante salientar que nem todos os projetos são executados em todas as bases. Estes variam de acordo com a necessidade local e com os conhecimentos disponibilizados pelos policiais para as ações nas escolas. Isso porque as BCS não seguem um programa específico de policiamento escolar e, também, não possuem uma formação institucionalizada para isso.

Sendo assim, os policiais utilizam os princípios do policiamento comunitário, aliados a formação prévia que possuem em áreas variadas do conhecimento – como recursos humanos, arte, esporte, turismo e tecnologias da informação, dentre outros – para a elaboração de projetos que possam ser revertidos em benefícios da comunidade escolar.

Tais iniciativas são interessantes, mas elas precisam ser utilizadas com cautela, para não incidir em um dos cinco erros apontados por Dias Neto (2002) no policiamento comunitário escolar - onipresença policial, superestimar o papel da polícia, esvaziar a autoridade da escola, limitar a atuação da polícia ao entorno da escola e realizar a policialização do espaço escolar – que tratamos de forma mais aprofundada no item 4.2.3.2, no capítulo 3.

Além disso, importa frisar, que o conhecimento prévio adquirido pelos policiais, ao longo de sua formação de vida, profissional e acadêmica, são importante, e tanto podem, quanto devem ser utilizados em prol da qualificação do serviço de policiamento prestado à população. Contudo, elas não substituem uma formação específica em Policiamento Comunitário Escolar - PCE.

É a respeito dessa necessidade de formação dos policiais das bases comunitárias de

segurança, que atuam nas escolas de possuírem uma formação específica em PCE, que trate das peculiaridades atreladas a esse tipo de policiamento, que tratarei no capítulo 3, onde trago a descrição de um estudo de caso participante, no qual pude observar uma iniciativa piloto de formação para esse público.

Dando sequência ao percurso metodológico proposto e em atenção ao objetivo geral estabelecido para esta pesquisa, que é compreender como ocorre o processo de formação dos policiais, da Polícia Militar da Bahia, que realizam intervenção nas escolas através do PROERD, da Ronda Escolar e de outras Unidades Operacionais, passarei agora para os próximos capítulos.

Sendo assim, nos dois próximos, realizo uma reflexão teórica a respeito das violências que permeiam o ambiente escolar e discuto a função da escola e da polícia nesse processo de enfrentamento ao fenômeno das violências nas escolas. E no capítulo seguinte, apresento os resultados obtidos através das fontes de evidências utilizadas para estudo e análise da formação dos policiais militares da Bahia para intervenção nas instituições de ensino.

3 – CAPÍTULO 2: DISCUTINDO O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A palavra “violência” é muito discutida no meio acadêmico, sendo atrelada a diversas conceituações, desde as mais simples e reducionistas às mais complexas. Neste trabalho adoto o termo violências para caracterizar um conjunto de acontecimentos complexos que permeiam a comunidade escolar sendo decorrentes, de fatores exógenos e endógenos. Dessa forma, compreendo que o contexto influencia e é influenciado pelo ambiente escolar.

Meu posicionamento a respeito do termo “violências nas escolas”, aqui se dá em concordância com o pensamento de Abramovay e Graças Rua (2002), ao alertar que tratar de violências nas escolas significa lidar com uma interseção de objetos e seus significados. Isto é, uma perspectiva sobre determinada ordem e não simplesmente a superposição ou o somatório dos objetos: escola e violência. Nesse sentido, cabe compreender as implicações da união entre esses dois objetos, que embora aparentem ser simplesmente a adição de um ao outro é mais do que isso, é a transformação em um objeto novo, que modifica as crenças que envolvem a ambos, visto que as palavras carregam ideologias opostas e não deveriam sequer cruzar-se.

Como exemplo disso, temos o pensamento coletivo a respeito do significado da palavra escola. No imaginário social a escola está ligada ao ambiente educativo, responsável pela formação do homem cidadão, a quem deve ensinar valores morais e éticos para a vivência de uma vida plena e harmônica em sociedade. Como local de sociabilidade, humanidade e valorização do homem.

Olhando por esse viés, não encontro o espaço no qual a escola possa pactuar com a violência. Isso porque esta última se funda em princípios opostos ao proposto para o ambiente escolar, pois se baseia no desrespeito ao outro, gerando opressão, tirania, ilegalidade e comportamentos antiéticos, indecentes e imorais. Produzindo dessa forma, efeitos contrários ao esperado para a convivência na escola e em sociedade.

Contudo, apesar de todas essas ocorrências contrárias ao idealizado para a escola, a violência no ambiente escolar é uma realidade. Tal constatação me leva a perceber que é preciso deixar essa visão romântica da escola, enquanto local cercado apenas por boas

referências e intenções, para tentar compreendê-la como um local habitado por violências. E nesse sentido, não falo de violência como algo único, mas de ocorrências variadas e complexas, que se desencadeiam pela confluência de fatores diversos que encontram campo fértil no ambiente vivenciado na escola e no âmago de cada sujeito, que se permite praticar um ato destrutivo contra si próprio e/ou contra outras pessoas. Portanto, ao falarmos do fenômeno não uso o termo no singular, mas no plural. Logo, violências.

Dessa forma neste capítulo – atenta aos primeiros objetivos específicos propostos para esta pesquisa - discorrerei a respeito das violências que permeiam o espaço escolar, abordando alguns aspectos do fenômeno, tentando oferecer uma visão mais ampla sobre o assunto, mas sem a pretensão de esgotá-lo. Buscando também compreender qual o papel da escola no enfrentamento dessas violências. Para tanto, recorro a Charlot (2002), agrupando as manifestações de violências em três grupos conceituais: Violências da Escola, Violências na Escola e Violência à escola, a respeito dos quais discorrerei nos subtópicos a seguir.

3.1 VIOLÊNCIAS DA ESCOLA

Segundo Charlot (2002) o termo “violência da escola” está ligado à violência institucional praticada pela instituição escolar através de posturas não dialógicas, totalizantes e excludentes, contra seus membros e/ou aqueles que desejam ter acesso a ela, mas não conseguem. Tal percepção já provoca uma ruptura com a visão idealizada da escola como a instituição que apenas sofre com as violências e passa a percebê-la também como produtora de tais atos.

Por tais motivos, nesta seção abri espaço para discutir a respeito das violências que podem ser praticadas pela instituição escolar, quer seja através da forma como ela se estrutura para reforçar a ideologia de uma sociedade desigual – violência estrutural - ou pelas regras que ela impõe, funcionando de forma a oprimir os seus membros e tirá-los da condição de sujeito singular, pensante e capaz de agir criticamente diante das situações cotidianas que o envolvem – violência institucional.

3.1.1 – A Escola e a Violência Estrutural

Enquanto instituição responsável por promover aprendizagem e socialização de crianças e adolescentes, a escola traz em sua história, também, a contraditória tarefa de reprodução da ideologia da classe social dominante e de manutenção da estrutura vigente. Sendo assim, se vivida de forma acrítica e despolitizada pelos seus gestores e professores, ao invés de provocar a tão desejada modificação social, torna-se palco de violência estrutural e de preservação do *status quo*.

Cappi (2009) infere que a violência estrutural é caracterizada pelo funcionamento de uma sociedade desigual e excludente. Ela está embutida nas formas das relações sociais existentes. É, também, a maneira pela qual a sociedade se organiza e gere o próprio desenvolvimento: desconhecendo, oprimindo ou excluindo seus componentes, autorizando o alastramento das desigualdades.

Neste aspecto, uma das instituições responsáveis em reproduzir essa estrutura injusta e excludente é justamente a escola, que atua como estabelecimento de ensino estruturado pela força estatal para ensinar as gerações futuras os costumes e valores preconizados pela sociedade existente. Contudo, tais preceitos morais ensinados na escola não são os compartilhados pelas diversas tribos e classes que compõem a sociedade e sim, os eleitos como importantes para a perpetuação da estrutura de poder e dominação econômica das classes sociais dominantes.

É possível observar essa estrutura, desde as primeiras atividades escolares realizadas no Brasil. Pois, o trabalho de catequese realizado pelos Jesuítas era estruturado de forma violenta. Isso porque desprezava a cultura dos índios e visava incutir o ensino religioso católico. Nesse sentido, a escola já nasce no Brasil com o intuito de introduzir e reproduzir os ideários sociais e religiosos da classe dominante e dominadora. Ignoram-se os hábitos, ensinamentos e atividades locais para tentar infundir a cultura europeia.

A partir do estabelecimento da educação dos colonizadores que só existe um Deus, uma forma de pensar e um tipo de conhecimento válido. O que fugia ao padrão dos dominadores – como todos os ensinamentos, valores e costumes seguidos pela cultura indígena - era posto de lado como sem importância, como algo de menor valor e por vezes até vistos como afronta.

Nesse mesmo aspecto, contudo avançando em termos temporais, Barbara Freitag (1980) em seu livro “Estado, Escola e Sociedade” faz uma análise sociológica da forma como a realidade educacional brasileira foi estruturada ao longo do período ditatorial e de redemocratização do país - 1930 a 1980. A autora comenta a transformação gradual e progressiva na qual a escola deixou de ser instituição privada da igreja, responsável em reproduzir a ideologia religiosa, para se tornar Aparelho Ideológico do Estado - AIE.

Freitag destaca o estabelecimento de um sistema de ensino altamente seletivo, que não oportuniza o acesso da população, em idade escolar e de classes subalternas às escolas. Mesmo após a sanção de diversas leis que propunham reformas na estrutura educacional do país, inclusive da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1961), a situação não avançou muito nesse aspecto, pois e além de não diminuir a seletividade ainda acaba por reforça-la.

De acordo com a autora, as leis sancionadas no período - como a da reforma do ensino superior, o fortalecimento do ensino particular com ajuda financeira do Estado através da Constituição de 1967, a instituição do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL como medida de cooptação e contenção da classe operária, bem como as leis de reforma do ensino do 1º e 2º grau e de institucionalização do ensino supletivo - traziam uma base ideológica pseudocomprometida com o avanço e melhoria das classes subalternas, e no seu âmago, trabalhavam a favor da manutenção da sociedade de classes e da expansão do neoliberalismo.

Dessa forma, apesar da democratização do ensino, da criação de novas escolas, do aumento de vagas e de abertura de cursos profissionalizantes, o estudo do período histórico em questão, evidencia a ausência de políticas públicas realmente comprometidas com a emancipação das classes subalternas. O que existia eram falsas oportunidades de avanços para os componentes da camada mais baixa da população, com o intuito apenas de oferecer-lhes a formação necessária para se constituírem em mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Nesse aspecto, Guimarães e Sergipe (2015) destacam que a partir da década de 1980, com o início do processo de redemocratização, o governo tinha como preocupação a implementação de uma educação que deveria atender as demandas do mercado, direcionada para a formação de professores e para formar pessoas capazes de operar as novas tecnologias, advindas em virtude da abertura do país para o comércio internacional, realizado durante o regime militar.

Para tanto, foram ampliadas as reformas educacionais, financiadas por agências internacionais, com o intuito de garantir as exigências de um mundo sofisticado em que a melhor maneira de sobreviver era a partir da exploração da força de trabalho humano. Tal cultura mercantil propiciava muitos entraves aos trabalhadores que desejavam alcançar os níveis mais elevados dos estudos, quer seja por falta de vagas, por horários incompatíveis com a possibilidade de trabalhar ou pela formação parca, que não dava subsídios para continuar avançando.

Seguindo pela linha histórica, Guimarães e Sergipe (2015) comentam que os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso – FHC e Luiz Inácio Lula da Silva - Lula também mantiveram as suas ações na educação de acordo com o preconizado pelo mercado internacional. Faz-se um destaque ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva - Lula, que propôs para a educação uma série de mudanças em todas as modalidades de ensino, desde a Creche ao Ensino Superior.

Nesse sentido, o governo de Lula ampliou visivelmente o acesso da população subalterna aos níveis mais elevados de ensino, fomentou o debate público e abriu canais de participação popular, contudo, vestindo uma nova roupagem do realizado pelo seu antecessor, manteve de forma indireta os mesmos modelos adotados anteriormente, somados à permanência dos organismos internacionais na construção das ações desenvolvidas pelo Estado na educação.

Nesse mesmo sentido, tem-se evidenciado nos dias atuais, que o país continua olhando para a situação da educação sem a seriedade necessária para efetivação de políticas públicas de educação. Pelo contrário, o atual governo Temer, tem apresentado uma regressão no que diz respeito aos avanços alcançados em termos de participação social nas pautas públicas. Prova disso, foi o envio ao Congresso Nacional da Medida Provisória - MP nº 746/2016, que estabelece a reforma do ensino médio, sem a devida participação e debate a respeito do tema.

Em que pese o fato de urgir uma reforma efetiva no sistema de ensino brasileiro, não apenas no ensino médio, esta não deve ser realizada através de uma medida autoritária e restritiva como a medida provisória. Vale ressaltar que a proposta é um retrocesso, não só pela forma como está sendo conduzida, mas também por partes do seu conteúdo, que entre os principais atrasos destaco a não obrigatoriedade dos componentes curriculares Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física, que estimulam o pensamento crítico do

estudante sobre a realidade que ele vivencia e propicia uma formação transversal aos conteúdos que visam formar para a vida e para o mercado de trabalho.

Além disso, a medida provisória fraciona o ensino médio em cinco itinerários formativos, a saber: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissionalizante, priorizando mais uma vez, através de uma política neoliberal, a formação básica para inclusão no mercado de trabalho e aumentando a seletividade para o acesso aos cursos de nível superior.

Digo isto, pois com a aprovação da medida, o estudante de baixa renda que optar pela formação técnica e profissionalizante – que lhe proporcionará um acesso mais rápido ao mercado – não poderá tentar vestibular para cursar o nível superior, a menos que retorne a escola e cumpra o ciclo correspondente a nova área desejada. Isto beneficia as classes média e alta que podem sustentar seus filhos estudando por mais tempo, até alcançar o diploma de nível superior e dificulta o acesso das classes subalternas a esse nível de ensino, em virtude da sua necessidade social de ser inserida rapidamente no mercado de trabalho, para ajudar no sustento da família.

Dessa forma, a medida provisória 746/16 vem dificultar o acesso à ascensão social por meio do estudo e reforça a violência estrutural da sociedade, subjugando, mais uma vez, as classes subalternas. É importante que educadores e estudantes estejam atentos a isso, pois a existência da violência de forma estrutural é a própria violação dos direitos básicos de todo e qualquer ser humano, visto que a manutenção e exploração da pobreza, o desrespeito às diferenças e a imposição de desigualdades em oportunidades ferem o princípio da dignidade humana, cancelado por nossa Carta Magna e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH.

Sendo assim, ao invés de reforçar tal situação, educadores e estudantes precisam trabalhar para modifica-la, visto que uma sociedade cuja violência possui dimensões estruturais se constitui num terreno fértil para os desvarios da violência interpessoal e da violação dos direitos humanos, na medida em que coloca em situação de normalidade a imposição da força desrespeitosa e inferiorizante do mais forte sobre o mais fraco.

Nesse diapasão a violência estrutural que permeia a sociedade, coloca a escola em situação de vulnerabilidade ao permitir o sucateamento do espaço físico e tirar-lhe a sua capacidade de cumprir a missão de formar cidadãos críticos e com capacidade de serem

inseridos no mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção da situação de desigualdade existente no país.

Sendo assim, importa ressaltar que os profissionais da educação, ao atuarem na escola, possuem papel fundamental na mudança que se espera para o país. Destaque-se que a classe de educadores, não permaneceram inertes a essas manipulações que tentavam fazer da escola, local de mera reprodução de mão de obra para atender ao mercado financeiro.

Muito foi a resistência, muitos foram os movimentos encabeçados por educadores que não aceitavam e não aceitam o estabelecimento do ensino escolar como mera educação bancária. Que fizeram e fazem das ruas, das universidades, das escolas e das salas de aula o espaço de contra-argumentação das políticas de descaso à educação estabelecida no país. E é imprescindível que esse movimento continue, que os profissionais da educação assumam uma postura crítica ao realizar suas atividades, de forma a fomentar a reflexão e a ação para a mudança entre os estudantes, pois quando a escola não age de forma a libertar, age para oprimir e realiza violência estrutural.

3.1.2 - A Violência Simbólica ou Institucional

Caracterizada por práticas institucionais abusivas que restringem os direitos das pessoas que convivem na instituição e se apresentam com sua forma de funcionamento a violência institucional mostra-se mais comumente através de atitudes e normas autoritárias que tentam anular o outro, colocando-o em condição inferiorizante através da restrição de direitos. Citação direta não precisa da pagina

Sob esse aspecto, Abramovay e Graças Rua (2003) inferem que a violência Institucional ou simbólica pode ser compreendida como a falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos. Pela visão do ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses. Bem como pelas imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho. A violência institucional também se mostra nas relações de poder entre professores e alunos e na negação da identidade e da satisfação profissional dos professores, que se veem obrigados a suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

É possível visualizar, também, a manifestação da violência simbólica através do descuido para com as instalações físicas, das condições de trabalho precárias, pela forma como as regras são impostas aos alunos e também na medida em que elas transmitem atitudes preconceituosas, racistas e discriminatórias. Bem como, pela perpetuação da exclusão social – através do não acesso ao direito básico de escolarização - pela incapacidade de garantir a permanência na escola e a ascensão a níveis de escolarização superiores.

Nesse aspecto que diz respeito a continuidade dos estudos em níveis mais elevados, como a graduação, através da aprovação nos vestibulares, a escola da rede pública acaba se apresentando como espaço de decepção e exclusão social, pois apresenta-se como pouco capaz de oferecer oportunidades reais de acesso aos cursos de nível superior. Abramovay e Graças Rua (2003) em pesquisa realizada em mais de 340 escolas no Brasil, informam que a percepção dos professores e estudantes das escolas públicas brasileiras é de que para os alunos das escolas privadas, o futuro é mais promissor, devido a fatores institucionais (como a qualidade do ensino) e sociais (como condição econômica familiar favorável e tempo para estudar).

Além disso, a escola pode se apresentar como espaço de exclusão social quando seus alunos são vítimas de preconceito e estereótipos, por sua condição social, econômica e pela localidade onde moram, “muitos são vistos como marginais, despreparados, mal-educados e, portanto, nocivos à sociedade” (Abramovay e Graças Ruas, 2003, p. 45).

Caracteriza-se também através das relações e oportunidades de acesso desiguais aos empregos com melhores oportunidades de salário, o que está diretamente ligado a ascensão aos níveis mais elevados de ensino, que nem sempre são alcançados pelos estudantes de escolas públicas pelos motivos já discutidos acima.

Outro ponto a ser discutido é a respeito do racismo no espaço escolar. Abramovay e Graças Rua (2003, p. 41) inferem que “Embora institucionalmente silenciada, a violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de concepções quanto à raça, mostra-se evidente na comunidade escolar”. O racismo pode se manifestar através de “brincadeiras” inferiorizantes que utilizam o fator racial como motivo de piadas e chacotas.

Pode se manifestar também através de imagens veiculadas nos livros didáticos que vinculam padrões raciais a determinadas profissões. Esses casos, como na diferença

apresentada entre a distribuição racial por turno de aula, apontam para o problema do racismo estrutural da nossa sociedade, que ainda oferece condições desiguais entre brancos e não brancos.

Falar de racismo, preconceito e discriminação, embora dentro da discussão a respeito da violência institucional, por ter sua face mais visível através de atitudes discriminatórias de uma pessoa contra outra por conta da sua raça, remete ao assunto da nossa próxima seção – que trata das violências nas escolas, que possuem caráter interpessoal.

3.2 VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

De acordo com Charlot (2002) a violência na escola é o tipo de ocorrência que poderia acontecer em qualquer lugar, mas que por força de oportunidade acaba acontecendo dentro do ambiente escolar - são as brigas, rixas, agressões, tentativas de homicídios, dentre outras. São atitudes cometidas de forma individual ou coletiva contra uma pessoa ou grupo, que assume pelo seu caráter o nome de violência interpessoal.

Nesta seção discuto alguns aspectos que envolvem tais casos de violências na escola, caracterizados por ocorrências de violência interpessoal (de ordem física ou não física), sexual e o *bullying*. Trato os dois últimos em subtópicos específicos em virtude da grande relevância que possuem, inclusive sendo alvo de legislação regulatória específica e de muitas discussões em todo o mundo.

3.2.1 – A Violência Interpessoal

Como falamos anteriormente, a violência interpessoal é aquela cometida por uma ou mais pessoas que tentam atingir outra pessoa ou grupo. Pode ser de natureza física (agressões, estupros e roubo) ou não física (ameaças, *bullying* e o assédio). Possui muitas variações e encontra-se entre os tipos de ocorrência que possui mais visibilidade nas escolas. São elas que geram as sanções contra os estudantes, quer sejam de ordem administrativa (advertência, suspensão, expulsão) ou legal (medidas socioeducativas). São elas, também, que dão maior visibilidade ao problema das violências nas escolas, pois resultam em reportagens midiáticas, estudos acadêmicos e intervenções policiais. Nos próximos parágrafos discorrerei um pouco mais a respeito de cada uma delas.

3.2.1.1 Violência Não Física

A violência não física ocorre quando não é necessário utilizar força para atingir e violentar o outro. Pode se apresentar de forma verbal como insultos, ameaças, grosserias e xingamentos e/ou psicológica como humilhações, *bullying* e o *ciber bullying*. Por não causar dano visível ao corpo físico da pessoa ela pode ir crescendo em intensidade e duração, de forma a ser identificada pelos responsáveis da criança ou adolescente apenas depois que causa consequências desastrosas, como o suicídio.

Sendo assim, é preciso olhos atentos para identificar mudanças no comportamento de estudantes que podem indicar a vitimização por violências não físicas. Pois, embora não sejam visíveis a olhos desatentos, tais ocorrências modificam o clima das relações vivenciadas nas escolas, provocando tensões cotidianas e causando sensação de insegurança.

As ameaças são a primeira modalidade de violência não física praticada contra pessoas. Segundo Abramovay e Graças Rua (2003), elas se apresentam como promessas explícitas de causar danos ou de violar a integridade física ou moral, a liberdade e/ou bens de outrem. Elas podem ser dirigidas entre alunos, entre membros do corpo técnico-pedagógico, como também podem ser dirigidas por estes, para atingir pais e funcionários.

As autoras citadas, após realizar uma pesquisa sobre violência em 340 estabelecimentos de ensino do Brasil, chegaram a seguinte conclusão: a maioria das ameaças é direcionada aos professores pelos alunos, ocasionadas por discordâncias das notas e pelas falhas disciplinares nas salas de aula. O retrato dessa situação pode ser observado através de charges que circulam corriqueiramente nas redes sociais, como as representadas pelas imagens 1 e 2, que evidenciam que elas ocorrem com mais frequência do que imaginamos.

Imagem 01 - Ameaça



Fonte: www.professoradiltonbarros.blogspot

Imagem 02 – Ameaça com Arma



Fonte: www.professoradiltonbarros.blogspot

As charges acima satirizam a situação de ameaças recorrentes pelas quais os professores são submetidos cotidianamente. Na primeira imagem temos a ameaça configurada simplesmente pela reação corporal e facial com que o estudante olha para a professora. Na segunda, já temos a verbalização da ameaça e a utilização de uma arma de fogo como componente de reforço na intimidação da figura do professor. Tais imagens, além de retratar os diferentes níveis que as ameaças podem alcançar, demonstram a situação de tensão que elas provocam por indicarem uma possível evolução para violência física. Contudo, as ameaças não ocorrem apenas entre alunos e professores, elas também podem ocorrer de forma inversa, bem como entre o próprio corpo técnico-pedagógico e/ou entre os estudantes. Quando constantes, e aliadas a outros fatores, podem evoluir para outro tipo de violência perversa que tem sido alvo de estudo e de preocupação entre vários países do mundo, inclusive o Brasil: O *bullying*.

3.2.1.2 – *Bullying*

O *bullying* compreende atitudes agressivas – de forma verbal, física, psicológica, sexual e/ou virtual - praticada de forma intencional e repetida, dentro de uma relação desigual de poder, sem uma motivação evidente, praticadas, por um ou mais indivíduos contra outro(s), causando forte dor física e emocional, podendo ocorrer dentro ou fora do ambiente escolar.

Sob esse aspecto, Gomes e Sanvozo (2003, p. 19) inferem:

O que diferencia o *bullying* escolar de outros tipos ou desavenças dentro das escolas é o seu caráter repetitivo, sistemático, doloroso e intencional de agredir alguém (verbal, física, moral, sexual, virtual ou psicologicamente), notoriamente em situação de vulnerabilidade, evidenciando um desequilíbrio de força (poder e dominação) entre os envolvidos.

Nesse sentido, importa observar alguns pontos, para que seja possível identificar quando uma ocorrência está relacionada ao *bullying*. A primeira delas é a frequência: para ser considerado *bullying*, o ato agressivo deve ter ocorrido repetidas vezes, não há de se falar no fenômeno em casos que só aconteceu uma vez. O segundo ponto é a intencionalidade: é preciso que as ações sejam feitas de forma intencional, que haja a motivação de causar dor ao outro. E um terceiro aspecto importante é a desigualdade de poder entre quem pratica o ato de violência e a vítima, caracterizando um desequilíbrio de força entre as partes.

O *bullying* vai minando a autoestima da vítima e diminuindo a sua capacidade de reação momentânea, podendo levar ao autoflagelo e ao suicídio. Por outro lado, de forma também extrema, pode levar a vítima a querer o revide, através do cometimento das mesmas práticas com outras pessoas ou até mesmo do assassinato dos que os violentaram e de outros membros da escola, como no caso do Massacre do Realengo ocorrido em 2011, em que um ex-estudante, de 23 anos, invadiu a escola municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, e começou a realizar disparos de arma de fogo, matando doze crianças, ferindo outras doze e cometendo suicídio logo em seguida.

Em casos como esse, a vítima do *bullying* volta ao local onde era violentado e comete atitudes desastrosas, como o homicídio e o suicídio. Por suas características perversas e consequências terríveis, esse tipo de violência tem chamado a atenção de juristas de todo o mundo, inclusive no Brasil, que possui uma proposta de criminalização do fenômeno tramitando no Senado Federal, em meio à proposta de reforma do código penal.

De acordo com Gomes e Sanvozo (2003, p. 18), a comissão que levou a proposta para o Senado optou por nomear o *bullying* como intimidação vexatória, sendo esta uma das variações do crime de ameaça. Se a proposta for aprovada, o crime e/ou ato infracional, a depender da idade do autor, será tipificado da seguinte forma no §2º do art. 147:

Intimidar, constranger, ameaçar, assediar sexualmente, ofender, castigar, agredir, segregar a criança ou adolescente, de forma intencional e reiterada, direta ou indiretamente, por qualquer meio, valendo-se de pretensa situação de superioridade e causando sofrimento físico, psicológico ou dano patrimonial.

Pena – prisão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Embora a tipificação penal seja importante para chamar atenção da sociedade para o tamanho do problema, ela por si só não resolve, por que a penalização age na punição do autor, sendo o seu potencial preventivo muito baixo. Sendo assim é preciso o estabelecimento de políticas públicas que mobilizem as instituições escolares para discutir e adotar medidas de prevenção e enfrentamento ao *bullying*, através do envolvimento de outros profissionais, como psicólogos, e instituições ligadas à rede de proteção a criança e adolescente.

3.2.1.3 - Violência Física

Caracterizada pelos atos de agressão, cometidos por uma ou mais pessoas contra um indivíduo ou grupo, o ato físico é uma das formas mais expressivas de violência, pois normalmente causa danos visíveis ao corpo de quem é vitimado. Pode ser realizado através da utilização unicamente da força humana - socos, chutes – ou com auxílio de força mecânica, através da utilização de objetos contundentes e/ou perfurocortantes - pedaços de madeira, braços de carteira, canetas, chaves de fenda, faca, dentre outros.

A violência física é vivenciada corriqueiramente nas escolas através das brigas – situação de agressão física mutua, entre duas ou mais pessoas. De acordo com Abramovay e Graças Ruas (2003), as brigas são consideradas acontecimentos corriqueiros, nas escolas, de forma a sinalizarem uma banalização da violência e sua legitimação como uma forma de resolver problemas. Briga-se por tudo... Por futebol, pelas notas, pelo lanche, por causa de apelidos, porque alguém passou “encarando”, por estudarem em turnos diferentes, dentre outros motivos.

As agressões verbais e físicas, tais quais as brigas, que não se utilizam de objetos contundentes ou perforucortantes, são as que mais chegam ao conhecimento da direção das escolas. São também as mais toleradas pelo meio, principalmente quando não geram

lesão aparente. Normalmente a escola resolve tais situações sozinhas, sem o auxílio de policiais, através do estabelecimento de sanções administrativas e/ou pedagógicas.

Tradicionalmente, as escolas costumam adotar as seguintes sanções administrativas: advertências – utilizada em casos de menor gravidade, quando o estudante não possui sanções anteriores em sua ficha; suspensões – aplicadas em casos de gravidade média, quando normalmente o aluno já foi advertido por conta de caso igual ou semelhante; e a expulsão – que é utilizada nos casos mais complexos, quando os estudantes praticam um ato totalmente incompatível com as normas da escola, como atos infracionais, e/ou por apresentarem comportamento repetitivo em situações anteriores pelas quais já foi advertido e suspenso.

Contudo, atualmente, existem escolas que trabalham com medidas alternativas para resolução de casos de conflito e violência, que fogem do tripé advertência, suspensão, expulsão. São medidas como círculos restaurativos, mediação de conflitos e assembleias de classe que trabalham formas dialógicas e pedagógicas de resolver alguns tipos de ocorrências, levando os estudantes afetados, direta ou indiretamente pelo fato, a refletirem sobre ele e apontarem possíveis soluções.

Tais medidas podem ser utilizadas de forma conjunta com as formas de sanção tradicional ou não e encontram o seu diferencial em dar voz às vítimas, buscando oferecer suporte emocional depois do problema e tentando encontrar vias de reparação do dano, buscando abordar o problema de forma mais complexa, sem limitar-se a identificação e punição do culpado.

Apesar de serem alternativas interessantes para o enfrentamento da violência nas escolas, tais medidas precisam ser acompanhadas de um entendimento pela equipe gestora e executada a respeito da mudança de paradigmas que elas representam. Pois ao invés de trabalharem com a punição de culpados, buscam a restauração da relação quebrada. Tendo como um dos pontos principais o respeito à voluntariedade das partes envolvidas – autor e vítima – de optarem por esse tipo de resolução de problemas.

Cabe destacar que a violência física, quando praticada por crianças e adolescentes, a depender do seu resultado, pode se configurar em ato infracional, conforme previsto no artigo 103 do Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. E nestes casos é preciso o envolvimento de outras instituições – Polícias, Juizado de

Menores, Ministério Público, Conselho Tutelar – para lidar com tais situações, juntamente com a escola.

O ECA considera como ato infracional toda conduta descrita como crime ou contravenção penal cometido por crianças e/ou adolescentes e estabelece as medidas sócio-educativas como forma de sanção, ao invés das penalidades aplicadas em pessoas que se encontram em fase adulta e já respondem pelos seus crimes através do Código Penal.

Nesse aspecto, importa ressaltar quem é a criança e o adolescente para a legislação brasileira. De acordo com o artigo 2º do ECA, considera-se como criança, para os efeitos da Lei 8.069, a pessoa de até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Essas pessoas em fase de infância e adolescência não são alcançadas pelo Código Penal Brasileiro - CP, mas respondem de acordo com o ECA e são submetidas a ação de medidas sócio-educativas, previstas no artigo 112 do referido estatuto, tais quais: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional e estabelecimento de medidas de proteção.

Nos casos de violência física, que resultam em lesão corporal de natureza média ou grave¹³, normalmente realizada através da utilização de instrumentos contundentes ou perforocortantes, a escola pode precisar do apoio da Polícia Militar para que o caso seja conduzido e registrado na Delegacia do Adolescente Infrator. O registro na delegacia dá uma nova configuração ao ato cometido dentro da escola, pois deixa de ser apenas um caso de indisciplina – passível das sanções administrativas da escola – e passar a ser também um ato infracional – em que podem ser aplicadas as medidas socioeducativas.

Nem sempre, a escola leva ao conhecimento da polícia os atos infracionais praticados pelos estudantes. É comum, que os casos tidos como de menor gravidade sejam resolvidos apenas pela esfera administrativa, sem o conhecimento das autoridades policiais e jurídicas. Isso ocorre por vários fatores, dentre eles: o fato da escola não

13 De acordo com o Artigo 129 do Código Penal Brasileiro configura lesão corporal ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Submisso a pena - detenção, de três meses a um ano. O § 1º prevê a lesão corporal de natureza grave se resulta: I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; II - perigo de vida; III - debilidade permanente de membro, sentido ou função; IV - aceleração de parto:

desejar passar a imagem de lugar violento, ocupado por marginais, e pelo fato do registro na delegacia incluir os estudantes no rol dos infratores.

Contudo, tem crescido a quantidade de vezes em que a polícia militar tem sido acionada para intervir nas escolas. Aqui na Bahia, desde o surgimento da Ronda Escolar, em 2003 até os dias atuais, observa-se um aumento na quantidade de vezes que a polícia tem se deslocado para atender as ocorrências envolvendo estudantes, no interior das instituições de ensino.

Nesse sentido, as agressões físicas e ameaça aos membros do corpo técnico-pedagógico (desacato) estão no topo dos motivos de deslocamento das viaturas da PMBA para as escolas ¹⁴. Cabe ressaltar que nos anos de 2013 e 2014 foram registrados 164 e 170 casos, respectivamente de agressão física, bem como 110 e 85 casos de ameaça, pela Polícia Militar da Bahia nas escolas da Capital e Região Metropolitana de Salvador.

3.2.1.4 - Violência Sexual

Uma das formas de violência interpessoal que podem se manifestar no ambiente escolar é a sexual. Esse tipo ganha forma através de insinuações, olhares, gestos e atos físicos. Pode ser dirigida contra os estudantes (crianças e adolescentes) ou membros do corpo gestor/administrativo da escola (adultos) quer sejam homens ou mulheres. Contudo, neste trabalho, daremos ênfase aos casos praticados contra os alunos, que se constituem como grupo mais vulnerável em virtude da sua condição de infância ou adolescência. Estes deveriam encontrar proteção na escola e os adultos que os cercam deveriam ofertar-lhes ensinamentos de cidadania e não agredi-los.

A esse respeito Scussel et al. (2016), estabelecem que a violência sexual contra crianças e adolescentes se constitui enquanto envolvimento destes em atividades sexuais com um adulto, ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, nas quais haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder. Nesses casos, a criança é usada como objeto sexual para satisfação das necessidades ou dos desejos do adulto, sendo ela inábil de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder ou de qualquer incapacidade mental ou física. Tais características que tornam a criança e/ou adolescente impedidos de discernir e escolher quanto às ações psicológicas ou físicos

¹⁴ Dados fornecidos pela Operação Ronda Escolar

que são praticados contra ela atentam, também, contra a sua dignidade e integridade física, emocional e humana.

De acordo com Ungaretti (2010), a violência sexual se constitui como violação dos direitos sexuais, traduzidos através do abuso ou da exploração do corpo e da sensualidade de crianças e adolescentes, quer seja pela força física ou por outras formas de coerção. Ela é caracterizada desde ações verbais e gestuais de coerção até os atos físicos, culminando com os casos de estupro.

Sob esse aspecto Scussel et al. (2016, p. 01 e 02) nos traz alguns exemplos de atos que não envolvem contato físico e que já se caracterizam como violência sexual:

Discussões abertas sobre atos sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou chocá-la; Telefonemas obscenos; Convites explícitos ou implícitos para manter contatos sexualizados; Exibicionismo – exposição intencional (e não natural) do corpo nu de um adulto ou de partes dele a uma criança; Voyeurismo - espionagem da nudez total ou parcial de uma criança por um adulto; Aliciamento pela internet ou pessoalmente; Estímulo à nudez; Fotografia e/ou filmagem de crianças para gratificação pessoal ou para exposição na internet.

Tais exemplificações nos fazem perceber que a violência sexual existe bem antes do estupro acontecer e, além disso, ela pode continuar mesmo depois dele, pois existem casos de assassinatos de crianças e adolescentes após o ataque sexual. Dessa forma, limita-la ao ato físico de conjunção carnal é um erro e pode levar a não detecção do problema antes dele atingir os níveis físicos, deixando a criança e/ou adolescente em situação de vulnerabilidade por muito mais tempo.

Outro ponto que merece destaque é o constatado por Abramovay (2003, p. 53) numa pesquisa realizada em 13 Capitais brasileiras e o Distrito Federal, envolvendo 340 escolas da rede pública e privada: “[...] o assédio sexual é uma das formas mais comuns de violência de professores contra alunos, principalmente contra mulheres, ainda que possa ocorrer entre os jovens ou envolver outros autores na escola”.

Esta é uma certificação preocupante, pois vem coadunar com dados de outras pesquisas oficiais do Brasil e do mundo, como trazido por Scussel et al. (2016) de que o agressor sexual normalmente são pessoas próximas da criança, que ganham a confiança e afeto delas, podendo, inclusive, ter a confiança dos adultos responsáveis pelo menor.

A criança ou adolescente que é vítima de violência sexual costuma dar sinais através da mudança do comportamento, alguns se tornam mais retraídos e tristes, outros ficam mais agressivos. Tais mudanças parecem não apresentar motivo aparente e os educadores e pais devem atentar para esses casos de alterações comportamentais repentinas, pois podem sinalizar que a criança e/ou adolescente está sendo violentado.

Ressalta-se que em geral, os agressores são pessoas da família - pais, padrastos, tios, avós e até irmãos mais velhos – seguidas por pessoas conhecidas pelos entes familiares, inclusive professores e membros do corpo administrativo escolar. Que normalmente exercem suas funções sociais de forma adequada. São bons vizinhos, bons amigos, bons professores, bons colegas de trabalho, contudo, praticam tais atitudes criminosas e degradantes.

Nesse ponto, cabe frisar que embora a violência sexual envolva os aspectos mais íntimos da vida de uma pessoa, ela não pode ser tratada como um assunto que diz respeito apenas à vítima. Pois, proteger a criança e o adolescente de toda forma de violência é uma responsabilidade do Estado, da família e de toda a sociedade.

Nesse sentido, Scussel et al. (2016) ressalta a importância de acionar, em casos de suspeita de violência sexual, uma das instituições que atuam na investigação, diagnóstico, enfrentamento e atendimento à vítima e suas famílias, como Conselhos Tutelares, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA, Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude - PJDIIJ, Vara da Infância e da Juventude - VIJ e Polícia Militar.

Dessa forma, a violência sexual entra no rol dos casos que não podem e nem devem ser tidos como um problema da escola e a ser resolvido unicamente por ela. É preciso acionar outros órgãos à discussão do tema e as ações de enfrentamento, para que seja possível dar uma resposta em vários âmbitos a essa atrocidade que afeta muitos aspectos da vida da vítima, de seus familiares e dos membros da escola.

3.3 VIOLÊNCIA À ESCOLA

Para Charlot (2002) a violência à escola se configura como a atitude hostil, que está ligada de alguma forma a natureza e as atividades da instituição escolar - como alunos que resolvem agredir e insultar professores. Também apresentada através da

depreciação do seu patrimônio físico ou simbólico. Envolvem os atos de vandalismo, furtos, roubos, pichações, utilização de armas de fogo e estabelecimento da escola como ponto de tráfico de drogas. Nesta seção, versarei a respeito desses tipos de violência, apresentando a forma como elas acontecem, as consequências que podem trazer ao ambiente escolar, bem como as possibilidades de intervenção.

Já discutimos aqui que a escola sempre esteve ligada a manifestações de atos violentos, quer seja pela sua estrutura e funcionamento, quer seja pelas ações praticadas em seu entorno. Em se tratando de entorno – comunidade que margeia a escola - os atos violentos praticados nesse ambiente, normalmente de origem criminoso, podem influenciar na rotina da instituição escolar. Não raras são as comunidades escolares, situadas em territórios vulnerabilizados, que já tiveram suas aulas interrompidas por conta de ações violentas cometidas por membros do tráfico de drogas.

A respeito das situações externas que influenciam no ambiente escolar, Abramovay e Graças Ruas (2003, p. 24) a chamam de variáveis exógenas que influenciam na questão das violências nas escolas:

Entre os aspectos externos (chamados pelos especialistas de variáveis exógenas) é preciso levar em conta, por exemplo: questões de gênero (masculinidade/feminilidade); relações raciais (racismo, xenofobia); situações familiares (características sócias das famílias); influência dos meios de comunicação (rádio, TV, revistas, jornais etc.); espaço social das escolas (o bairro, a sociedade).

Nesse aspecto, há de se acrescentar a realidade da forte influência que as redes sociais (facebook, instagram, whatsapp, twitter, snap chat, etc) tem exercido sobre os jovens, na atualidade brasileira. Vários atos de violência são praticados pelas redes sociais, inclusive o *ciberbullying*, que tem levado muitos adolescentes e jovens a situação de depressão, estresse, suicídio e homicídio.

Destaco também, entre os aspectos exógenos, a influência nefasta do tráfico de drogas, presente na sociedade brasileira e baiana, principalmente em comunidades vulnerabilizadas, onde 18% a 45%¹⁵ dos alunos já visualizaram algum tipo de venda de drogas - legais e ilegais - no entorno da escola e entre 15% e 35% já perceberam a comercialização dentro da escola. Em Salvador, esse percentual varia entre 25% e 29% dos alunos.

¹⁵ Pesquisa sobre Drogas nas Escolas (2005).

Além disso, não raros são os casos de alunos que são cooptados pelo tráfico para atuar dentro dos ambientes escolares, e/ou até mesmo dos estudantes que já se matriculam com essa intenção. Tal conduta introduz na escola a presença de drogas ilegais, como já constatado pela Operação Ronda Escolar em Salvador e Região Metropolitana, cujo índice de ocorrências envolvendo o uso de entorpecentes vem crescendo paulatinamente entre os anos de 2013 (1,9%) e 2014 (2,4%)¹⁶ e tem provocado o acionamento da PM para intervir nas escolas.

Falar em uso e tráfico de drogas nos remete também aos problemas envolvendo a presença de armas de fogo nas escolas, que também se configura como motivo de acionamento da polícia, correspondendo a 4,12% dos motivos de acionamento da Ronda Escolar em 2013 e 7,3% em 2014. A esse respeito Abramovay e Graças Ruas (2003, p. 54) nos trazem que “o recurso às armas em brigas e conflitos, nesse tempo de agravamento da violência na sociedade, chega em grande medida à escola”. Inclusive, as autoras informam que alguns estudantes justificam o porte de armas como uma necessidade de se defender, de proteger a si próprios e aos outros e também como forma de impor respeito.

Nesse aspecto, cabe frisar que vários tipos de objetos podem ser considerados como armas – porretes, cassetetes, facas, canivetes – são as chamadas armas brancas. Entre as armas de fogo, encontram-se os revólveres, pistolas e metralhadoras, dentre outros dispositivos de uso restrito das polícias.

Embora, a comercialização e o porte de arma de fogo sejam proibidos no Brasil, exceto os casos previstos por lei, é possível ver pessoas utilizando esse tipo de arma muito mais comumente que o esperado. Isso também acontece nas escolas, onde uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em 2001, já apontava para a presença desses armamentos no ambiente escolar.

De acordo com a pesquisa, uma parcela compreendida entre 9% e 18% dos estudantes entrevistados, informou já ter visto alunos, pais ou professores portando arma de fogo no ambiente escolar. Esse número variou entre 10 e 12% entre os estudantes da cidade de Salvador. A constatação da presença de armamento proibido dentro da escola pode simbolizar a banalização do espaço escolar enquanto ambiente violento, deslocando a

¹⁶ Dados coletados na seção de estatística da Operação Ronda Escolar

escola do lugar de tranquilidade e segurança necessário para o desenvolvimento da aprendizagem.

Outro tipo de violência que banaliza a figura da escola são as ocorrências de furtos e roubos. Tais condutas figuraram no 4º lugar, dos acionamentos da Operação Ronda Escolar, durante os anos de 2014 e 3º lugar no ano de 2013, em Salvador e RMS. De acordo com Abramovay e Graças Rua (2003, p. 58) “Os roubos e furtos aparecem como naturais nos relatos” de alunos e membros do corpo técnico pedagógico das escolas do Brasil. Mostrando a forma como essa atitude é tida como natural no ambiente escolar.

Uns tentam justificar a naturalização dos furtos e roubos na escola por ser um espaço onde convivem muitas pessoas, oriundas de localidades diversas, com ensinamentos familiares diferentes e em que não se tem vigilância constante sobre os pertences. Contudo, mesmo que tais fatores tornem o terreno escolar fértil para o cometimento desses delitos, não se pode naturaliza-los, tanto pelo erro da conduta, quanto por se tratar de um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento para a cidadania, em que tais situações devem ser sempre problematizadas para que a escola continue exercendo a sua função.

3.4 ENTENDENDO A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O SEU PAPEL NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

A veiculação recorrente pela mídia de casos de violência envolvendo as escolas tem levado a necessidade de se pensar alternativas de prevenção e contenção da violência escolar. Ao entendermos que a escola não pode ter seu papel reduzido ao de mera escolarização, sendo apenas o local utilizado para transmissão de conteúdo e preparação para o mercado de trabalho, vemos a necessidade de percebê-la enquanto instituição socializadora que pode e deve contribuir para a formação de sujeitos cidadãos que possuam criticidade e busquem viver de forma plena e harmônica.

Neste aspecto a escola possui papel extremamente importante no enfrentamento às violências que ocorrem em seu espaço, inclusive as cometidas por ela própria. Sendo necessário primeiramente, uma conscientização do corpo diretivo, a respeito da utilização das instituições escolares pelas classes dominantes como instrumento de perpetuação das desigualdades e de um posicionamento ativo contra essa manipulação ideológica.

Importa também, uma decisão dos dirigentes a respeito de como a instituição irá lidar com situações de violência – que incluem o violentar, ser violentada e propiciar a violência interpessoal - para estabelecer quais ações serão realizadas no enfrentamento. E neste quesito, ressalto que não existem fórmulas prontas, porém podem existir alguns pontos norteadores, mas cada escola precisará percorrer o seu caminho na busca por um ambiente mais seguro e livre da violência.

Neste aspecto, torna-se crucial a discussão em torno da função social da escola, pois a temos enquanto espaço de socialização de saberes que se perpetuam e que também se modificam com o decorrer do tempo. Ela precisa estar aberta para garantir o acesso de todos, principalmente, dos estudantes que a frequentam. Sendo importante considerar os saberes construídos por eles antes mesmo de começarem a frequentá-la, oportunizando a reflexão e a produção do conhecimento.

Porém, quando esse espaço de criação de laços efetivos e intelectuais é permeado por violências visíveis e invisíveis, muitos entraves a esse processo, de construção e reconstrução do conhecimento, são estabelecidos. Abramovay e Graças Ruas (2003, p.65) nos alertam para a interferência negativa que as violências causam à imagem da instituição escolar, através do seguinte comentário:

As situações de violência comprometem o que deveria ser a identidade da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação dos espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado.

Nesse sentido, compreendo que a escola para a boa parte das crianças é o único espaço de acesso a conhecimentos universais e sistematizados e se constitui tarefa dos que nela atuam pensá-la enquanto instituição democrática. Bem como refletir sobre os projetos que são desenvolvidos, de forma que estes não venham através de suas ações banalizar valores, disseminar tabus, legitimar preconceitos e contribuir para a opressão e a desumanização do homem. Pelo contrário, há de se ter uma preocupação com a implantação de projetos que estimulem a boa convivência e o respeito mútuo.

Sob esse viés, destaco que a UNESCO acatou o Relatório da Comissão Internacional para a Educação do Século XXI que considera o “aprender a viver junto” como um dos pilares da educação para o século XXI. Trazendo para a escola a responsabilidade de uma educação para a convivência e afastando-a completamente do modelo de educação

meramente conteudista. Pois além da incumbência para com o indivíduo em formação a escola possui um compromisso com a sociedade na qual esta inserida.

Pesquisa Nacional sobre violência, Aids¹⁷ e drogas, realizadas em 340 escolas (particulares e públicas) do Brasil, ouviu a opinião de 46.979 pessoas - entre pais, alunos e professores - conduzidos por Abramovay e Graças Ruas (2003), apontam que as maiores vítimas dos atos violentos, independente do tipo, são os estudantes. O que nos mostra, mais uma vez, que precisamos ter atenção especial às violências no ambiente escolar e a situação de vulnerabilidade que crianças e adolescentes podem ser submetidas nesses ambientes.

Dentre os dados coletados, as pesquisadoras buscaram saber dos participantes, membros do corpo técnico-pedagógico, quais seriam as melhores medidas para contenção da violência na escola e a proposta que obteve o maior número de adesão foi a de aumentar a vigilância policial. Chama também atenção na pesquisa o fato de nos grupos focais realizados com alunos, eles também priorizarem a presença policial na escola e nas imediações.

Além disso, outras propostas que foram destaques na pesquisa – apontados por pais, alunos e professores - dizem respeito à abertura para o diálogo entre estudantes e membros do corpo técnico pedagógico, bem como a integração/parceria entre a escola e a comunidade. Eles também advogam o endurecimento da disciplina contra alunos que cometam atos irregulares, como a expulsão, e sugerem o aumento dos muros e inclusão de grades para aumentar a proteção das escolas.

As medidas apresentadas pelos usuários, como formas de contenção da violência nas escolas, apontam para uma mescla de propostas tradicionais/conservadoras, aumento dos muros e da vigilância policial e inserção de grades – com proposições alternativas- abertura para o diálogo e parceria e integração com a comunidade.

O resultado da pesquisa vem reforçar o meu entendimento a respeito dessas questões, pois mostra que há uma espécie de consenso, entre pais, alunos e professores, de que a escola possui uma responsabilidade na prevenção e enfrentamento das violências que ocorrem em seu ambiente. Contudo, há o entendimento também de que ela não pode fazer isso sozinha. É preciso o auxílio de pais, da comunidade e dos órgãos públicos,

¹⁷ Síndrome Da Imunodeficiência Adquirida - AIDS

inclusive da polícia militar – cujo papel nesse processo discutirei no próximo capítulo - para lidar com a complexidade que essas ações trazem.

Como vimos anteriormente, principalmente ao discutir o *bullying* e a violência sexual, o estudante que é vítima de tais atrocidades pode apresentar mudança de comportamento, tornando-se inclusive reprodutor da violência sofrida ou de outros tipos. Sendo assim, é importante compreender que o sujeito agressor/violento pode estar sinalizando que sofre de algum tipo de violência. Nesses casos, os atos de violência, podem ser um sinal, um pedido de ajuda, um socorro, que indicam um sofrimento muito grande que o aluno está passando, quer seja em casa ou na escola.

Contudo, chegar a este diagnóstico, exige um olhar sobre a violência que vá além da busca por sancionar os culpados. É preciso ultrapassar o campo das consequências para tentar atuar também com as causas. E como a área que envolve as motivações, normalmente ultrapassa o limite da escola, é importante pedir ajuda a órgãos, que possuam profissionais competentes para atuar em tais demandas, estabelecendo um trabalho em rede.

Um exemplo de ocorrência que implica o envolvimento com outras instituições é o caso de violência sexual de estudantes em que o agressor seja um familiar. O caso deve envolver a Polícia Militar, Polícia Civil, Juizado da Infância e Juventude e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e possivelmente o Conselho Tutelar.

Ao tomar conhecimento do caso, a escola deverá acionar a PM que conduzirá os envolvidos à delegacia para registro da ocorrência. O delegado da Polícia Civil - PC expedirá as guias para exame de lesão corporal, procederá com o flagrante do agressor e enviará a denúncia crime para o Juizado de Menores solicitando medida protetiva para vítima. O CREAS prestará apoio psicológico e de assistência social para a criança que foi vítima do abuso, bem como aos membros da família que tenham sido afetados pelo caso e também poderá prestar orientações e apoio a escola de como conduzir o caso no ambiente escolar.

Os encaminhamentos descritos são um resumo de como as instituições devem agir num caso hipotético de estupro de vulnerável, contudo as ações podem variar de acordo com o caso específico e podem não seguir a ordem apresentada. O importante é que a rede de proteção exista e seja acionada para atendimento à demanda.

Contudo, para que esse trabalho em rede seja efetivo, é preciso que ele não ocorra apenas em casos pontuais, onde a violência já aconteceu e sim, que a sua atuação seja constante através do desenvolvimento de ações preventivas. Esse trabalho em forma de parceria pode ajudar na prevenção de ocorrências e na identificação precoce dos casos de violência sexual e *bullying* – que vão aumentando e se agravando com o passar do tempo.

Há de se falar também, que o trabalho em rede, exercido de forma contínua, facilita o atendimento da ocorrência. Pois a escola já sabe quais pessoas procurar em cada órgão, já conhece a melhor forma de contato para o atendimento de casos de emergência e os órgãos que partem em apoio à instituição de ensino, também já possuem um conhecimento prévio dos envolvidos, o que possibilita o estabelecimento de estratégias mais eficazes para atender a cada caso. Visto que cada situação, por mais similar que seja a outras do mesmo tipo, exigirá a realização de procedimentos específicos.

Por fim, cabe ressaltar que ao falar em prevenção das violências nas escolas a tendência é de pensar em acautelar-se quanto às ocorrências que poderão transcorrer “na escola” e “à escola”. Entretanto, tomar atitudes que visem à contenção e anulação das ocorrências que decorrem “da escola” é de extrema importância. Tal percepção é imprescindível, tendo em vista que sem elas não se realiza alterações estruturais no funcionamento da unidade escolar; correndo o risco de tratar apenas de ações específicas, que também são extremamente importantes, mas que possuem limitações de atuação e, obviamente, de resultado.

4 – CAPÍTULO 3: COMPREENDENDO O PAPEL DA POLÍCIA NAS ESCOLAS

Como discutido no capítulo anterior, é de extrema importância que as escolas sejam apoiadas pelos órgãos que compõem o sistema de proteção à criança e ao adolescente, com vistas às ações de enfrentamento das violências ocorridas em seu ambiente. Dentre as instituições que integram essa rede de defesa dos vulneráveis, a Polícia Militar possui função significativa, pois se apresenta como instituição de fácil acesso e pronto emprego nos casos mais emergentes.

Todavia, não é apenas o serviço de atendimento de casos de emergência que deve ser executado pelos policiais que realizam intervenções nas escolas. Pois a seriedade das ações de violências que se desencadeiam no ambiente escolar – conforme visto no capítulo anterior - exigem vigilância constante e uma ação de proteção contínua. Neste capítulo, atenta a essas questões, e aos objetivos gerais e específicos desta pesquisa, discuto o papel da polícia militar, enquanto membro da rede de proteção à criança e ao adolescente, em ações desenvolvidas nas escolas.

Para tanto, realizo uma breve discussão a respeito do papel da polícia na sociedade e das funções exercidas pela PMBA ao longo de sua existência, buscam compreender as mudanças exercidas no seu modo de atuação. Por fim, apresento a filosofia do policiamento de aproximação desenvolvida por vários países do mundo, inclusive o Brasil, que incluem o policiamento comunitário escolar, mostrando os princípios que a polícia deve seguir ao realizar ações de intervenção nas escolas e quais são as estratégias que podem ser utilizadas por ela para resolução de ocorrências nesse ambiente.

4.1 - DISCUTINDO O PAPEL DA POLÍCIA

Antes de iniciar a discussão a respeito do papel da Polícia Militar nas escolas, em ações de enfrentamento e prevenção das violências, cabe entender para que tipo de serviço se destina a presença da polícia na sociedade, principalmente na brasileira e baiana. Nesse ponto, cabe dizer que em todos os países do mundo existem forças

policiais responsáveis pela defesa do Estado, para a vigilância das leis, manutenção da ordem e proteção da sociedade e do patrimônio público.

Contudo, a forma como as polícias estão estruturadas e a missão que possuem variam de acordo com o modelo governamental existente em cada país. No Brasil, a Constituição Federal – CF (1988) estabelece cinco modelos de polícia - Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Polícia Ferroviária Federal - PFF, Polícia Militar e Polícia Civil – cada uma com sua área de atuação e missão específica. A PF, PRF e PFF são filiadas às autoridades federais e visam defender os bens e interesses da União. Já a PM e PC são subordinadas aos governos estaduais e visam exercer a manutenção da ordem pública e o exercício de polícia judiciária estadual, respectivamente. Todas, entretanto, estão ligadas ao Poder Executivo, quer seja federal ou estadual.

Dessa forma, em âmbito estadual, possuímos duas polícias – a PM e a PC. A nossa Carta Magna em seu artigo 144 estabelece as competências para cada uma delas. Em seu § 4º prevê que às polícias civis “[...] incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”. Já o § 5º estabelece que às policiais militares “[...] cabe à polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

Por ser a Polícia Militar¹⁸ o objeto de estudo dessa dissertação, me atarei a discorrer um pouco a respeito da sua competência constitucional, deixando as outras polícias a cargo da curiosidade do leitor. O policiamento ostensivo, previsto na CF, está vinculado à ideia de visibilidade. Caracterizado por ações que tentam tornar evidente o trabalho da polícia para a população, que pode identificar os policiais a partir de suas viaturas padronizadas, pelos seus uniformes, bem como pelos seus distintivos e divisas.

Já a manutenção da ordem pública se liga a atividade policial pelo trabalho de regulação da vida social e de cumprimento das leis. De acordo com Hipólito e Tasca (2012), o conceito de ordem não é algo estanque e embora remeta a uma ideia de puro e simples cumprimento das normas, esta relacionada, também, ao cumprimento das regras morais estabelecidas, de forma que existem situações que são permitidas

¹⁸ Por opção didática me refiro a Polícia Militar, em vários momentos do texto, apenas como polícia. Deixando as nomenclaturas específicas que diferenciam as demais polícias quando quiser comentar algo a respeito de cada uma delas.

e/ou toleradas moralmente em determinadas sociedades, ou períodos sociais, e em outro (a) s não.

Sendo assim, ao ampliar o entendimento a respeito da ordem pública, é possível compreender que a aplicação da lei se constitui como um meio para manter a ordem e não como um fim em si mesmo. Daí surge à necessidade de aceitar que a atuação policial não deve se restringir ao cumprimento formal da lei, mas também deve estar adstrita à regulação da vida social, através da garantia da diversidade como direito.

Nesse aspecto, Goldstein (2003) apresenta 08 (oito) funções essenciais a serem desenvolvidas pela polícia urbana: prevenir e controlar crimes graves; auxiliar pessoas em risco de dano físico; proteger as garantias constitucionais; facilitar o movimento de pessoas e veículos; dar assistência aos que não podem se cuidar sozinhos; solucionar conflitos; identificar os problemas com potenciais de se tornarem mais sérios para os cidadãos, para a polícia e para o governo; bem como criar e manter um sentimento de segurança na comunidade.

Neste sentido, destaco, em face da problemática desta pesquisa, três das funções apresentadas pelo autor: dar auxílio aos que necessitam de cuidados; solucionar conflitos e identificar problemas latentes que podem se agravar e prejudicar os cidadãos, a polícia e/ou o governo. Tais atribuições nos ajudam a entender qual o papel da polícia nas escolas. Por isso, discutirei brevemente cada uma delas:

Primeiramente cabe destacar, pela discussão ora apresentada e pela previsão legal do ECA, vigente em nosso País, que a polícia, também, é responsável por assegurar que não sejam violados os direitos dos menores de idade, dos deficientes mentais e dos idosos. Enfim, daqueles que total ou parcialmente não podem cuidar de si. Compondo, portanto, a rede de proteção a esse público.

Aliado a isso, importa frisar que ruas sem iluminação, lugares degradados na comunidade, falta de regulação e fiscalização sob a venda e consumo de bebidas alcoólicas podem se tornar terreno fértil para a proliferação da violência e da criminalidade. Quando esses fatores se reúnem próximo às escolas, veem reforçar a responsabilidade que a polícia tem de proteger os que ainda não podem se cuidar sozinhos. Cabe a esta instituição pública, responsável pela manutenção da ordem e da incolumidade física das pessoas, a identificação dessas situações de risco latente e buscar soluções junto com a comunidade e às autoridades competentes.

E em terceiro lugar destaco que diariamente as escolas se enchem de conflitos de várias naturezas. Alguns, pela gravidade ou impossibilidade de negociação das partes, dão vazão à entrada da polícia no ambiente escolar para chancelar alguma decisão ou para dar encaminhamento do caso a outros órgãos. Sem sombra de dúvida, solucionar e mediar conflitos são o trabalho que a polícia mais desenvolve. São problemas dos mais variados tipos que se apresentam das formas mais distintas cotidianamente no serviço de qualquer policial.

Dessa forma, a polícia precisa estar atenta aos acontecimentos que envolvem crianças e adolescentes. Principalmente os que envolvem o entorno das instituições escolares – por se configurarem como locais de grande aglomeração desse público – para identificar os problemas latentes e intervir, de maneira a não permitir o agravamento de tais situações em momento futuro.

Feito essas considerações, que já permitem ultrapassar o entendimento do trabalho policial como puro e simples cumprimento das leis e que traz uma noção da importância da missão da polícia nas escolas cabe, também, esclarecer que a amplitude de seu papel não faz dos policiais assistentes sociais. Pois como lembra Goldstein (2003), a função da polícia não está em passar horas aconselhando pessoas necessitadas, e sim em fazer um diagnóstico preciso a respeito das alternativas apropriadas para solucionar determinados casos. Ter isso em mente é importante para que o serviço da polícia não seja desviado para a área de atuação de outros órgãos, gerando desvio de função e/ou abuso de autoridade.

Ainda sobre este aspecto, Dias Neto (2005) infere que a expansão das competências policiais, se não forem acompanhadas por uma revisão dos canais de controle jurídico e político sobre a instituição, potencializa o risco de abuso. Sendo dessa forma, de fundamental importância definir os limites da atuação policial a fim de evitar que a polícia evoque para si responsabilidades que ela não está habilitada ou legitimada a cumprir.

Por tais motivos, é de suma importância a existência de canais de ouvidoria, que possibilitem a participação popular nas repartições públicas dos órgãos responsáveis por realizar o controle interno (ouvidorias e corregedorias) e externo (Ministério Público) das policiais. De forma que os casos de abuso de autoridade e de desvio de função sejam denunciados, investigados e punidos, quando assim couber.

Além disso, a participação popular pode acontecer para além da fiscalização do trabalho da polícia. É possível que a comunidade seja coprodutora da segurança pública, através da realização de ações conjuntas com as instituições policiais, na identificação e resolução dos problemas que geram insegurança. Abordarei de quais formas isso pode acontecer na próxima seção ao discutir os princípios do policiamento comunitário.

4.2 – POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Ainda nesta perspectiva de discutir o papel da polícia, apresentarei nesta seção um breve histórico da Polícia Militar da Bahia, apontando os caminhos que ela percorreu desde a sua criação em 1825 - enquanto Corpo de Polícia - passando pelo seu processo de modernização na década de 1990, até a instalação das Bases Comunitárias de Segurança em 2012, culminando na consolidação da doutrina do policiamento de proximidade. Feito isso, realizo uma discussão teórica a respeito da doutrina de Policiamento Comunitário e do seu desdobramento no Policiamento Comunitário Escolar.

Essa viagem histórica é importante para compreendermos em quais momentos e por quais motivos, a PMBA foi mudando o seu entendimento a respeito de como fazer policiamento. Bem como, do seu papel enquanto força pública estatal responsável pela manutenção da ordem e da incolumidade física das pessoas, de maneira inclusive a perceber a necessidade de realizar uma atuação específica, em nível preventivo, nas escolas.

4.2.1 – Do Corpo de Polícia à Polícia Comunitária

Como vimos na seção 4.1 a Polícia Militar da Bahia é a força pública Estatal responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública (BRASIL, art.144, CF). Criada em 17 de Fevereiro de 1825, através do Decreto Imperial assinado pelo, então, Imperador D. Pedro II, sob o nome de Corpo de Polícia. Seu primeiro comandante foi o Major Joaquim de Pinto Paca, nomeado para ser Encarregado de Polícia.

Ao Corpo de Polícia cabiam os deveres de responder *imediatamente pela conservação*

e estabilidade da Província, sendo ele considerado *muito necessário para a tranquilidade e segurança pública da cidade da Bahia* (grifo nosso). O Corpo atuou em vários movimentos pós o processo de independência do país, como motins de escravos, tumultos civis e militares antilusitanos e federalistas. Contudo, pela dificuldade de conter esses movimentos, em 1831, o Presidente da Província mandou extingui-lo e em substituição, criou em 13 de Fevereiro de 1832 o Corpo Municipal de Permanentes que deveria *manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça* (grifo nosso) sendo estruturado também de forma militarizada (BORGES, et. al., 1975).

Os autores nos trazem também que durante o período do Império e da República, o Corpo passou por muitos processos de reestruturação e crescimento, devido à necessidade de acompanhar as mudanças sociais que aconteciam. Foi denominado como Regimento Policial, Brigada Policial e Força Publica, dentre outros, tendo sua atuação sempre ligada a ações de segurança e defesa, assumindo características substancialmente militares e adjetivamente policiais.

Com o decorrer desse processo de evolução e mudança, em 1946 o Corpo ganhou a denominação que carrega até os dias de hoje: Polícia Militar da Bahia. Apesar da nova nomenclatura, de acordo com Souza (1986, apud Silva Junior, 2006), a PMBA só passou a executar o policiamento ostensivo com a finalidade de garantir o cumprimento da lei, manutenção da ordem e do exercício dos poderes constituídos, de forma exclusiva, depois do Decreto-lei nº 317, de março de 1967, que a tornou substancialmente policial e adjetivamente militar.

Contudo, apesar da nova denominação, o *ethos* do guerreiro¹⁹ permanecia na formação e na cultura organizacional da Instituição, fazendo com que a PMBA encontrasse à época, e ainda encontre nos dias atuais, dificuldades para mudar a forma como executava o seu trabalho nas ruas. Prova disso é que ela atuou de maneira fortemente repressiva durante o período da Ditadura Militar (1964 – 1985) vivenciada pelo país.

Tais fatores históricos de atuação e formação como força de defesa, que trabalhava por meio de ações truculentas, gerou na população certo distanciamento da Instituição por receio de novos abusos. Essa rejeição, aliada a promulgação da Constituição Cidadã

¹⁹ De acordo com Diógenes (2011) a expressão *ethos* policial militar faz referência aos valores, modos de comportamento comum, hábitos, tendências e convicções que fazem parte da essência da instituição PM, e que acabam influenciando no comportamento do grupo. O *ethos* policial militar surge da combinação da ênfase moral na obediência, própria do *ethos* militar, com a ênfase na luta e no emprego de táticas combativas, própria do *ethos* guerreiro.

(1988) e as pressões nacionais e internacionais por reformas nas instituições policiais, acabou por compelir às policiais do Brasil, inclusive a PMBA, a rever as suas crenças, o seu papel, o seu processo de formação e as suas formas de atuação. Processo este que se estende até os dias atuais.

Nesse movimento de adequação a nova conjuntura social e de atendimento as novas necessidades e exigências de uma sociedade que se encontrava em processo de redemocratização, a Polícia Militar da Bahia buscando mudar a visão negativa que a população tinha da Instituição iniciou, na década de 1990, o seu processo de modernização. Tendo como uma de suas primeiras ações, a aplicação de uma investigação pelo Instituto de Pesquisa e Análise - P&A, para saber o nível de (in)satisfação da população para com o serviço prestado pela instituição. Sobre esse aspecto Silva e Seixas (2014, p.42) inferem:

Aquela pesquisa foi a primeira do gênero na Polícia Militar. Ao decidir encomendá-la iria possibilitar, pela primeira vez na longa trajetória da Instituição, ao Comando Geral, saber o que o usuário prioritário dos serviços – o cidadão – pensava a respeito da qualidade, do desempenho e atendimento; da imagem do agente público da segurança; das condições de aparelhamento e equipamento; do perfil imaginado para a Organização e o profissional; do grau de confiança neles depositado, dentre outras questões.

A realização dessa pesquisa de opinião pública aponta para um provável desejo de mudança da Instituição, que seria efetivado de acordo com as inquietações mostradas pelos cidadãos, afinal, não há motivos para se desejar conhecer o que pensa a população a respeito dos serviços prestados pela PM, se não houver uma real vontade de reflexão e ação de melhoria das atividades realizadas.

De acordo com Seixas (2014), a pesquisa foi desenvolvida nas diversas regiões do Estado, compreendendo a população da Capital e do Interior, representantes de todas as classes sociais e de distintos graus de escolaridade. Todavia, a maior parte das pessoas ouvidas pertencia as Classes C, D e E²⁰, correspondendo a 78% dos entrevistados. Ao final, o Instituto P&A apresentou um relatório da pesquisa que dentre outros aspectos concluía que:

A violência ou falta de segurança é algo que preocupa a população, estando entre as suas questões principais, não sendo, porém, questão central. Há

²⁰Classes média, baixa, pobre e muito pobre, respectivamente.

conscientização de que a situação econômica vivida no país, ao longo dos últimos anos, tem gerado, contribuído e alimentado a insegurança nas cidades. A polícia não é responsabilizada por esse quadro, embora uma parcela da população considere que ela contribui para piorá-lo agindo com a agressividade, o que torna sua atuação, de maneira geral, mais inadequada que adequada. O traço mais marcante da PM é o seu comportamento violento e isso é algo que a população testemunha facilmente pelo nível de exposição a que esta submetida à Corporação. Para formar uma opinião sobre a atuação da Polícia Militar, a rigor, a população não precisa estar bem informada. O principal meio pelo qual se tomou conhecimento de algo relacionado à PM, foi a presença do indivíduo, isto é, cerca de um terço dos casos relatados foram presenciados pelo próprio entrevistado. A televisão é um poderoso meio de comunicação de massas, contribuiu com aproximadamente 25% dos casos relatados. Desses casos, para cada ação positiva, foram citadas 1,7 ações negativas (quase o dobro), em geral descrevendo atitudes violentas, envolvimento de policiais com o crime e corrupção. Essa violência é antagônica com o desejo de proteção e segurança da população e isso fica muito evidente quando ela descreve o perfil do policial ideal: ele é antes de tudo uma pessoa bem educada, é preocupado em bem servir, disponível, respeitador dos cidadãos. [...].

O relatório em questão confirma o que a mídia já divulgava e chancela o que já se sentia nos corredores dos quartéis e nos bancos das viaturas: a Polícia Militar da Bahia precisava passar por um profundo processo de reestruturação e mudança. Depreende-se deste que o desejo da população era de que a polícia fosse uma Instituição melhor preparada para exercer suas funções e possuisse melhores condições para executar suas atividades, realizando o seu serviço de forma respeitosa e educada, sem agir com arbitrariedade e violência.

Dando continuidade as pesquisas de opinião, em 1995, a Corporação encomendou uma pesquisa com o seu público interno que apontou que a maior aspiração do policial era de melhor salário – cerca de 42% dos entrevistados – seguida da melhora da autoestima, correspondendo a 39,8% das manifestações (SILVA e SEIXAS, 2014). O aparecimento significativo da autoestima como um dos pontos mais aspirados pelos policiais deixa claro que as mudanças desejadas para a PMBA deveriam seguir pelo caminho da atenção à necessidade urgente de valorização do profissional de segurança pública.

Tal mudança de paradigma exigia e ainda exige intervenções em todos os níveis, principalmente na formação e na valorização dos policiais militares, que até então eram submetidos a um regulamento disciplinar cruel, que estabelecia muitos deveres e pouquíssimos direitos, principalmente aqueles que pertenciam ao Quadro de Praças da Instituição. Há de se destacar também que a formação ainda era excessivamente militar

e pouco policial, o que apontava para a necessidade urgente de reformulação no currículo de formação dos policiais, em todos os níveis.

Tais demandas por modificações, aliadas a um terreno fértil para mudanças encontradas no Governo Federal, Estadual e no Comando Geral, fizeram da década de 1990 um período de fortes movimentações em prol da reestruturação da PMBA. Quando em 1995 o Coronel PM Antônio José de Souza Filho assumiu o cargo de Comandante Geral da Polícia Militar, já contava com o resultado da pesquisa de opinião externa e com o Plano de Metas da Instituição²¹, documentos que subsidiaram o processo de Modernização da Polícia, iniciado oficialmente em 1995.

A principal ação que impulsionou o processo de modernização da PMBA foi o Convênio de Cooperação Técnica assinado com a Universidade Federal da Bahia – UFBA. Tratava-se de uma assessoria externa que atuou com o intuito de reverter o quadro apresentado pela Corporação. A primeira ação do acordo foi a realização do Seminário de Integração Organizacional, que teve como finalidade debater e refletir os principais problemas que entravavam o crescimento da polícia e construir um *autodiagnostico* institucional capaz de orientar e embasar as ações de mudanças, necessárias e reclamadas pela sociedade e Corporação (SILVA e SEIXAS, 2014).

Como resultados do Seminário, foram desenvolvidos quinze projetos pela Escola de Administração da UFBA - EA/UFBA com o intuito de atacar os pontos mais sensíveis identificados. Dentre os quais, destaco, em virtude do objeto desta pesquisa, o projeto de Revisão Curricular dos Cursos, que compreendeu mudanças no currículo do Curso de Formação de Oficiais e nos Cursos de Formação de Praças, “visando preparar melhor esses profissionais, a fim de capacitá-los a melhor atender às exigências sociais de segurança” (SILVA E SEIXAS, 2014, p. 116). O que vem confirmar que a Polícia que estava sendo construída e requerida pela população precisava de profissionais com novo perfil e nova formação.

Outros dois pontos de destaques nesse processo de modernização foram: a implantação da Polícia Comunitária em 1997 e a criação das Companhias Independentes de Polícia Militar em 1998, em substituição aos antigos Batalhões de Polícia Militar. Silva e

²¹Documento elaborado pelo Colegiado de Coronéis - formados por membros da Turma de Aspirantes 1965, dentre os quais se encontrava o próprio Coronel PM Souza Filho - que se reuniam voluntariamente desde 1992, em horário fora do expediente de trabalho, com o intuito de discutir melhorias para a instituição, visto que ela se encontrava em descrédito com a população por conta das várias denúncias de casos de corrupção e de violência.

Seixas (2014, p. 57) aduzem que a Polícia Comunitária foi idealizada na Bahia com o objetivo de

[...] estabelecer a *polícia da boa vizinhança*; que evoluiu para o de Polícia Cidadã e recebeu como um de seus fundamentos a qualidade total do atendimento e prestação de serviços, isto é, a Polícia Militar passou a perseguir a excelência e incluí-la na prestação de serviços, com vistas a atender melhor ao cidadão.

Nesse aspecto, cabe dizer que o policiamento comunitário traz como pressuposto básico a aproximação da polícia com a comunidade, para tentar resolver de forma conjunta e dialogada os problemas que geram insegurança pública. Por isso, a necessidade de diminuir a abrangência territorial das unidades policiais – através da criação das CIPMS - para possibilitar uma maior aproximação da sociedade.

Antes das Companhias Independentes de Polícia Militar, a menor unidade territorial independente da PMBA era o Batalhão de Polícia Militar, que possuía área de abrangência territorial muito extensa, o que dificultava ações de aproximação com a comunidade, bem como, o acesso desta aos comandos das unidades operacionais.

De acordo com Silva Junior (2007) as CIPM são um modelo mais burocraticamente policial e, também, um modelo mais próximo dos cidadãos e da democracia. O objetivo dessa reestruturação foi permitir que os comandantes das CIPM dessem maior atenção à área de atuação e, conseqüentemente, tivessem maior aproximação com as comunidades locais, sendo possível discutir com elas os seus problemas de segurança pública.

Nesse sentido, o Projeto Polícia Cidadã como forma de filosofia de policiamento das CIPMS, preconizava o trabalho junto aos Conselhos Comunitários de Segurança²² como uma das estratégias do policiamento comunitário, que visavam unir polícia e comunidade na criação de redes compostas por representantes da sociedade civil organizada, dos setores públicos Estaduais e Municipais e do setor privado para o enfrentamento dos problemas ligados a área de segurança pública. Tal iniciativa tem como princípio, o já citado, art. 144 da Constituição Federal que infere que, a segurança pública é *dever* do Estado e *direito e responsabilidade* de todos (grifo

²² Os conselhos comunitários de segurança são grupos de pessoas do mesmo bairro ou município que se reúnem para discutir e analisar seus problemas de segurança, propor soluções, acompanhar sua aplicação, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais e os órgãos que compõem o sistema de segurança pública. Possuindo caráter consultivo.

nosso).

Com o decorrer do tempo, as CIPMs se consolidaram em todo o Estado, contudo a aplicação da doutrina do policiamento comunitário ficou em segundo plano nas ações policiais. Continuou-se com a priorização do policiamento profissional em detrimento do policiamento de proximidade, deixando de lado os princípios preconizados pelo PPCid. Prova disso foi a dificuldade de manter os conselhos comunitários de segurança ativos, tendo em vista que muitos deles se desestruturaram com o decorrer do tempo, por falta de uma atuação real e efetiva.

Tal dificuldade de estabelecer uma forma de pensar e atuar sob uma nova perspectiva de papel da polícia está vinculado à resistência dos policiais – em todos os níveis - a uma aproximação da comunidade. Bem como, a aceitação de que seu trabalho consiste, também, na intervenção em outras demandas que não estejam necessariamente ligadas ao cometimento de crimes. Sendo também fruto do *ethos* do guerreiro que permeava, e ainda permeia a cultura organizacional da Corporação.

Sendo assim, não bastava, e não basta só o estabelecimento de novos regulamentos e diretrizes, era, e ainda é, preciso que haja um investimento maciço na mudança do processo de formação dos policiais e que estas sejam parte do estabelecimento de Políticas Públicas de Segurança, que entendam a Instituição Policial como força pública de segurança cidadã, que devem estar a serviço da sociedade.

Nesse sentido foi lançado, pelo Governo Federal em 1996, como fruto das pressões dos organismos internacionais e de Organizações não Governamentais, em virtude dos altos índices de criminalidade e de violência letal policial, o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. O programa apontava claramente para necessidade de reforma das polícias, de inclusão do componente curricular Direitos Humanos e conteúdos correlatos nas ementas dos cursos de formação dos policiais e recomendava a todos os estados a implantação do policiamento comunitário.

Tal programa foi o início da implantação de uma política nacional de segurança pública no Brasil, que teve e tem como principal estratégia o envolvimento das organizações policiais com a comunidade. De forma que em 2000 foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, que implantou o Programa Nacional de Polícia Comunitária e promoveu o repasse de verbas

da SENASP para os Estados com vistas à implantação e consolidação dos programas de policiamento comunitário.

Destaque também para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça - MJ, em 2007. De acordo com o texto do projeto, este propõe a articulação de políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência. Tendo entre os seus eixos principais, a valorização dos profissionais de segurança pública, através da distribuição de incentivo pecuniário (Bolsa Formação) aos policiais que realizassem e concluíssem com êxito os cursos ofertados pela SENASP através da Rede de Educação à Distância – Rede EaD e da implantação do Plano Nacional de Habitação para profissionais de Segurança Pública, que fornecia cartas de crédito para o financiamento de imóveis através da Caixa Econômica Federal.

A PMBA foi uma das Corporações do Brasil que recebeu os devidos repasses de adesão aos programas instituídos pelo Governo Federal e que vem retomando, desde então, os princípios do policiamento de proximidade. Foram realizadas mudanças nas grades curriculares dos cursos de formação, aperfeiçoamento e capacitação, através da inclusão de componentes curriculares ligados a filosofia dos Direitos Humanos e de Policiamento Comunitário. Bem como, instituídos diretrizes e ações dos programas do policiamento de aproximação. Contudo, ainda há muito que avançar em termos de consolidação do policiamento comunitário na Bahia.

Nesta perspectiva, em 2011 o Governo do Estado da Bahia inaugurou o Programa Pacto pela Vida, que visava retomar os conceitos da Polícia Cidadã. Com este, inaugurou-se as Bases Comunitárias de Segurança, como apêndices das CIPM, que agora deveriam exercer a função pensada para as Companhias Independentes na década de 1990, no momento de implantação do PPCid.

As BCSs foram implantadas em localidades que possuem altos índices de Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI²³ e de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP²⁴. De forma que as primeiras bases instaladas na Bahia foram precedidas de uma

²³ Indicador de criminalidade composto por ocorrências de homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte. Calculado por 100 mil/hab, onde se divide o número absoluto de ocorrências pela população e multiplica-se por 100.000. Informação extraída do site do PPV: <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/indicadores-de-criminalidade/>

²⁴ Indicador de criminalidade composto por ocorrências de extorsão mediante, sequestro, roubo a ônibus a casa comercial, a residência, a transeunte e a veículo. Informação extraída do site do PPV: <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/indicadores-de-criminalidade/>

ação de reocupação do terreno pelo estado, através da realização de operação policial executada por membros do Comando de Policiamento Especializado, como o Batalhão de Polícia de Choque – BPChoque e as Companhias de Rondas Especiais – RONDESP - juntamente com as CIPMs responsáveis pela área de atuação de instalação das bases, que envolveram o cumprimento de mandatos de prisão, abordagens a veículos e transeuntes e intensificação do policiamento.

Destas ações resultou a captura de criminosos que atuavam nas regiões, juntamente com a apreensão de armas e drogas²⁵. Logo em seguida as BCS foram inauguradas e junto com elas muitos foram os compromissos no âmbito estadual e municipal. Nas falas dos representantes dos poderes públicos, se ouviam promessas de que seriam levadas condições adequadas de saneamento básico, educação, saúde, cursos profissionalizantes, oportunidades de trabalho e demais serviços públicos para as comunidades.

Estes discursos estavam em consonância com o que preceitua a doutrina de policiamento comunitário e proporcionariam uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que viviam naquelas localidades, tornando o ambiente propício para uma atuação participativa dos mesmos, junto com os demais órgãos na manutenção da ordem e da segurança pública.

Contudo, com o passar do tempo, nem todas as promessas foram cumpridas²⁶. Embora tenham sido disponibilizados alguns serviços de outras secretarias estaduais – como mutirão social, cursos profissionalizantes, vagas de emprego, dentre outras – essas ações foram e são realizadas de forma pontual. O que tem permanecido ininterruptamente nas comunidades em que as bases estão instaladas, efetivamente, é a ação da polícia e ainda assim, encontrando fortes resistências internas, advindas dos policiais que não concordam com a filosofia de policiamento adotada.

A primeira Base Comunitária de Segurança instalada foi a do Bairro do Calabar em 27 de Abril de 2011. E hoje já se somam 15 bases, sendo 11 entre a Capital e a RMS e 04

²⁵ Dados retirados de canais de imprensa de grande circulação no Estado como o Jornal Correio e a página do Deputado Zé Neto: <http://www.zeneto.com.br/noticia/3969/processo-de-instalacao-da-base-comunitaria-de-seguranca-no-calabar-e-iniciado> e <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/pm-da-inicio-a-operacao-para-instalacao-de-base-comunitaria-em-itinga/>

²⁶ Informação retirada da vivência enquanto subcomandante da BCS Itinga, de diálogos com oficiais que comandam outras bases na Bahia e de notícias vinculadas na imprensa baiana como no site do Jornal Correio: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/base-do-calabar-completa-2-anos-oferecendo-seguranca-mas-faltam-servicos/>.

no Interior do Estado. De acordo com o PPV as bases possuem o objetivo de conferir segurança às comunidades, tendo como filosofia de atuação o Policiamento Comunitário, cujo foco se encontra no desenvolvimento de ações preventivas junto à comunidade.

Dessa forma, pelo modelo de policiamento proposto e que as BCSs, efetivamente tem tentado executar junto a comunidade, mesmo com o apoio esporádico das outras secretarias, as bases comunitárias de segurança se constituem em potenciais canais de atuação policial nas escolas e muitas são as intervenções realizadas nesse sentido, como já comentado no capítulo 1.

Nesta perspectiva, ao realizar o cruzamento do período de inauguração dos policiamentos realizados nas escolas pela PMBA (1997 a 2007), com o contexto histórico vivido pela Corporação é possível compreender a forma como esses programas foram estruturados e a motivação de tais escolhas.

A Ronda Escolar, iniciada em 97 e consolidada a partir de 2003 é fruto de uma polícia em transição, que tenta se adaptar aos valores democráticos e ao policiamento de proximidade, mas ainda está muito ligada ao desenvolvimento do policiamento profissional. Por isso, a ronda busca desenvolver ações preventivas, mas ainda atua no modelo de reação, através da implantação do policiamento em regime de escala extraordinária e do atendimento prioritário aos chamados urgentes.

Já o PROERD, inaugurado em 2007, por ter sua origem em uma iniciativa internacional, realizada nos Estados Unidos das Américas - país cujas primeiras discussões e projetos em policiamento comunitário datam de 1914 – possui sua metodologia de ação essencialmente preventiva. Executada através de palestras e aulas expositivas que tem o objetivo de ensinar as crianças como reconhecer e resistir as drogas e não executar ações violentas .

E as ações executadas pelas Bases Comunitárias de Seguranças nas escolas, são influenciadas pelo modelo de policiamento de proximidade *Koban*, onde os policiais realizam visitas às instituições de ensino públicas e privadas. Bem como prestam assistência as pessoas que se tornaram vítimas de violências nesse ambiente ou que são usuárias dos serviços das escolas e desenvolvem projetos nas mais diversas áreas, através de parcerias com essas instituições, visando trabalhar a prevenção num sentido mais amplo.

Na próxima subseção, discuto um pouco mais a respeito da filosofia que envolve o policiamento comunitário. Bem como, apresento o seu desenvolvimento em algumas organizações policiais internacionais. E por fim, mostro os desdobramentos desta doutrina no Policiamento Comunitário Escolar.

4.2.2 Compreendendo o Policiamento Comunitário

Ao discutir o policiamento de proximidade, importa entender que o serviço de regulação da vida social e de manutenção da ordem pública e da incolumidade física das pessoas, pressupõe um conhecimento dos valores morais e éticos praticados na comunidade que a polícia está inserida, bem como das leis estabelecidas para aquele contexto. Isso requer dos prepostos policiais uma aproximação das pessoas para entender os seus anseios e princípios.

Nesse sentido, Skolnick e Bayley (2006) inferem que no policiamento moderno tanto as comunidades quanto as forças policiais tem reconhecido que precisam umas das outras. O que tem fomentado modelos de policiamento que vão além da perspectiva de polícia profissional²⁷ e se baseiam no estabelecimento de uma parceria com a comunidade para a identificação e resolução dos principais problemas de segurança pública, formando a filosofia de policiamento comunitário ou de aproximação.

Tal doutrina preconiza o trabalho policial voltado para uma aproximação da comunidade, possuindo o intuito de convoca-la a sair do estado de passividade e assumir uma postura ativa de mudança da realidade existente, no que tange aos problemas de segurança pública, através de ações interligadas junto às instituições policiais e a outros órgãos.

Sendo assim, a filosofia de policiamento comunitário exige de cada policial envolvido, um senso de responsabilidade para com a comunidade, que ultrapassa a ideia de perseguir e prender criminosos, pois, além disso, deve ocupar-se em estabelecer estratégias dialógicas e democráticas de prevenção, tendo como foco os eventos não emergenciais, mas que causam sensação de insegurança e atingem a qualidade de vida da população.

²⁷ O policiamento profissional utiliza estratégias tradicionais de policiamento em que as ações policiais são direcionadas para a repressão do crime e prisão de criminosos. Tendo seu foco no atendimento de demandas emergenciais.

Nesse aspecto, cabe trazer o exposto por PAZ ([2012]) a respeito da importância da polícia estar atenta as situações que causam sentimento de insegurança na população. Comumente, tal sensação está ligada a uma série de comportamentos desviantes, como desordens, que não necessariamente são considerados atos criminosos, mas que deixam a população apreensiva e com a impressão de que não podem contar com a polícia e não tem a quem recorrer.

Contudo, é possível mudar esse sentimento através do desenvolvimento de ações da polícia que levem em consideração os problemas definidos e priorizados pela comunidade. Bem como, por meio da oportunização à população de participar da criação de estratégias para resolvê-los. Tal postura dialógica aproxima a polícia da sociedade, aumenta a sensação de segurança e traz um senso de responsabilidade para a comunidade a respeito do enfrentamento dos problemas que lhes atingem.

Sendo assim, fica claro que não é porque as incivildades não são consideradas crimes que elas devem passar despercebidas pela polícia. Pelo contrário, elas precisam da atenção dos policiais, pois mostram que o controle social está falho e que é preciso o desenvolvimento de ações de enfrentamento para freá-las. Sendo o princípio de participação social que norteia o policiamento comunitário um excelente recurso para trabalhar tais questões.

De acordo com Santos et al ([2013]) a origem do policiamento comunitário se deu na Inglaterra, em 1829, através da criação de uma força regular para preservação da ordem pública. Onde o Ministro do Interior Robert Peel ficou responsável em organizar a Polícia Metropolitana de Londres, dando início ao processo de comunitarização da polícia.

Contudo, a iniciativa melhor consolidada de policiamento comunitário, não é a Londrina e sim, a da polícia Japonesa, iniciada em 1891. O sistema japonês é um dos modelos de policiamento de aproximação com a comunidade mais antigo do mundo e é também o estabelecido da melhor forma (Skolnick e Bayley, 2006) visto que o país iniciou as suas ações muito antes da doutrina se tornar popular entre outros países e continentes e conseguiu consolida-las. É também o sistema de policiamento que inspiraram as Bases Comunitárias de Segurança aqui na PMBA.

Nas Américas, a primeira iniciativa registrada, data do período de 1914 a 1919, realizada pelo Comissário de Polícia Arthur Wood, na cidade de Nova York (Skolnick

e Bayley, 2006). Wood trabalhava na conscientização dos policiais que realizavam o serviço de base, sob a percepção da importância social, da dignidade e do valor público do trabalho policial, mostrando-os também as responsabilidades que eles possuíam de pensar em estratégias de prevenção ao crime e a violência.

Uma das medidas de prevenção adotada por Wood foi com o intuito de frear a entrada e permanência de imigrantes na criminalidade. Isso porque no período supramencionado muitas foram às pessoas que se instalavam na cidade, oriundas de vários países, por motivações diversas. Parte significativa delas tirava o seu sustento através da prestação de serviço de vendedores ambulantes. Entretanto, a falta de conhecimento das normas que regiam esse tipo de comércio, fazia com que muitos trabalhassem em situação irregular, o que gerava o cometimento de crimes fiscais e lhes acarretava uma situação de maior discriminação, exclusão social e vulnerabilidade.

Visando conter esse fenômeno, segundo Skolnick e Bayley (2006), Wood contatou editores de jornais de várias línguas – grego, italiano e iídiche – e os convenceram a imprimir avisos circulares em seu próprio idioma com informações a respeito das normas que visavam controlar o trabalho dos vendedores ambulantes. Após impressos, esses materiais foram distribuídos, pelos policiais, para os moradores imigrantes em suas respectivas línguas.

Dentro dessa perspectiva de trabalho preventivo, realizado através da identificação dos problemas ligados à segurança pública da comunidade e estabelecimento de ações de resolução junto com membros da população local e de instituições públicas e privadas que atuam na região, muitas foram às iniciativas ocorridas em vários países do mundo no século XX. Nações como Austrália, Canadá, Grã-Bretanha, Cingapura e o próprio Brasil estão entre as que realizaram projetos nesse sentido.

Tais ações de policiamento comunitário, de acordo com Skolnick e Bayley (2006) foram fruto da crise experimentada por muitas organizações policiais, a partir da década de 1960, resultante da inadequação da estratégia de policiamento profissional, principalmente na administração de conflitos e na prevenção e redução do crime.

Os autores, também, comentam que pesquisas realizadas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, durante o período, indicaram que as iniciativas tradicionais, ligadas a forma de execução do policiamento profissional – aumento do número de policiais, elevação nos níveis de investimentos nos departamentos de polícia,

patrulhamento ao acaso em viaturas, intensificação do policiamento em determinadas regiões, dentre outros – não causavam efeito significativo na contenção e prevenção do crime, bem como na diminuição da sensação de insegurança.

Além disso, as pesquisas apontaram que condições sociais, como renda, desemprego, população e heterogeneidade social, se mostraram como indicadores mais importantes na variação das taxas de crime e de sua resolução. E que o policiamento a pé, quando realizado de forma regular, embora não afete as taxas de criminalidade, influenciam na redução do medo do crime pelo cidadão.

Cabe ressaltar que em 17 de dezembro de 1979 a Organização das Nações Unidas - ONU adotou o Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que se tornou um marco do policiamento comunitário ou democrático mundial. Isso porque tal resolução estipulava que às policiais e demais órgãos que constituem o sistema de justiça penal devem ser representativos da comunidade, respondendo pelas suas necessidades e tornando-se responsável por ela.

Sendo assim, o resultado das pesquisas supracitadas, bem como o previsto na resolução da ONU, evidenciam que o trabalho da polícia, no enfrentamento da criminalidade e manutenção da ordem pública deve estar associado ao desenvolvimento de ações conjuntas com outras instituições públicas, que dialoguem com o anseio das pessoas das comunidades e se responsabilizem em utilizar os meios legais necessários para suprir as suas necessidades de segurança.

Aqui no Brasil, os primeiros trabalhos de policiamento comunitário foram realizados durante o período de transição democrática do país, na década de 1980. O Estado do Espírito Santo foi pioneiro no processo de comunitarização formal das polícias brasileiras (SANTOS et al., [2013]). Em 13 de novembro de 1985 foi publicado o Decreto Estadual nº. 2.171, autorizando a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança – principal veículo de participação popular do policiamento comunitário - no território capixaba. No mesmo ano a Polícia Militar do Espírito Santo – PMES criou o Programa de Interação Comunitária como forma de proporcionar condições de execução das disposições contidas no Decreto já mencionado.

Contudo, o considerado marco das discussões de policiamento comunitário em nosso país, foi o I Congresso de Polícia e Comunidade, realizado pela Polícia Militar de São Paulo – PMSP em 1991(Santos et al., [2013]). Sendo a PMSP considerada a terceira

polícia brasileira a estabelecer um programa de policiamento de proximidade, a partir do final de 1990. Sendo precedida apenas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro – PMRJ, no início do mesmo ano e da supramencionada PMES.

Não tardou e o policiamento comunitário teve a sua repercussão aqui na PMBA. Como já comentado na subseção anterior, foi durante a década de 1990 que a Corporação, passou pelo seu período de modernização que culminou com a implantação do Projeto Polícia Cidadã, em 1997, como um projeto piloto de policiamento comunitário, no 5º e 8º BPM e posteriormente estendido, como filosofia, para todas as unidades operacionais da Corporação em 1999. Contudo, apesar da filosofia, as ações preconizadas pelo PPCid não continuaram. Dando lugar, posteriormente, em 2011, a formação das Bases Comunitárias de Segurança.

Tais programas de policiamento de proximidade encontraram terreno fértil em nosso país na década de 90, pelo período de restabelecimento da democracia iniciado nos anos 60 que instituiu a promulgação da Constituição Cidadã em 1988. Visto que a nossa Carta Magna prevê no caput do seu Art. 144 que "a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos", já prevendo a necessidade de coparticipação da população nas ações de segurança.

Encontram assentamento também, no entendimento adquirido pelas policiais no decorrer do tempo, de que os problemas que envolvem a violência e a segurança pública ultrapassam os limites de competência das corporações policiais, sendo necessária a inclusão de outros órgãos no debate e nas ações de enfrentamento. O que leva a busca por soluções adequadas para os problemas decorrentes desse tema por intermédio de uma análise interdisciplinar.

Com o problema das violências nas escolas não é diferente. Não bastam ações isoladas da polícia, dissociadas do conhecimento das necessidades e prioridades das instituições de ensino, bem como da coparticipação dos seus membros, para conter e prevenir problemas desse tipo. É preciso estabelecer ações conjuntas com a comunidade escolar de identificação, priorização e resolução de tais ocorrências problemáticas para conseguir efetivar a mudança. É sobre as ações de policiamento comunitário que podem ser realizadas nas escolas que irei discutir na subseção a seguir.

4.2.3 – Policiamento Comunitário Escolar

Com já mencionado, a filosofia de policiamento comunitário amplia as possibilidades de intervenção da polícia junto à comunidade. Levando-a, inclusive, em locais nos quais sua entrada era pouco tolerada devido a sua preocupação prioritária com as ações de repressão – pela adoção prioritária ao modelo de policiamento profissional. Dentre esses locais, encontram-se as escolas, que possuem um público em fase de formação, que precisam de um atendimento específico e de um trabalho especial de proteção.

De acordo com a SENASP (2012, p. 03) o Policiamento Comunitário Escolar – PCE se constituiu como um “processo de policiamento que trabalha em parceria preventiva com a comunidade escolar para identificar, priorizar e resolver os problemas existentes”. Pela sua definição, é possível dizer que o PCE é um tipo de variação do policiamento de aproximação aplicado à realidade e especificidade da comunidade escolar. Cujos princípios, objetivos e desafios discutirei nos próximos tópicos.

4.2.3.1 Princípios e objetivos do PCE

O Policiamento Comunitário Escolar deve seguir os princípios do policiamento comunitário – participação popular, responsabilização, descentralização na tomada de decisão, resolução preventiva de problemas, dentre outros – contudo, atendendo as demandas específicas dos membros da comunidade escolar e a realidade contextual vivenciada em cada escola. De forma que as estratégias de prevenção e enfrentamento as violências executadas por policiais do PCE podem variar de uma escola para outra a depender da realidade existente.

Isso porque cada escola vive uma realidade e para cada uma delas deve ser realizado um plano de segurança pelos policiais, de forma conjunta com os membros da comunidade escolar, com vistas a aumentar a sensação de segurança e reestabelecimento da paz. De forma que o PCE pressupõe um trabalho em parceria entre aqueles que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos que convivem na escola, proporcionando a integração entre educadores, educandos, policiais militares e demais profissionais, visando aprimorar a segurança e a educação desenvolvidas no ambiente educativo.

Nesse sentido (PAZ, [2012], p. 36) traz uma importante observação:

Se, de um lado, no policiamento comunitário a polícia tem suas competências e estruturas redefinidas, para que possa interagir com outras organizações no processo de identificação, análise e solução dos problemas da área, por outro, é certo que uma ação integrada de controle das violências nas escolas pressupõe o constante exercício de modéstia coletiva, para que nenhum dos sujeitos envolvidos se julgue detentor do saber absoluto e do poder decisório. As instituições devem estar abertas para aprender com as experiências alheias, dividir competências e principalmente diversificar e coordenar intervenções.

Nesse ponto, cabe destacar quem são as instituições que devem fazer parte desse processo, quando falamos em policiamento comunitário escolar. Para tanto adoto o posicionamento recomendado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP a esse respeito, que considera como membros da comunidade escolar os professores, servidores, alunos, pais de alunos, comunidade do perímetro escolar, Policial Militar, Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Educação, prefeituras e administrações regionais. De forma que representantes de todas essas instituições podem e devem ser convidadas a construir e executar o plano de segurança da escola.

Quanto ao objetivo do PCE, a SENASP, em seu curso de Policiamento Comunitário Escolar, oferecido pela Rede EaD, infere que o propósito do policiamento comunitário escolar é prevenir a violência e a prática do ato infracional que possa ser cometido por crianças e/ou adolescentes. Contudo, acredito que esse objetivo precisa ser ampliado para abarcar, também, a prevenção e o enfrentamento das violências praticadas contra as crianças e os adolescentes, que se constituem como público alvo da rede de proteção prevista no ECA.

Isso porque não podemos admitir que a instituição policial, responsável por manter a incolumidade física das pessoas e por proteger os que se encontram em situação de vulnerabilidade, chegue à escola pressupondo que a única fonte das violências ali existentes derive dos estudantes.

Dessa forma, é imprescindível que os policiais, enquanto membros de corpo técnico especializado nos problemas de segurança pública sejam submetidos a um processo de formação que os propicie uma visão ampla do fenômeno da violência vivenciado nas escolas. Sobre tudo para que possa estimular e realizar ações de intervenção entre os

possíveis violentadores quer sejam eles os estudantes ou os seus responsáveis (familiares, educadores e/ou outros membros da rede de proteção).

4.2.3.2 – Condutas a ser evitadas no desenvolvimento do PCE

Nesse contexto de discussão a respeito da postura esperada da polícia nas ações de policiamento comunitário escolar é preciso também, estar atento aos posicionamentos que não devem estar vinculado as ações da polícia no trabalho de parceria estabelecido com a escola, para que esta não caia na ingenuidade ou prepotência de acreditar que, por possuir o conhecimento técnico em segurança é capaz de resolver o problema da instituição escolar sozinha.

Sob esse aspecto Dias Neto (2002) descreve cinco condutas que devem ser evitadas pelos policiais ao realizar um trabalho de policiamento comunitário escolar: onipresença policial, superestimar o papel da polícia, esvaziar a autoridade da escola, limitar a atuação da polícia ao entorno da escola e realizar a policialização do espaço escolar. Discutirei, rapidamente, cada uma delas.

Oliveira (2008) em sua tese de doutoramento infere que a violência escolar tem sido encarada por muitos, com uma visão prioritariamente policial tradicional, cujas ações de enfrentamento, centram-se na identificação e punição dos alunos culpados pelo cometimento de atos infracionais e de vandalismo. Contudo, essa não é a proposta do PCE, pelo contrário, instiga-se o estabelecimento de uma rede de prevenção e enfrentamento que não deve estar centrada no eixo policial (DIAS NETO, 2002). Pois, embora a polícia seja um componente fundamental na rede, ela deve ser vista como uma das parceiras e não como centro da resolução dos problemas de violências.

Tal entendimento é importante para evitar o que o autor chama de policialização do espaço escolar. A policialização acontece quando temos a combinação de um corpo diretivo escolar pouco ativo com uma polícia ativa em demasia, chegando a ultrapassar os seus limites de atuação. Nestes casos, os membros da direção costumam adotar uma postura omissiva diante de problemas de baixa complexidade, como alguns atos de indisciplina, solicitando a polícia para resolver também estes casos.

Contudo, é preciso que os policiais não se deixem influenciar pela solicitação e pelo desejo de deixar as coisas resolvidas. E ao invés de atender a solicitação, é importante

que mostre aos membros da direção da escola que tal postura é temerária, pois além de não colaborar para a solução dos problemas acaba por potencializá-los, visto que vão destituindo cada vez mais a autoridade da direção e substituindo-a pela autoridade policial.

Outro ponto de destaque é a questão da onipresença policial. Dias Neto (2002) destaca que o policial comunitário deve ser uma presença cotidiana na vida local, inclusive nas instituições escolares, pois essa familiaridade possibilita o acesso a informações privilegiadas e o converte em um mediador natural de situações de conflito. Contudo, é importante estar atento para que a presença da polícia não se torne imprescindível para resolver qualquer situação de conflito. O que causa consequências inversas às esperadas pelo PCE, pois pode fazer com que as pessoas percam a capacidade de resolver seus problemas sozinhos e se tornem dependentes da polícia.

Tal observação me leva a discussão do próximo ponto, que está ligado ao esvaziamento da autoridade professoral, do corpo técnico e de apoio da escola. Isso pode acontecer quando a polícia assume algumas responsabilidades que podem e devem ser gerenciadas por membros da instituição escolar, como a disciplina dos estudantes. Ao assumir tais casos para si, a polícia fragiliza os meios de controle social da escola (DIAS NETO, 2002) e diminui a autoridade e capacidade de resolução dos problemas internos dos membros que compõem o seu corpo diretivo.

Nesse aspecto, é de suma importância atentar para não cometer o seguinte erro: superestimar o papel da polícia na escola. Para Dias Neto (2002) tal postura ocorre quando policiais desempenham papéis para os quais não estão preparados ou autorizados. Sendo assim, é importante que esteja claro, na mente dos integrantes da parceria estabelecida, as atribuições que cabem a cada um. De forma que a polícia e, as demais entidades da rede, tenham o seu espaço, mas que isso não seja um empecilho para que a escola assuma sua condição de protagonista na formação dos estudantes.

O último ponto de destaque vai à contramão das ações descritas até aqui, mas também não condiz com o preconizado pelo PCE: limitar a competência policial ao espaço externo à escola. De certo que muito trabalho existe para a polícia realizar no entorno das instituições escolares, cuidando da proteção nos momentos de saída e chegada dos seus estudantes. Tanto no que diz respeito ao trânsito, quanto no que se refere às possibilidades de cooptação para o uso de drogas, para o mundo do crime e para tornar os educandos vítimas de violências físicas.

Contudo, Dias Neto (2002) lembra, que por maior que sejam as ações de policiamento realizadas fora do ambiente escolar, é necessário criar canais de comunicação para que a polícia possa interagir com os sujeitos da escola, para estabelecer o processo de parceria e de identificação, análise e solução dos problemas locais. É importante, também, tomar cuidado, com o medo da entrada do policial na escola, pois isso pode levar a simplificação da realidade existente.

Tais alertas mostram que ações de enfrentamento as violências no ambiente escolar precisam ser vistas com cuidado e atenção, por todos os membros que se propõe a participar desse trabalho conjunto. De forma que é preciso muita atenção e cuidado no desenvolvimento do plano de segurança, estabelecendo desde o princípio os limites de atuação, bem como as ações que deverão ser desenvolvidas por cada membro da rede.

4.2.3.3 - Experiências de Policiamento Escolar no Brasil

Uma das primeiras iniciativas de policiamento realizado nas escolas, aqui no Brasil, não foi estruturada sob as bases do PCE, mas encontra seu valor por ser um projeto próprio, idealizado e executado pela Polícia Militar de Minas Gerais, em 1994, no município de Governador Valadares, através da Operação Anjos da Guarda. Tal operação realizava o atendimento a 39 escolas estaduais e 19 escolas municipais de ensino fundamental e médio - à época 1º e 2º grau.

De acordo com Oliveira (2008), as ações preconizadas no documento que recomendou o Plano de Policiamento Escolar realizado pela Operação Anjos da Guarda eram de identificação de pessoas e realização de prisões/apreensões; adoção das medidas repressivas imediatas no caso de afloramento de problemas e eventualmente realização de palestras sobre educação de trânsito, drogas, segurança no trânsito e cuidados para evitar ações de marginais.

Apesar das diretrizes institucionais o tipo de policiamento defendido na operação Anjos da Guarda era calcado no trabalho voluntário, onde o policial visitava as escolas da região em que era domiciliado, independentemente do cumprimento da sua jornada de trabalho diário. De acordo com Oliveira (2008), o documento regulatório da atuação policial regia que o PM deveria comparecer à escola que estava ligado pelo tempo que

achasse conveniente. De forma que aquele que comprovasse 06 horas de serviço voluntário prestado na escola tinha o direito a um dia de folga.

Apesar das suas limitações e incongruências o programa foi importante para dar os passos iniciais para definir a violência escolar na perspectiva da Polícia Militar de Minas Gerais e para gerar outras propostas mais estruturadas como a do projeto “Anjos da Escola”, inaugurado em 1997 e que posteriormente evoluiu para o Programa de Policiamento Escolar implantado no Estado, onde já apareciam alguns princípios do policiamento comunitário.

Já a Polícia Militar do Paraná – PMPR iniciou o seu processo de direcionamento das ações policiais nas escolas seguindo os princípios do PCE, quando em 1994, criou a Patrulha Escolar, na cidade de Curitiba. A patrulha era composta exclusivamente por policiais femininas que realizavam o policiamento motorizado ou de permanência, em dupla, nos estabelecimentos de ensino da rede pública da capital do Estado.

De acordo com Paraná (2003 apud Silva, 2009), a finalidade do programa era aumentar a sensação de segurança e ainda a proteção às crianças e aos adolescentes que frequentavam as escolas. Em 1997, a Patrulha Escolar se expandiu para outras cidades do interior do Estado e em 2003 evoluiu para o Programa “Por Uma Escola Mais Segura”, idealizado por uma parceria realizada entre a Secretaria de Educação e a PMPR.

O programa previa a implantação de um policiamento orientado para a solução de problemas de segurança de forma conjunta com os membros da comunidade escolar. Estruturado e dividido em cinco etapas fixas com a possibilidade de inclusão de atividades complementares, a saber: I - Avaliação das instalações físicas quanto à funcionalidade e a segurança; II – Diagnóstico Escolar; III – Execução pela administração e comunidade escolar; IV – Palestras e V – Estabelecimento do Plano de Segurança.

Em 2004 o “Por Uma Escola Mais Segura” ganhou status e estrutura de Programa de Governo do Estado e passou a ser denominado Patrulha Escolar Comunitária - PEC. Posteriormente, em 2007, a PMPR reuniu o PEC e PROERD como programas estruturantes e norteadores das ações do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária - BPEC, criado para atender as comunidades escolares de todo o Estado através de um comando de policiamento único.

Em 2007 a PMBA instituiu a Ronda Escolar, que se constitui como uma operação executada pela polícia em parceria com a Secretaria de Educação do Estado. Nele a polícia tenta aliar alguns princípios do PCE ao modelo de policiamento profissional, de atendimento as situações emergenciais. Discuti um pouco a respeito da ronda no tópico 2.3.1 do Capítulo 1 e apresentarei um pouco mais a respeito dela e das demais intervenções policiais desenvolvidas pela PMBA nas escolas no próximo capítulo. Nele tratarei de forma mais específica a respeito dos dados reunidos durante o processo de coleta de evidências sobre a formação dos policiais da Polícia Militar da Bahia para atuação nas escolas.

5 – CAPÍTULO 4: COMPREENDENDO A DINÂMICA DA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS DA PMBA PARA DESENVOLVIMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos após a fase de coleta de evidências. Para tanto, apresento primeiramente, a política e os fundamentos que compõem o sistema de ensino da Corporação – que varia desde a Educação Básica a Educação Técnica Profissional de Nível Superior - com o intuito de situar o leitor, não policial militar, em qual nível e modalidade de ensino estão localizados os processos de formação, dentro da PMBA, atrelados às unidades de análise.

Feito isso, apresento a estrutura dos cursos de capacitação e qualificação estudados, de acordo com as categorias escolhidas para organizar e analisar os elementos – carga horária, quantitativo de policiais capacitados, matriz curricular, objetivo da qualificação, periodicidade de realização dos cursos, pré-requisitos para participar da formação e formalização junto ao Instituto de Ensino e Pesquisa - IEP na tentativa de responder a questão norteadora desta pesquisa: como ocorre o processo de formação dos policiais militares da PMBA para intervenção nas escolas? De forma que, primeiramente, apresento o encontrado em cada unidade de análise e por último faço algumas considerações a respeito do caso.

5.1 – DESVELANDO O SISTEMA DE ENSINO DA PMBA

Para compreender como se dá o processo de formação dos policiais da Polícia Militar da Bahia, para a realização de intervenções nas escolas, foi necessário primeiramente estudar os documentos externos²⁸ (leis e decretos) e internos²⁹ (portarias, diretrizes, planos de ensino, dentre outros) responsáveis por regular a política de ensino da Corporação como um todo. Bem como, por apontar os princípios, fundamentos e as normas que regulam o sistema de ensino da Instituição, para só depois adentrar as especificidades dos cursos que qualificam os policiais para atuação em ambiente escolar.

Neste aspecto, cabe destacar que de acordo com a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014– que reorganiza a PMBA - a Corporação é composta por órgãos consultivos, diretivos, estratégicos, setoriais, de administração e logística, bem como de execução, que compõem um conjunto de organismos de planejamento, assessoramento, execução, avaliação e controle institucional.

Dentre estes, destaco o Instituto de Ensino e Pesquisa, que se constitui órgão de Direção Setorial, tendo por finalidade, de acordo com o art. 36, da supracitada lei “planejar, dirigir, controlar, avaliar e fiscalizar as atividades de ensino, pesquisa e cultura da Corporação, emitindo diretrizes educacionais para as organizações a ele tecnicamente subordinadas”.

Sendo assim, a cada quatro anos, o IEP publica a Diretriz Geral de Ensino – DGE da PMBA, que regulamenta as atividades de ensino e pesquisa da Instituição. Estabelecendo os princípios, fundamentos, modalidades e as políticas de ensino, bem como as funções das Unidades de Ensino - UE a ele subordinadas, com o objetivo de nortear as ações educativas que ocorrerão na Corporação durante o quadriênio.

Neste sentido, a última DGE publicada, correspondente ao período de 2016 a 2019, e estabelece que a política de ensino da PMBA seja composta por um conjunto de ações

²⁸ Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014– que reorganiza a PMBA; da Lei 7990, de 27/12/01 - Estatuto da Polícia Militar da Bahia;

²⁹ Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas em Segurança Pública; Diretriz Geral de Ensino da PMBA correspondente ao Período de 2015 a 2019; Portaria CG nº 007/2008 e Nota para BGO n.º 138, de 28 de Julho de 2003.

sistematizadas à organização da educação nos níveis infantil, fundamental, médio, técnico profissional de nível médio e técnico profissional de nível superior. Tais ações “compõem o sistema de ensino da Instituição e visam à formação do homem e do profissional de polícia nos seus aspectos físico, intelectual, afetivo e moral” (PMBA, 2015, art. 1). Tendo como finalidade “desenvolver as qualidades necessárias para o desempenho de suas atividades na sociedade” (PMBA, 2015, art. 3).

Destas considerações já é possível depreender que o sistema educacional da PMBA vai além da formação profissional dos seus policiais, pois começa com os cursos de Educação Infantil e se estende até os cursos de Pós-graduação. Atendendo desde o público infanto-juvenil, da sociedade, nos Colégio da Polícia Militar – CPM até profissionais da área de segurança pública, nos cursos de especialização *latu sensu* oferecidos pela Academia de Polícia Militar - APM.

Neste aspecto, de acordo com o artigo 3º da DGE 2016/2019, entre os fundamentos da Política de Ensino da PMBA encontra-se a sistematização do conhecimento por parte das unidades de ensino da Corporação para a formação educacional e profissional dos indivíduos com vista:

a) ao desenvolvimento da educação escolar no nível básico (infantil, fundamental, médio, profissional) para garantir uma formação comum imprescindível à cidadania e à inserção no nível de educação superior (graduação e especialização); b) à profissionalização para ingresso na Corporação de ofícios e praças para o exercício dos cargos e funções inerentes à profissão policial militar; c) à habilitação, através da especialização e do aperfeiçoamento, para galgar, respectivamente, os postos³⁰ e as graduações³¹ dentro da Corporação, segundo o princípio da capacitação hierárquica; d) à capacitação contínua dos integrantes da Corporação como intuito de acompanhar o desenvolvimento técnico-científico e tecnológico no campo da segurança pública e, em especial, no campo da ordem pública.

Para atender a tais necessidades de formação em diversos níveis de educação a PMBA organizou o seu sistema de ensino da seguinte forma: educação básica; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional técnica de nível superior e educação profissional técnica de extensão (para que o leitor possa visualizá-lo de forma melhor, preparei o Organograma 01, apresentado abaixo). Cada uma delas está vinculada a uma ou mais Unidade de Ensino, que respondem ao IEP às questões

³⁰ Cargos exercidos na carreira do Oficial da PMBA (Tenente PM – Ten PM, Capitão – Cap PM, Major PM – Maj PM, Tenente Coronel PM – Ten Cel PM e Coronel PM – Cel PM)

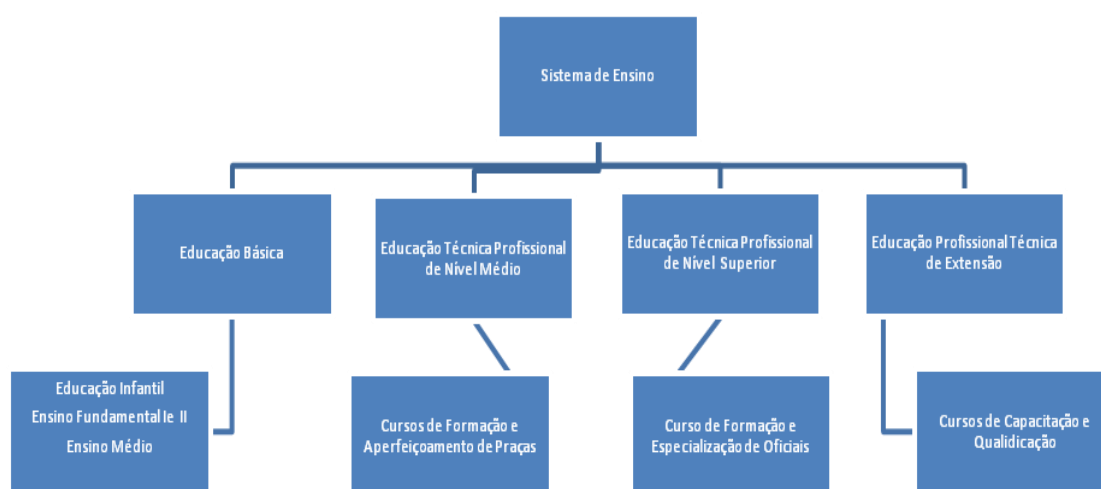
³¹ Cargos exercidos na carreira de Praças da PMBA (Soldado PM – Sd PM, Cabo PM – Cb PM, Sargento PM – Sgt PM, Subtenente PM – Sub Ten PM e Aspirante PM – Asp PM)

atreladas ao ensino e a pesquisa na Corporação. Discorrerei brevemente, a respeito de cada uma delas, nos próximos parágrafos.

Primeiramente, importa esclarecer que a Educação Básica é realizada pelas unidades de ensino dos Colégios da Polícia Militar, em consonância com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Atendendo às crianças e aos adolescentes em idade escolar nos níveis da educação infantil (através das creches e pré-escolas), ensino fundamental e ensino médio. Atualmente, existem 12 unidades do CPM na Bahia, distribuídas entre 10 cidades, sendo 03 aqui na Capital e as outras 09 no interior do Estado.

Já a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é definida pelo Art. 23, § 2º da DGE como aquela destinada à formação e ao aperfeiçoamento de policiais militares para a ocupação de cargos e desempenho de funções profissionais correlatas aos quadros de praças. Estes processos formativos se dão através do Curso de Formação de Soldado PM - CFSd; Curso de Formação de Cabo PM - CFCb; Curso de Formação de Sargento PM - CFsgt; Curso de Aperfeiçoamento de Sargento PM - CAS e Curso de Formação de Oficiais Auxiliares - CFOA. A aprovação neles se constitui como pré-requisito de acesso às respectivas graduações.

ORGANOGRAMA 01 – SISTEMA DE ENSINO DA PMBA



Fonte: Organograma montado pela pesquisadora a partir do estudo dos dados coletados

A realização destes cursos de profissionalização técnica de nível médio, com exceção do CFOA, é de responsabilidade do Centro de Formação de Praças – CFAP, situado na Capital Baiana e dos Núcleos de Ensino – NE, constituídos como unidades de apoio ao CFAP em cidades interioranas. Contudo, os NEs não são unidades fixas, pois só atuam de acordo com a necessidade de formação.

Em relação à Educação Profissional Técnica de Nível Superior o Art. 23, § 3º, da DGE 2016/2019, infere que “é aquela destinada à formação e especialização de policiais militares para a ocupação de cargos e desempenho das funções profissionais correlatas aos quadros de oficiais”. De forma a compreender o CFO - Curso de Formação de Oficiais; CEGESP - Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública e o CESP - Curso de Especialização em Segurança Pública. Estes são realizados exclusivamente pela Academia de Polícia Militar, que fica localizada aqui na Cidade de Salvador.

Cabe evidenciar que a APM também é responsável pelo Curso de Formação de Oficiais Auxiliares - CFOA, que faz parte da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Isto se explica em virtude do CFOA preparar os policiais oriundos do quadro de praças – na graduação de Subtenentes PM – para acesso ao oficialato da PMBA, contudo na condição de auxiliares aos oficiais que cursam o CFO. Importa frisar também que a APM disponibiliza vagas para membros de outras instituições do sistema de segurança pública da Bahia e do Brasil, para realização dos cursos de especialização ofertados (CEGESP e CESF).

Por fim, importa destacar a Educação Profissional Técnica de Extensão. Que segundo o § 4º, do Art. 23 da Diretriz Geral de Ensino -2016/2019, se destina a “capacitar policiais militares para adquirir novos conhecimentos necessários para o desenvolvimento técnico-profissional, bem como qualificar para a introdução de novas tecnologias ao conhecimento adquirido em processos educacionais de formação”. É neste nível educacional que se encontram os cursos de capacitação e qualificação.

São eles que proporcionam aos policiais militares conhecimentos técnicos e profissionais que os habilitam a atuar em situações específicas de policiamento, como o Curso de Operações de Choque – COPC, o Curso de Comunicação Social e *Media Training* e o Curso de Policiamento Comunitário, dentre outros. E são estes tipos de formação que foram estudados durante este processo de pesquisa. Na próxima seção

discorrerei um pouco a respeito das modalidades de ensino, atreladas aos níveis de educação, dando ênfase ao papel primordial exercido pelos cursos.

5.1.1 – Descobrimos/Analisando as Modalidades de Ensino

A seção II, da DGE 2016/2019 estabelece que os cursos, treinamentos e estágios constituem as diferentes modalidades de ensino utilizadas na Instituição. De acordo com o referido documento o curso é a modalidade que tem como objetivo habilitar pessoas para o exercício do cargo e das funções de policial militar, bem como capacitá-las e qualificá-las para desempenhar as técnicas e utilizar as tecnologias inerentes a profissão. É possível dizer que o curso é a modalidade mãe, pois dele decorrem as outras duas categorias.

Digo isto porque o treinamento é a modalidade que tem como finalidade aferir as habilidades adquiridas através do curso como forma de melhor preparar fisicamente, psicologicamente e tecnicamente o policial militar. De forma que após ter adquirido os conhecimentos teóricos necessários para a realização de uma atividade específica – como abordagem a pessoas, veículos e edificações, dentre outros - os policiais precisam treinar, em ambiente simulado, as técnicas e táticas estudadas a ponto de tornarem-se habilidosos no desenvolvimento daquela atividade. Isto torna esta modalidade extremamente importante para minimizar os riscos durante a atuação em situações reais.

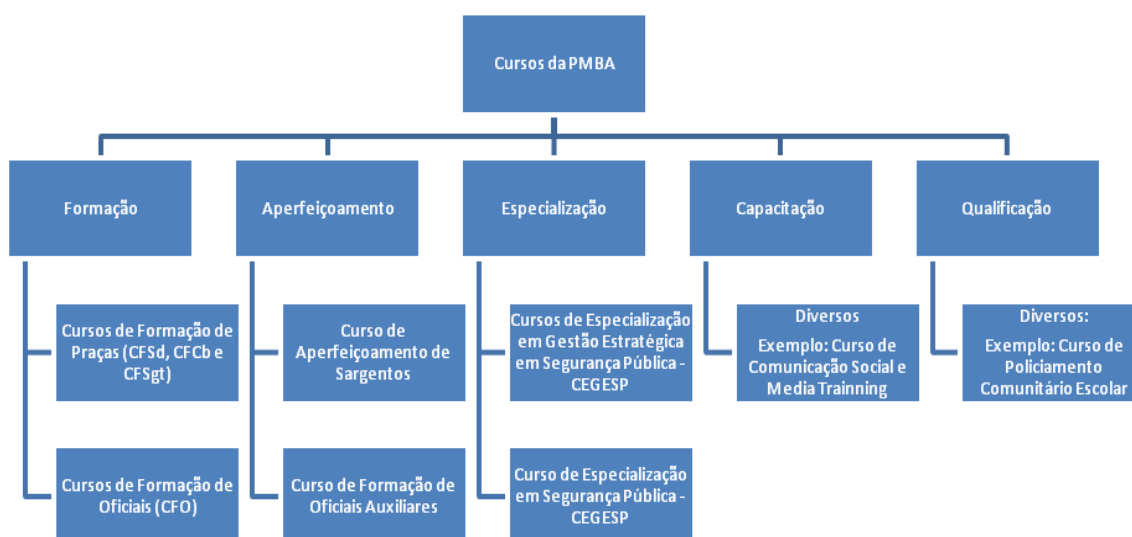
Já o estágio tem o intuito de inserir o policial em cenários reais, como atividade complementar a um curso ou treinamento, para avaliar a atitude, a capacidade intelectual de administrar as situações em tempo real e avaliar o condicionamento físico, psicológico e técnico em situações concretas. De acordo, o art. 11, da Portaria CG nº 007/2008, que regula o planejamento, controle e fiscalização das atividades de ensino da Corporação, durante o estágio, os estudantes deverão estar sob a orientação direta de professores, instrutores ou monitores, conforme a necessidade técnica de cada situação pedagógica específica.

Importa ressaltar que o processo de estágio se diferencia de acordo com os referenciados documentos normativos, em virtude de sua natureza específica, das

atividades de demonstrações e simulações planejadas para Cursos ou Treinamentos. Pois estas estão intrinsecamente relacionadas a conteúdos de disciplinas teórico-práticas, ou de atividades meramente práticas inseridas no núcleo básico de cada matriz curricular específica. Enquanto que os estágios são atividades complementares devendo estar formalmente previstos e pedagogicamente planejados em seus respectivos projetos.

Voltando aos cursos, importa trazer que esta modalidade se aplica aos processos formativos responsáveis pela formação inicial dos egressos nas fileiras da Corporação, bem como pela educação continuada dos policiais já formados (apresento no Organograma 02, os tipos de curso que a PMBA oferece, para possibilitar ao leitor perceber a variedade de tipos de cursos oferecidos pela Corporação). De forma que é realizado com a incumbência de imprimir qualidade à atuação policial, através do oferecimento de conteúdos teóricos e práticos para o desenvolvimento dos tipos de policiamento específicos, ou de habilidades não trabalhadas durante o processo de inicialização. Bem como, de reforçar os conhecimentos adquiridos durante a primeira formação, através de atualizações do conteúdo.

ORGANOGRAMA 2 – TIPOS DE CURSOS EXISTENTES NA PMBA



Fonte: Organograma montado pela pesquisadora a partir do estudo dos dados coletados

Tais atualizações são importantíssimas na profissão policial militar, tendo em vista que lidamos com a fiscalização das leis, que constantemente são mudadas; trabalhamos com armamentos que sofrem atualizações no seu mecanismo de funcionamento, ou

simplesmente são substituídos. E dentre outros aspectos, cito o fato de fazermos parte de uma sociedade em constante transformação e que possui avançadas formas de comunicação e de propagação do conhecimento, que provocam modificações em vários aspectos da convivência humana.

Sendo assim, é de fundamental importância que o policial militar enquanto regulador da vida social esteja sempre com acesso a novos conhecimentos, de forma a preparar-se para as novas exigências e necessidades dessa sociedade em constante transformação. E neste aspecto, importa frisar o papel da Instituição Polícia Militar em proporcionar cursos de qualificação do policial neste intuito, bem como de oferecer incentivos para que ele, também, possa buscar qualificar-se para ter uma atuação cada vez mais responsiva e em consonância com os ideais de uma sociedade democrática.

É neste entendimento, de importância do oferecimento de cursos de educação continuada para os policiais militares atuarem nas necessidades da sociedade, que chamo atenção para a próxima seção, onde apresento a dinâmica dos cursos de capacitação e qualificação realizados na PMBA e logo em seguida exponho as evidências coletadas a respeito da formação dos policiais para uma demanda social bastante atual e recorrente: o atendimento de ocorrências acontecidas no ambiente escolar.

5.2. – COMPREENDENDO A DINÂMICA DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Os cursos de capacitação e qualificação que compõem a Educação Profissional Técnica de Extensão, podem ser propostos por qualquer unidade da polícia militar que sinta a necessidade de capacitação e qualificação do seu efetivo, para o desenvolvimento de uma atividade específica de atualização referente à técnica policial ou de reforço doutrinário. Contudo, estes devem ser realizados de acordo com os critérios referentes ao planejamento, controle e fiscalização das atividades de ensino na Corporação, estabelecidos pela Portaria 007-CG/08, publicada na Separata nº 024, de 11 de fevereiro de 2008 e devem passar pelo crivo do Instituto do Ensino e Pesquisa da PMBA, a respeito dos quais discorrerei nos próximos parágrafos.

Sendo assim, para o desenvolvimento de cursos, faz-se necessário que as unidades que percebam a necessidade, elaborem um projeto com a proposta e encaminhem para apreciação, reconhecimento e deliberação do IEP. Estes devem ser estruturados de acordo com a referida Portaria e com o previsto na Nota para BGO n.º 138, de 28 de Julho de 2003, que regula os modelos e conteúdos de projetos a serem submetidos à análise do Instituto de Ensino e Pesquisa para efeito de aprovação de cursos de capacitação e requalificação.

De acordo com a supracitada portaria os projetos de cursos primeiramente devem ser encaminhados para os respectivos Comandos de Policiamento aos quais as unidades estão diretamente subordinadas, e estes, após análises de coerência e fundamentação de suas reais necessidades operacionais ou administrativas, os enviarão ao Instituto de Ensino e Pesquisa para a avaliação de reconhecimento e autorização. Feito isso, o IEP realiza uma análise técnica desenvolvida por especialistas do Instituto - que devem fundamentar sua opinião através da confecção de parecer técnico – e encaminha à deliberação do Diretor de Ensino.

Outro ponto importante é que a portaria faz uma distinção entre as atividades de capacitação e qualificação, conceituando-as de acordo com o entendimento da Instituição. De forma que, de acordo com os art. 9 e 10, as qualificações tem à finalidade de implementar novas tecnologias atinentes a conhecimentos já explorados em processos de formações, todavia, surgidos como necessários para a atual eficácia de cada função a que se agrega tecnicamente. Já as capacitações objetivam inserir novos conhecimentos até então não explorados em processos de formação ou qualificação, todavia surgidos como necessários para a atual eficácia de cada função a que se agregue tecnicamente.

Nesse contexto, entendo que os cursos de policiamento comunitário escolar se constituem enquanto cursos de qualificação profissional para parte uma do efetivo da PMBA e curso de capacitação para a outra parcela. Isso porque o referido curso atrela um elemento novo – escola – a conhecimentos já explorados – o policiamento comunitário.

Contudo, apesar de atualmente, a doutrina de policiamento comunitário está inserida em todos os cursos de formação da Corporação (desde 2006) e dela já ter sido tema de discussão em atividades pedagógicas, como conferências, palestras e seminários

desenvolvidos em diversos momentos (a partir de 1997), de forma a atingir parte significativa dos policiais que compõem o efetivo da PMBA, os policiais que possuem muitos anos de serviço não tiveram esse componente curricular no seu curso de formação inicial.

Neste sentido, o que se faz nos cursos de PCE é dotar o policial militar de conhecimentos específicos, que o auxilie na aplicação da doutrina do policiamento comunitário nas intervenções realizadas em ambiente escolar. Isso porque, embora o PM tenha um conhecimento geral a respeito dos tipos, processos e modalidades atinentes ao policiamento ostensivo e comunitário, não são trabalhadas nos cursos de formação as especificidades que envolvem a ação policial nas escolas, pois neles não há nenhum componente curricular que aborde essa temática.

Cabe destacar ainda que os cursos de capacitação e qualificação, por atenderem a necessidades específicas de demandas da sociedade – que instituem os programas e operações – e/ou de determinadas unidades da Corporação – como BPChoque e BCS - podem se constituir como pré-requisito para trabalhar em alguma Unidade Operacional da Polícia, bem como em alguma Operação ou Programa.

Como exemplo disso, temos o caso das Bases Comunitárias de Segurança que ao serem instaladas tiveram todos os seus policiais qualificados pelo Curso Nacional de Promotor de Policiamento Comunitário (praças) e de Multiplicador de Policiamento Comunitário (oficiais). Ainda nesse sentido temos o Programa Educacional de Resistência às Drogas que capacita todos os policiais no Curso Nacional de Instrutor (praças e oficiais) que abordarei no item 5.2.1.

Foi, também nesse aspecto, que a BCS/Itinga realizou o curso observado, de que tratarei mais especificamente no item 5.2.2 e que a Operação Ronda Escolar elaborou o Curso de Policiamento Comunitário Escolar, a respeito do qual discorrerei um pouco no item 5.2.3. Neste sentido, inicio minha explanação, no próximo tópico, a respeito dos processos formativos existentes na PMBA para capacitação e qualificação dos policiais que realizam intervenções nas escolas, apresentando a dinâmica do processo formativo de instrutores PROERD.

Logo em seguida, faço uma aclaração a respeito da iniciativa da 19ª CIPM/Paripe executada pela Comandante da BCS/Fazenda Coutos, de proporcionar uma qualificação

aos policiais militares que estavam sendo convocados, por força da aproximação com a comunidade e da necessidade das Instituições de Ensino da localidade, a intervir em ocorrências nas escolas.

E por último apresento como tem acontecido e quais são as perspectivas do processo de formação dos policiais militares que trabalham na Operação Ronda Escolar e/ou que desenvolve o policiamento de proximidade junto às unidades escolares, apontando para o início de um processo de formalização de uma doutrina policial da PMBA para realizar intervenção nas escolas. O que é, também, parte do processo de consolidação da doutrina de policiamento comunitário na Corporação.

Faço isso, tentando me ater às categorias destacadas para estudar as unidades de análise: formalização junto ao IEP, objetivos da capacitação/qualificação, carga horária, quantitativo de policiais qualificados, matriz curricular e pré-requisitos para participar da formação. Tendo o cuidado de confrontar as informações coletadas entre as evidências, com o intuito de perceber as conformidades e contradições existentes entre o que está documentado e a realidade em si.

5.2.1 – O Curso Nacional de Formação de Instrutores do PROERD

Para realizar a coleta de dados referente a esta unidade de análise, utilizei três fontes de evidências: entrevista, análise documental e análise de arquivos. Foi realizada entrevista espontânea – sem um roteiro pré-definido - com um membro da Coordenação do PROERD, em Salvador, utilizadas para dirimir quaisquer dúvidas e aumentar a compreensão a respeito de alguns pontos que os documentos e arquivos não consigam esclarecer.

Neste sentido, foram selecionados os seguintes documentos para subsidiar esta pesquisa: Portaria nº 038-CG/07, publicada na SPLJNG Nº 004, de 25 de junho de 2007, que institucionaliza o PROERD na PMBA e estabelece as diretrizes de formação dos policiais; o Projeto do Curso Nacional de Instrutor do PROERD e o Plano de Ensino das Disciplinas do Curso de Instrutor. Outra fonte utilizada foi o registro em

arquivos com destaque aos dados estatísticos de formação do PROERD de 2007 até novembro do ano corrente.

Diante das evidências coletadas podemos afirmar que o PROERD capacita os seus policiais para aplicação do programa nas escolas, através do Curso Nacional de Instrutor PROERD. O curso é formalizado junto ao Instituto de Ensino e Pesquisa desde 2007, sendo até o corrente ano, o único disponibilizado pela PMBA, que tem como foco a atuação policial nas escolas. Contudo, ele se configura como via de acesso a participação no Programa Educacional de Resistência às Drogas, não estando disponível para policiais que atuem nas escolas com uma perspectiva diferente da trabalhada pelo programa.

Durante o processo de formação do PROERD, o policial é preparado para se tornar um educador social, de forma que ele atua ministrando aulas expositivas, realizando discussões em grupo e aplicando outras técnicas de ensino, para estudantes da Educação Infantil e de Ensino Fundamental I, baseados nos currículos estruturados pelo programa para passar a mensagem de prevenção ao uso das drogas e à violência. O curso de instrutor é formatado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo programa em níveis nacionais. De forma que não foi elaborado pela e para a PMBA.

Contudo, o curso já formou 221 policiais da Corporação baiana, através de um processo formativo que objetiva “capacitar policiais militares para serem Instrutores e aplicarem os currículos de educação infantil, das séries iniciais, do 5º e do 7º ano do Ensino Fundamental do Programa Educacional de Resistência às Drogas.” como já citado anteriormente. (referenciar).

Para tanto, são disponibilizadas 106h de formação, divididas em 10 componentes curriculares teóricos e práticos, que discutem temáticas relativas à metodologia e didática de ensino, psicologia da aprendizagem, questões teóricas e legais a respeito da prevenção e uso de drogas, policiamento comunitário e relações interpessoais. Friso que embora o programa vise à prevenção da violência e uso de drogas, o maior foco da formação esta em dotar o policial de habilidades específicas para o exercício de atividades relacionadas a prática docente, para a aplicação das lições ministradas no currículo dos cursos PROERD destinados à crianças e adolescentes.

Digo isto, pois, o objetivo geral do curso enfoca essa capacitação dos policiais para “serem Instrutores e aplicarem os currículos”. E isso se confirma quando observamos a matriz curricular da formação que possui 04 dos 10 componentes curriculares versando a respeito de metodologias e didáticas de ensino, bem como psicologia da aprendizagem, perfazendo um total de 94h/a destinadas a esse fim, enquanto que existem apenas 02 componentes que tratam especificamente a respeito das questões relativas às drogas (04h/a cada) e apenas 01 componente que trata das tendências atuais a respeito da violência escolar, com ênfase no *bullying* e no *ciberbullying* (2h/a).

Destaco também que o Estatuto da Criança e Adolescente é estudado de forma muito efêmera, juntamente com a Lei Seca, a Lei de Drogas e a legislação de outros países a respeito das drogas. Tudo isso em apenas 02h/a, o que aparenta ser insuficiente para discutir a responsabilidade da Polícia Militar enquanto partícipe da rede de proteção à criança e ao adolescente e entender as especificidades da lei de drogas, aplicadas ao público infanto-juvenil.

Contudo, não é possível precisar a respeito da suficiência ou não da carga horária disponibilizada para discussão dos conteúdos ministrados ou sobre a confiança dos policiais para aplicação do programa após a formação, pois não foi encontrado nenhum trabalho acadêmico que abordasse essa questão e também não foi possível participar de nenhuma formação do programa, o que viabilizaria esse questionamento aos policiais formados. Isso porque, durante o tempo em que estive voltada para a pesquisa de campo não foi ministrado nenhum curso.

Em relação aos pré-requisitos para participar do programa destaco: ser Policial Militar; ter entre 2 e 20 anos de efetivo serviço; estar, no mínimo, no bom comportamento disciplinar; ser voluntário; não ser fumante de cigarro (tabagismo), não fazer uso de qualquer substância psicoativa de uso ilegal ou mesmo possuir dependência química de álcool ou qualquer substância psicoativa, declarados pelo candidato; gozar de bom conceito profissional atestado pelo Comandante.

Outro ponto de avaliação durante o processo seletivo é a qualificação anterior do policial, através da prova de títulos, onde são avaliados e pontuados de acordo com um barema específico os cursos de capacitação a partir de 30h/a; a participação em cursos, seminários e palestras sobre o tema: drogas, violência e família; cursos de graduação, extensão e pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; bem como a regência de classe.

Do analisado depreende-se que o PROERD possui uma dinâmica de formação em conformidade com as normas estabelecidas pela PMBA e pelo DARE; que estabelece critérios objetivos para acesso ao programa condizente com a proposta estabelecida pelo mesmo – como a declaração pelo policial de não alcoolismo e uso de drogas, bem como o atestado de bom comportamento pelo Comandante; que possui uma carga horária que está dentro dos padrões utilizados na Corporação para cursos de extensão e disponibiliza parte significativa dela para o estágio de policiais em sala de aula para aplicação do currículo do curso, se configurando como um curso estruturado e coerente.

Feito esta apresentação que buscou explanar a respeito da dinâmica de funcionamento do processo formativo dos policiais que atuam no PROERD, passo para a próxima unidade de análise. Nela realizarei um esclarecimento a respeito de como se deu o processo de formação de policiais que trabalharam na BCS/Fazenda Coutos, no 18º BPM/Pelourinho e em outras 5 Companhias Independentes da Polícia Militar da Bahia, discutindo as motivações que deram origem à formação, bem como as categorias de análise.

5.2.2 – A Qualificação de policiais das BCS e outras UOPM: Os primeiros passos para o estabelecimento de uma doutrina em PCE na Bahia

Para realizar a coleta de dados referente a esta unidade de análise utilizei três fontes de evidências: entrevista, análise documental e observação participante. De forma que realizei várias entrevistas espontâneas com a Comandante da Base Comunitária de Segurança de Fazenda Coutos, que serviu para dirimir dúvidas surgidas durante o momento da observação participante e de análise documental.

Neste sentido foram selecionadas como fontes documentais as Notas de Instrução N.º 002/15/SPOI e N.º SPO 001/2016 que tratam a respeito dos procedimentos para realização do curso. Bem como, os questionários de avaliação da formação preenchidos pelos participantes, e os módulos do Curso de PCE da SENASP Ead. Além disso, foi realizada a observação participante durante o momento de uma formação presencial do Policiamento Comunitário Escolar realizado em julho do corrente ano. Antes de explanar sobre o processo formativo em questão, de acordo com as categorias de estudo definidas,

abordarei um pouco a respeito de como se deu o processo de desenvolvimento deste curso.

Primeiramente, cabe lembrar que na introdução desta dissertação discuti um pouco a respeito da necessidade de incluir no processo de formação continuada dos policiais militares da Bahia a qualificação para atuação nas escolas. Dentre os argumentos utilizados para defender esta necessidade estavam à atuação cada vez mais recorrente dos policiais que trabalham no serviço ordinário em situações envolvendo instituições de ensino públicas, principalmente os policiais que trabalham nas Bases Comunitárias de Segurança, em virtude do serviço de aproximação realizado.

Um dos pontos criticados, quanto às maneiras que a PMBA tem realizado o policiamento nas escolas, foi justamente o fato da Operação Ronda Escolar ser estruturada para atender ocorrências por meio de um policiamento extraordinário, o que provoca deficiências de ordem qualitativas na prestação do serviço. Dentre elas, destaquei algumas que merecem especial atenção – descontinuidade do serviço prestado, território de atuação muito amplo, incapacidade de atender as demandas em virtude de efetivo insuficiente, rotatividade do efetivo em virtude da escala extraordinária, desconhecimento pelos policiais do contexto ao qual a escola está inserida, dentre outros.

Neste ponto cabe trazer a informação fornecida pelo Subcomandante da Operação Ronda Escolar, de que em virtude da contenção de despesas estabelecida pelo Estado, poucos são os recursos para manter a operação funcionando com atendimento às 236 escolas estaduais e municipais de Salvador e da Região Metropolitana, o que tem acarretado uma diminuição no efetivo diário empregado. Com isso, os comandantes de unidades como 18º BPM/Pelourinho, 13ª CIPM/Pituba, 31ª CIPM/Valéria e 15ª CIPM/Itapoã, tem buscado uma parceria com a ronda para atender as demandas da sua área territorial, de forma a disponibilizar efetivo da unidade para atender especificamente as ocorrências das escolas, utilizando viaturas da Operação Ronda Escolar.

Esta parceria foi firmada, contudo, o efetivo policial disponibilizado para este fim carecia de formação para atuar neste trabalho e a Ronda Escolar não possuía um curso de capacitação específico pra isso. Pelo contrário, como forma de suprir essa necessidade de formação dos policiais que trabalhavam na atividade da ronda, ela

solicitava aos egressos que realizassem os cursos Policiamento Comunitário, PCE e Mediação de Conflitos 1 e 2 oferecidos pela SENASP, através da Rede Ead.

Embora os cursos da SENASP tenham realizado uma revolução na forma de se pensar e fazer educação continuada em Segurança Pública “[...] pela forma como utiliza os recursos tecnológicos atuais para oportunizar a divulgação e padronização dos conhecimentos técnicos e profissionais voltados à atividade policial militar [...]” (referenciar), por sua condição generalista, que busca o estabelecimento de uma doutrina nacional, eles não atendem as especificidades da realidade baiana. De forma que eles podem servir como uma medida emergencial para capacitar o efetivo, contudo devem apenas funcionar como norteador para a criação de uma formação própria para os policiais da PMBA, que esteja atenta a realidade e as necessidades da Corporação e da sociedade baiana.

Além disso, importa frisar a responsabilidade institucional que a Polícia Militar possui de oferecer formação digna, específica e de qualidade para o seu efetivo policial, independente do tipo de policiamento que ele seja empregado. De maneira que ela não pode e nem deve transferir essa responsabilidade para o policial, embora deva sempre estimulá-lo a buscar novos conhecimentos e melhorar a sua possibilidade de ser e atuar enquanto pessoa e policial.

Sendo assim, é nesse vácuo institucional por qualificação específica do policial militar da Bahia, que não faz parte do PROERD, para intervir nas escolas, que a responsabilidade de policiais comprometidos com a instituição e a sociedade aparecem. Bem como a criatividade que faz com que o homem trabalhe para resolver os problemas que estão diante de si e fazem com que as Instituições evoluam. E foi diante deste cenário, por busca de capacitação e qualificação dos policiais das unidades operacionais da PM, para atuar enquanto agentes da Ronda Escolar que as necessidades destes se cruzaram com as demandas por qualificação também passadas pela BCS/Fazenda Coutos.

Neste sentido, diante da realidade de intervenção policial nas escolas, não qualificados especificamente para esse fim e ciente da necessidade de preparação do policial através de dotação de conhecimentos específicos a respeito das nuances que envolvem o policiamento em ambiente educativo, frequentado essencialmente por crianças e adolescentes, que o Comandante da 19ª CIPM, em 2013, solicitou a Comandante da

BCS/Fazenda Coutos que realizasse uma qualificação básica em policiamento comunitário escolar para a tropa da base que desenvolvia o trabalho de intervenção nas escolas. Qualificação esta que foi realizada com o objetivo inicial de:

Oportunizar ao efetivo policial o conhecimento específico sobre a configuração da comunidade escolar, seus atores e problemáticas a que está exposta a instituição escolar, promovendo uma cultura de segurança, bem estar e paz por meio das ações inerentes ao policiamento comunitário escolar. (referenciar)

Para tanto, utilizando-se dos conhecimentos prévios que possuía oriundos de Cursos de graduação, extensão e especialização feitos dentro e fora do sistema de ensino da PMBA e das vivências oportunizadas pelo policiamento de proximidade a Comandante da BCS/Fazenda Coutos estruturou uma formação para atender as necessidades de preparo dos policiais que trabalhavam com ela. Neste processo buscou mesclar os conteúdos apreendidos e que compunham a matriz curricular do Curso Nacional de Instrutor do Proerd, bem como dos cursos de Promotor e Multiplicador de Policiamento Comunitário e de Policiamento Comunitário Escolar desenvolvido pela SENASP, através da Rede EaD.

Vale ressaltar que inicialmente, a formação foi pensada e estruturada para atender a necessidade específica de Fazenda Coutos, contudo como relata a Comandante da supracitada BCS “as coisas fugiram do meu controle” e posteriormente os comandantes das OPM que firmaram parceria com a Ronda Escolar (citados acima) tomaram conhecimento da formação que foi realizada e solicitaram que a mesma fosse oferecida também aos seus policiais. O que resultou no desenvolvimento de duas turmas a mais, sendo a primeira composta por policiais do 18º BPM e a terceira por efetivo da 13ª, 15ª 31ª e 37ª CIPM. Sendo esta última, a que tive oportunidade de participar enquanto observadora e é de onde tiro os dados abaixo apresentados.

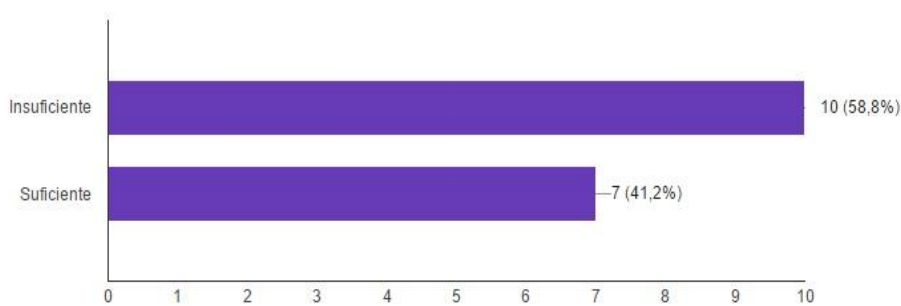
Vale ressaltar, que embora, esteja tratando este procedimento formativo como curso, ele não foi formalizado junto ao Instituto de Ensino e Pesquisa, conforme prevê a legislação (discutida no item 5.2). Contudo, constituiu-se em uma iniciativa da OPM, que teve repercussões positivas na Corporação e que estava suprindo, em certa medida e em caráter provisório, uma necessidade de qualificação policial para intervenção nas escolas, não atendidas pela PMBA. Prova disso é que algo que foi pensado como medida emergente para remediar um problema local, acabou se expandindo e atendendo

a outras unidades. E mesmo sem passar pelo crivo técnico do IEP qualificou 43 policiais militares.

O curso observado aconteceu entre os dias 10 a 16 do mês de maio do corrente ano, no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS do bairro de Fazenda Coutos. Foi ministrado, exclusivamente pela Comandante da BCS/Fazenda Coutos e teve como público alvo 17 Policiais Militares, entre Oficiais (3) e Praças (14), assim distribuídos: 13ª CIPM – Pituba (4 PMs), 15ª CIPM- Itapoã (7 PMs), 31ª CIPM- Valéria (2 PMs) e 37ª CIPM – Liberdade (4 PMs).

GRÁFICO 1 – AVALIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Em termos de carga horária, você avalia o curso em: (17 respostas)



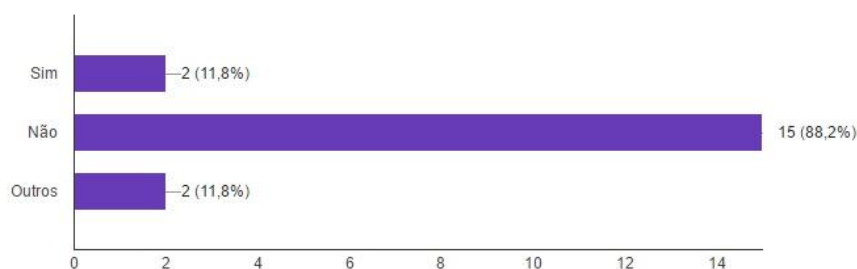
Fonte: Questionário de avaliação aplicado à turma 3 do Curso de PCE 2016

O curso de qualificação constou com a curta carga horária de 40h, assinalada como insuficiente por 58,8% dos participantes da turma observada. Cabe destacar que a carga horária destoa das previstas para os cursos das demais unidades de análise e inclusive da proposta para o próprio Curso de PCE oferecido pela Rede Ead da SENASP, que de acordo com a ementa, tem a previsão de pelo menos 60h.

GRÁFICO 2 – REALIZAÇÃO DE OUTROS CURSOS NA PMBA

Você já participou de algum curso promovido pela PMBA para atuação nas escolas? Se sim, qual?

(17 respostas)



Fonte: Questionário de avaliação aplicado à turma 3 do Curso de PCE 2016

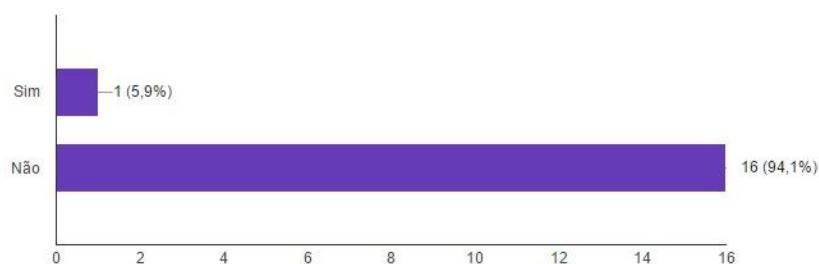
Contudo, importa observar que nas condições em que ele foi executado, na qual a oficiala regente acumulava a função de formadora com a de comandante da BCS, sendo requisitada em vários momentos, para resolver problemas relacionados com o serviço operacional e administrativo da base, não seria sustentável mantê-lo por mais tempo. Pois a formação, embora seja algo positivo, na maneira como foi realizada – com poucos recursos humanos e materiais - causa uma desestrutura na rotina da base.

Ressalto também que a responsável pelo curso, em algumas de suas falas, durante o processo de formação, ressaltou a importância daquele processo ocorrer em tempo mais elástico proporcionando um maior aprofundamento das questões discutidas. Além disso, foi apontado por policiais que fizeram parte da formação, a importância de ter outros instrutores para ministrar as aulas, especialistas em temas específicos como ECA e mediação de conflitos e que não estivessem acumulando outras atividades, no momento das aulas.

GRÁFICO 3 – REALIZAÇÃO DO CURSO DA SENASP REDE Ead

Você já realizou o Curso de Policiamento Comunitário Escolar oferecido pela SENASP na modalidade EAD?

(17 respostas)

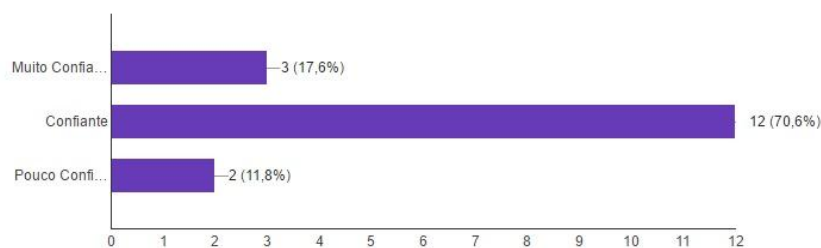


Fonte: Questionário de avaliação aplicado à turma 3 do Curso de PCE 2016

Porém, cabe ressaltar que apesar da carga horária ter sido considerada como insuficiente pelos participantes, 88% destes terem afirmado que nunca realizaram outro curso para intervenção nas escolas promovidos pela PMBA (Gráfico 2) e de 94% não terem realizado o curso de PCE oferecido pela SENASP na modalidade EaD (gráfico 3), quase 90% dos participantes do curso, disseram se sentir confiantes, após a formação, para a realizar atividades nas escolas, como se pode observar no gráfico 4.

GRÁFICO 4 - CONFIANÇA

Em relação ao seu nível de confiança (conhecimento técnico e preparo psicológico) para realizar as atividades na escola, você se sente:
(17 respostas)



Fonte: Questionário de avaliação aplicado à turma 3 do Curso de PCE 2016

Os dados apresentados me levam a perceber que uma formação pode ser construtiva, apresentando resultados significativos, mesmo com uma carga horária tida como baixa ou insuficiente. De forma que, apesar de ser inegável que ter um tempo de discussão maior pode proporcionar aprofundamentos de determinados pontos e proporcionar maior qualidade à formação dos policiais é possível obter resultados significativos mesmo com poucas horas de formação.

Outro ponto de análise no curso em questão foi o conteúdo da matriz curricular. De acordo com as notas de instrução que regulam o curso, o mesmo possui como documentação básica: a Matriz do Curso de Policiamento Comunitário Escolar adotado pela SENASP; a Diretriz Operacional Nº 092 – COPPM/2010 que versa sobre o fortalecimento da doutrina de emprego operacional com ênfase na filosofia de Polícia Comunitária como base para a execução do policiamento ostensivo na Polícia Militar da Bahia e a Matriz Curricular do Curso Nacional de Instrutor do PROERD.

Sendo assim, tem-se uma mescla do proposto pelo Curso em PCE com algumas bases do PROERD sendo o curso em estudo estruturado com os seguintes componentes curriculares: o ambiente escolar; características do policiamento nas escolas; composição e competências dos órgãos do sistema de segurança escolar; eventos que influenciam na segurança do ambiente escolar; atribuições das escolas e dos órgãos de segurança nas ações de enfrentamento da violência no ambiente escolar; mediação de conflitos no ambiente escolar; troca de experiências com a Patrulha Comunitária da BCS Fazenda Coutos e acompanhamento de visita escolar com a Patrulha Comunitária.

Em relação aos componentes curriculares, quando comparamos a matriz curricular prevista na Nota de Instrução, com o Curso de PCE da SENASP e de Instrutor do Proerd, percebemos que os componentes “Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar”, “Troca de Experiências com a Patrulha Comunitária da BCS Fazenda Coutos”

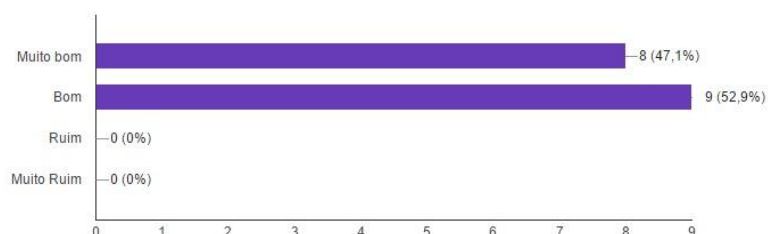
e “Acompanhamento de visita escolar com a Patrulha Comunitária” foram introduzidos sem fazer parte de nenhuma das duas matrizes basilares, sendo, portanto, inovações desta formação.

De acordo com a Comandante da BCS/Fazenda Coutos, os componentes foram incluídos em virtude da sua relevância para a formação dos policiais que irão atuar nas escolas, tendo em vista que a maior parte das ocorrências em ambiente escolar resultam em mediação. Considerando também, que em seu entendimento, o policiamento das escolas deve estar mais próximo do realizado através do policiamento de proximidade, que prevê as visitas ao ambiente escolar, mesmo sem o desenvolvimento de ocorrência - com o intuito de formar vínculos e estabelecer parcerias que possam se mostrar estruturadas nos momentos de situações emergentes – do que do policiamento de ronda, que tem suas bases mais próximas do policiamento profissional.

Neste ponto, cabe destacar que durante o curso foi observado que embora a Mediação tenha sido tratada de acordo com arcabouço teórico pertinente, os policiais ainda atrelam a mera resolução de ocorrências sem condução a delegacia, como mediação de conflitos, o que na prática se aproxima muito mais do exercício do poder discricionário utilizado pelo policial do que da mediação em si. Cabe destacar também que o conteúdo programático foi avaliado positivamente por 100% dos participantes, que o avaliaram ente bom e muito bom, como é possível observar no gráfico 5.

GRÁFICO 5 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Em termo de conteúdo programático você avalia o curso em: (17 respostas)



Fonte: Questionário de avaliação aplicado à turma 3 do Curso de PCE 2016

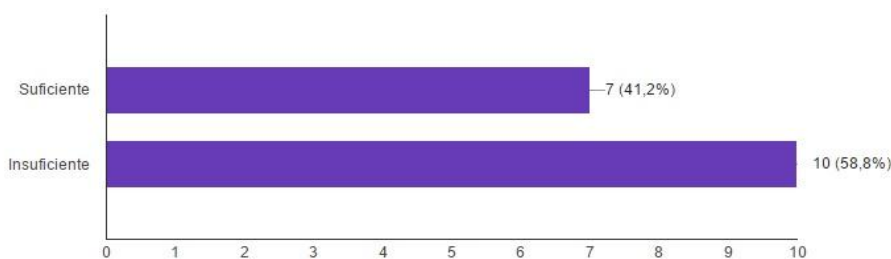
Contudo, vale destacar a auto avaliação realizada pelos participantes em relação ao seu grau de conhecimento a respeito do ECA, que foi avaliado por 58% dos participantes como insuficiente (Gráfico 6). O Estatuto da Criança e Adolescente foi visto durante o curso de forma corrida, trazendo alguns conhecimentos bases – como entendimento de criança e adolescente; diferença entre crime e ato infracional, entre outros, mas sem

aprofundamento, o que causou uma imediata reação dos policiais na resposta ao formulário de avaliação, solicitando o aprofundamento deste conteúdo nas próximas turmas (explanarei um pouco mais sobre esta questão no próximo capítulo).

Quanto aos pré-requisitos para participar da formação, depreende-se que, na primeira turma, foram selecionados os policiais que realizavam o serviço de patrulha comunitária da BCS/Fazenda Coutos. Já na turma observada, o único requisito existente era de que o policial estivesse atrelado ao serviço de Ronda Escolar que seriam implantados nas OPM solicitantes.

De acordo com a fala dos policiais, não houve uma seleção nas OPMs para escolher os policiais que trabalhariam exercendo essas funções. Também não foi aberto espaço para o voluntariado. De forma que os policiais foram escolhidos pelos seus comandantes, sem justificativa aparente para realização do serviço. Digo isto, pois durante o momento de observação, parte significativa dos policiais que participaram do processo de qualificação, afirmavam não se identificar com a temática do curso e com o serviço que teria que desenvolver.

GRÁFICO 6 – CONHECIMENTO SOBRE O ECA
Em relação ao seu nível de conhecimento sobre o ECA para aplicação nas escolas, você acredita ser:
(17 respostas)

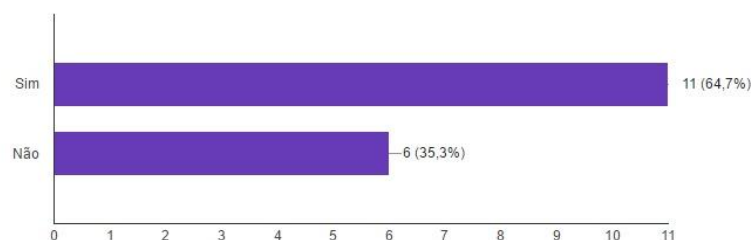


Fonte: Questionário de avaliação aplicado à turma 3 do Curso de PCE 2016

Alguns chegaram a dizer que não possuíam “o perfil” para atuar com o policiamento comunitário escolar e que os seus comandantes “não respeitaram” os seus posicionamentos de não identificação com a atividade. Falas estas que foram confirmadas no momento do preenchimento do questionário de avaliação do curso, na qual parte significativa dos participantes (35,5%), afirmaram não se identificar com as bases do Policiamento Comunitário Escolar.

GRÁFICO 7 – IDENTIFICAÇÃO COM O PCE

Se identifica com o PCE? (17 respostas)



Fonte: Questionário de avaliação aplicado à turma 3 do Curso de PCE 2016

Por fim, a última categoria de análise diz respeito a periodicidade de realização dos cursos. Nesta unidade de análise, por se tratar de um curso realizado em virtude da necessidade da BCS/Fazenda Coutos e de algumas OPMs, com o intuito de suprir uma carência institucional por formação para atuação nas escolas, o mesmo aconteceu de acordo com o surgimento da demanda e com a disponibilidade para realização por parte da Comandante da BCS/Fazenda Coutos fazendo com que não haja uma periodicidade programada.

Contudo, como veremos na próxima subseção, o processo formativo observado tende a não acontecer mais, em virtude dessa demanda por qualificação dos policiais vinculados à Operação Ronda Escolar, comentada anteriormente, ter gerado uma proposta de capacitação formalizada pelo Comando da Operação Ronda Escolar ao IEP. Explanarei mais sobre ele, no momento de apresentação da unidade de análise a seguir.

5.2.3 - Operação Ronda Escolar e a formalização de um curso próprio

Dando continuidade à discussão da subseção anterior e antes de iniciar a explanação a respeito das categorias de análise selecionadas, acredito ser importante trazer parte da justificativa apresentada no Projeto do Curso de Policiamento Comunitário Escolar da PMBA, apresentada pelos Coordenadores da Ronda Escolar para a proposição do mesmo, pois ela vem confirmar impressões e inquietações que me fizeram iniciar este processo de pesquisa:

No tocante a Operação Ronda Escolar, verificam-se, atualmente, outros tantos motivos que anseiam capacitação e qualificação do recurso humano disponível nesta especializada. É notório que ao longo de anos, mais especificamente desde a criação da Ronda Escolar os cursos que abrangem esta modalidade de policiamento são ofertados, conforme os objetivos

propostos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP [...] no caso do Curso de Policiamento Comunitário Escolar, embora sendo o único referencial ofertado, seu conteúdo programático oscila muito em relação a nossa realidade de policiamento, o que fez nutrir o desafio de construir uma estratégia de capacitação para difundir no âmbito da corporação uma doutrina de polícia de proximidade, inovando as práticas da organização e contribuindo para a capacitação, qualificação e formação dos operadores de segurança pública pelo viés de Polícia Comunitária.

A ausência dessa doutrina corroborou para que o efetivo empregado na Ronda Escolar viesse atuando em desacordo as diversas modalidades de policiamento. Este largo lapso temporal de falta de capacitação e qualificação, — quase 16 anos —, em conjunto com a renovação do efetivo, após anos de valiosos serviços dedicados à Corporação, coadunaram com a formação de um novo quadro no tocante ao recurso humano desta Operação. Hoje, temos um efetivo flutuante, em sua maioria neófito, oriundos de diversas unidades distintas, que não tiveram em seu processo de formação a doutrina específica do policiamento comunitário escolar. Dessa forma, esta falta de doutrina atinente a nossa realidade, causou uma mescla de procedimentos na modalidade de policiamento, prejudicando a eficiência e eficácia no cumprimento dos objetivos das mais variadas missões (Paraíso e Santo, 2015, p.2).

Além do cenário relatado acima, o projeto também traz que a qualificação do efetivo empregado atualmente na operação tem destoado em relação à especificidade e especialidade da ronda. Isso porque da totalidade de seus integrantes aproximadamente apenas, “[...] 50% possuem todas as especificações técnicas, ou seja, são capacitados com cursos específicos na área de Policiamento Comunitário Escolar, Direitos Humanos, Mediação de Conflitos e outros” (referenciar). O documento também infere que a não capacitação traz grande prejuízo aos serviços, pois os policiais sentem-se inseguros ao conduzir uma ocorrência em ambiente escolar por não possuírem conhecimentos técnicos específicos. O que acaba acarretando “transtornos no âmbito administrativo e operacional”.

Sendo assim, tal justificativa vem ratificar os argumentos utilizados por mim até o presente momento a respeito da necessidade de formação específica e de qualidade para atuação dos policiais nas escolas e mostra a necessidade mais do que urgente da Corporação instituir uma doutrina em Policiamento Comunitário Escolar, para que os policiais não atuem apenas de acordo com os saberes adquiridos ao longo da sua vida pessoal e profissional, mas que possuam conhecimentos que sejam frutos de estudos, discussões e reflexões teóricas e práticas, proporcionando maior segurança na atuação e minimizando as possibilidades de erros.

Para realizar esta última parte da pesquisa, utilizei entrevistas espontâneas – sem um roteiro pré-definido - e focadas para a coleta de evidências de todas as unidades de estudo. A esse respeito, trago como exemplo a utilização dos seguintes documentos

como fonte de evidências da unidade de estudo Ronda Escolar: trabalhos monográficos de Dos Anjos e Souza (2012) e Carvalho e Santos (2014) e o Currículo nº 003/2015 do Curso de Policiamento Comunitário Escolar, dentre outros.

Outra fonte de evidências utilizada foram os registros em arquivos. Principalmente os registros organizacionais, como tabelas e organogramas, bem como gráficos, mapas e dados oriundos de levantamentos de pesquisas realizadas, dentre os quais destaco a de Dados Estatísticos oriundos da Seção de Planejamento Operacional da Ronda Escolar referente aos anos de 2012 a 2015 e o Relatório Analítico da RE 2015.

Durante o momento da coleta de dados, ficou evidenciado – como já comentado anteriormente - que até o presente ano, a Operação Ronda Escolar não possuía um curso de capacitação e qualificação dos policiais que realizavam tal atividade, sendo solicitado aos egressos que realizassem os cursos de Policiamento Comunitário Escolar e Mediação de Conflitos 1 e 2, disponibilizados pela Rede Senasp Ead. Contudo, apesar da recomendação, nem todos realizavam os cursos – quer por falta de perspectiva de atuar por muito tempo na operação, quer por desinteresse profissional ou até mesmo por falta de habilidade na utilização dos recursos tecnológicos que envolvem um curso na modalidade à distância.

Sendo assim, visando minimizar essa falta de qualificação profissional para realização de tal atividade, de acordo com o subcomandante da operação, uma vez por ano, o comando da ronda promovia uma semana de qualificação profissional, onde eram disponibilizadas palestras de assuntos atinentes à execução daquela atividade fim. Tendo como temáticas: técnicas de abordagem, mediação de conflitos e legislação, dentre outros. Contudo, conforme já exposto, o efetivo é flutuante e esse processo ocorria anualmente, de maneira que é possível que alguns policiais que trabalharam na ronda, nunca tenham participado dessas atividades educativas.

Felizmente a necessidade de formação incomodou suficientemente o comandante da operação ao ponto de fazê-lo propor ao Comando Geral da Corporação o projeto de curso em Policiamento Comunitário Escolar, voltado para a realidade da Polícia Militar da Bahia. O curso proposto possui como objetivo:

[...] oferecer conhecimentos, experiências e habilidades que capacitem o agente de segurança humana a coordenar e executar as mais diversas tarefas e atividades operacionais e administrativas de policiamento comunitário escolar, que por si só, apresentam características que proporcionam uma nova

parceria com a comunidade escolar e os órgãos de segurança humana, baseando-se na premissa de que tanto esses órgãos quanto a comunidade devem estar de mãos unidas para identificar, priorizar e resolver problemas do ambiente escolar e em seu entorno (Paraíso e Santo, 2015, p.7).

Neste ponto é possível observar que o enfoque do curso proposto pela Ronda Escolar é totalmente diferente do curso do PROERD e também se diferencia da formação realizada na BCS/Fazenda Coutos. Se no primeiro, o policial é formado para ministrar aula de prevenção à violência e ao uso de drogas. No segundo a formação do policial visava o conhecimento destes a respeito das configurações da escola com o intuito de protegê-la. Já nesta proposta temos um objetivo mais condizente com a doutrina do policiamento comunitário, tendo como foco a qualificação do policial para o estabelecimento de parcerias para a resolução dos problemas da comunidade escolar.

Neste aspecto, de acordo com o Currículo nº 001/2015 – Curso de Policiamento Comunitário Escolar, o curso é prioritariamente voltado aos policiais que servem na Operação Ronda Escolar ou que trabalhem com policiamento comunitário, a fim de capacitá-los a coordenar as mais diversas atividades de prevenção e enfrentamento da violência no ambiente escolar e no seu entorno, aumentando e garantindo a segurança do cidadão. Tendo como pré-requisito para participação, que o policial possua uma inclinação para a atividade proposta e não esteja respondendo Processo Administrativo.

Para tanto, o curso foi estruturado com uma carga horária de 130 (cento e trinta) horas/aula, envolvendo as aulas teóricas e atividades práticas, divididas entre 09 componentes curriculares, a saber:

Legislação e Procedimentos Operacionais Aplicados ao Policiamento Comunitário Escolar; Características do Policiamento nas Escolas; Composição e Competência dos Órgãos do Sistema de Segurança Escolar; Estratégias Inovadoras no Enfrentamento da Violência no Ambiente Escolar; Relações Interpessoais; Direitos Humanos; Mediação de Conflitos e Mobilização Comunitária no Ambiente Escolar; Gestão pela Qualidade na Segurança Pública e Gestão de Projetos no Ambiente Escolar.

Como se pode observar, a proposta traz um curso mais elaborado que o fornecido pela BCS/Fazenda Coutos. Embora também possua componentes que se baseiam no Curso de PCE estabelecido pela SENASP, o que já era de se esperar, em virtude da base doutrinária que a secretaria oferece através destes cursos. A proposta possui uma carga horária mais adequada, na qual é possível explorar outros conteúdos e aprofundar um

pouco mais às discussões. Incluindo componentes curriculares que discutem as relações interpessoais, o processo de mobilização da comunidade escolar, gestão de projetos em ambiente escolar e estratégias inovadoras no enfrentamento da violência.

Contudo embora trate da questão do enfrentamento à violência, a ementa do curso não prevê uma discussão aprofundada a respeito dos tipos de violência que permeiam o ambiente escolar. Pois possui maior enfoque nas formas atuais de resolução de ocorrências envolvendo comportamentos violentos. Bem como, na distinção das competências da escola e dos órgãos de segurança nas ações de enfrentamento à realidade de violência vivenciada por algumas escolas.

Por ser um curso recém-aprovado nenhum policial foi qualificado ainda, sendo a primeira turma prevista para o primeiro semestre de 2017. A periodicidade de realização do curso também não foi definida e será realizada de acordo com a necessidade e com a disponibilização de verba pelo Estado.

Feito esta explanação acerca dos resultados obtidos durante este processo de pesquisa, apresento rapidamente no próximo tópico, algumas propostas que visam contribuir com o processo formativo dos policiais militares da Bahia para o desenvolvimento do Policiamento Comunitário Escolar. Com estas, não pretendo esgotar as discussões, nem as possibilidades de melhoria da doutrina do policiamento comunitário escolar na Bahia e sim instigar a outros estudos e pesquisas que visem à consolidação deste processo na PMBA, bem como trazer mais qualidade ao processo de formação do policial.

5.3 – CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO FORMATIVO DOS POLICIAIS MILITARES DA BAHIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PCE

Diante de todas as leituras, reflexões, análises, estudos e vivências proporcionadas por este processo de pesquisa, me arrisco a dizer que a Polícia Militar da Bahia está começando o seu processo de amadurecimento no entendimento do seu papel ao realizar intervenções que visem o enfrentamento à violência nas escolas. Digo isto, pois quando a própria Instituição, através dos seus membros, vivenciava a necessidade de atuação em ambiente escolar, obtiveram a oportunidade de criar cursos de capacitação, formais e

informais, para atuar nesta finalidade, optaram por seguir um caminho diferente do que se realizava até então.

Nem seguindo o raciocínio do policiamento profissional em que a polícia só vai a escola quando acionada para resolver alguma ocorrência de grande vulto e nem seguindo a linha de prevenção na qual o policial assume, temporariamente, uma classe e se transforma num professor que ministra aulas sobre drogas e violência. Ao invés de seguir por esses dois extremos, vivenciados até então pela Instituição nas ações dos programas e operações nela estabelecidas, a PMBA propõe teoricamente a adoção de outra forma de intervir nas escolas com vistas ao enfrentamento da violência.

Influenciada pela doutrina de policiamento comunitário - que vem se consolidando na Instituição, por ser amplamente cobrada, pressionada e incentivada por organismos internacionais, como ONU, UNESCO e Anistia Internacional e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – o que se propõe não é à entrada da polícia na escola como “salvadora da Pátria”, que vai responder a todas as situações que gerem algum ato de indisciplina e violência. Também não é aquela polícia que vive afastada da escola; que desconhece o seu contexto e os seus integrantes e só aparece para atender a chamados de casos graves, que envolve a ocorrência de crimes. Não. O que se propõe é uma polícia que atue como parceira da escola.

Parceria esta que envolve o conhecimento da comunidade escolar e dos seus anseios e dificuldades. Que diante de um cenário de insegurança, senta junto com os sujeitos responsáveis pela comunidade escolar para identificar os problemas, as suas causas e propor soluções, se preciso, inclusive acionando outros órgãos da rede de proteção à criança e ao adolescente para ajudar no desenvolvimento das ações de soluções.

Uma polícia que não precisa estar presente em todas as ações desenvolvidas, pra não correr o risco de promover a policialização do ambiente escolar. Mas que precisa trabalhar como partícipe do contexto e das ações que estão sendo desenvolvidas com vistas a promover a segurança e a paz nas instituições de ensino. Sabendo o limite de sua atuação e conhecendo as atribuições e atividades desenvolvidas por outros órgãos que podem colaborar com a melhoria do ambiente, tornando-o mais propício para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

Contudo, pergunto: como propor parcerias e ações de enfrentamento à violência com outros órgãos sem conhecê-los efetivamente? Sem saber das dificuldades que enfrentam no dia a dia para desenvolver as suas funções estabelecidas pela lei? Sem saber se estes estão dispostos a trabalhar por esse propósito? Como propor algo para a escola sem saber o que ela pensa a respeito da presença da polícia no seu ambiente e sem entender quais são os seus anseios diante da atuação policial no contexto escolar?

Qualquer ação que se diga em parceria, mas que nasce de pressuposições a respeito do que a escola precisa e deseja, sem ter um real diálogo real com ela sobre o assunto, corre o risco de ser violenta ao invés de preventiva. Qualquer projeto de parceria que precise do envolvimento de outros órgãos, mas não tenham sido dialogadas e acordadas com eles esta arriscada a fracassar por falta de apoio.

Da mesma forma, as ações de enfrentamento que não estão pautadas numa base sólida das dinâmicas que permeiam o fenômeno da violência em ambiente escolar, correm o risco de ficar na superficialidade e não atacar as raízes do problema, que na sua quase totalidade não podem ser resolvidos pela polícia, mas pelo próprio sujeito, por isso a necessidade de envolvimento de outros profissionais e de familiares.

Sendo assim, não basta que os policiais sejam formados, apenas por outros policiais – como é o caso dos cursos atrelados as unidades de análise estabelecidas nesta pesquisa – com o intuito de ensinar-lhes a propor parcerias e a conhecer as funções legais previstas para os órgãos que compõem a rede de proteção. É preciso incluir essas instituições no próprio processo de formação do policial. Porque ninguém melhor que uma assistente social que trabalha no CRAS para dizer o que pode ser realizado pelo centro de assistência no enfrentamento da violência escolar. Ninguém melhor do que eles para apresentar o que já desenvolvem e, também dizer como a polícia pode colaborar com o seu trabalho.

E acima de tudo, ninguém melhor do que a escola para dizer qual a sua necessidade ao solicitar a presença da polícia e ao propor ou aceitar uma parceria com a Instituição. Sendo assim, se configura como essencial para a formação do policial, que visa o desenvolvimento deste trabalho em rede, nas escolas, a participação destes profissionais no processo de formação dos policiais militares.

Mostra-se também, como de suma importância, o conhecimento mais aprofundado dos policiais a respeito das dinâmicas das violências que permeiam o ambiente escolar. Para que ele não chegue à escola com o pensamento preconcebido de que o estudante é o único autor de violência naquele ambiente. É preciso saber que por vezes, comportamentos violentos podem ser uma via de denúncia de um cenário de violência que atinge o estudante em outros ambientes, dentre outros pontos discutidos mais especificamente no capítulo 2.

Diante deste entendimento e como fruto das pesquisas, estudos, leituras, observações e reflexões realizadas, apresento como produto final desta pesquisa, um relatório analítico da proposta do Curso de Policiamento Comunitário Escolar idealizado pela Operação Ronda Escolar e já aprovado pelo Comando Geral da PMBA no corrente ano, onde contém algumas contribuições para o processo formativo dos policiais militares que participarão deste processo formativo nos próximos anos.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a etapa final deste processo de pesquisa traz um misto de emoções: alegria por ter chegado até aqui, ansiedade pelo momento da defesa, medo da avaliação a qual o texto será submetido e satisfação porque dentro dos limites temporais e circunstanciais vivenciados consegui dar o meu melhor. Certamente que o texto passará por melhorias a cada leitura e que cada um colocará as suas impressões sobre ele, criticando-o, melhorando-o e o utilizando como fonte de pesquisa para aprofundamento de alguns pontos aqui discutidos. Sinceramente, desejo que isso aconteça!

Desejo que ele possa colaborar com a Polícia Militar da Bahia e com a sua forma de intervir nas escolas a cada vez que um pesquisador o procure e se encontre nos vácuos e nas faltas existentes neste texto. Sim! Porque existem pontos a serem melhorados, aprofundados e discutidos. Não por conta da negligência desta pesquisadora, mas porque não é possível pensar em algo acabado, fechado, completo, por mais que o perfeccionismo por vezes nos incomode e por mais que o desejo às vezes seja de explicar tudo. Aprendi durante esta minha caminhada que não é possível dizer tudo e nem é preciso.

Por minha pesquisa tratar de um fenômeno relativamente novo, que envolve questões polêmicas e exige a preocupação em situar o leitor do lugar que verso, para que seja possível perceber as peculiaridades e complexidades que envolvem a atuação e o processo de formação do policial militar na Bahia para atuar nas escolas, por vezes fui tentada a esclarecer tudo, mas não consegui. É preciso que outras pessoas, com outros olhares, outras percepções retomem este trabalho e o reconstruam, para inserir nele os elementos que não pude tocar e que sequer foram perceptíveis para mim. E desta forma possam ter reflexões cada vez mais profundas e aprimoradas sobre o tema.

Importa frisar que a proposta desta pesquisa mostra-se bastante relevante, tendo em vista que trata de uma temática atual e que causa insegurança nas partes envolvidas em virtude da “novidade” dos seus acontecimentos: a atuação policial nas escolas. Este é um tema polêmico, cercado por dúvidas e receios a respeito da real necessidade das intervenções policiais nas instituições de ensino com vistas à prevenção e contenção da violência, bem como das reais intenções da instituição policial ao aproximar-se do ambiente escolar.

Tal desconfiança é fruto de um passado de atuação policial truculenta e de um presente de ações contraditórias. Pois, ao mesmo tempo em que se ouve um discurso de policiamento comunitário – na imprensa, nas redes sociais da Instituição e no contato com vários policiais – também se vivencia atos de abuso de autoridade e de violência policial.

Tais contradições são frutos de uma polícia em transformação que vem buscando a mais de 20 anos se adaptar as novas demandas de uma sociedade que também esta passando por um processo de mudança constante, tornando-se cada dia mais exigente. Neste aspecto, importa evidenciar que não estamos falando de uma Instituição que se encontra apartado do corpo social - como durante muitos anos a polícia tentou viver - pelo contrário, é parte dele. Seus membros (policiais) são também membros da sociedade e são submetidos às mesmas influências, informações e pressões dos demais.

Além disso, temos atualmente um corpo policial na PMBA muito mais preparado, com maior consciência crítica, maior potencial de questionamento e maior desenvolvimento técnico do que outrora. Isso porque, dentre várias questões, tem crescido o número de egressos que já entram na Instituição com diploma de nível superior e cresce a cada ano os cursos de capacitação e qualificação policial, bem como as mudanças em procedimentos, que são frutos de pesquisas oriundas de programas de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*, tanto de instituições militares, quanto de universidades públicas e privadas.

Em que pese à terminologia ora apresentada pela PMBA para os cursos de educação continuada – capacitação e qualificação – trazer uma carga da pedagogia tecnicista, fruto da estrutura militarizada em que a Instituição esta fincada desde a sua fundação. O termo reflete a forma como a Corporação, tratava e ainda trata, em certa medida, os processos formativos desenvolvidos por ela.

Contudo, esta visão fechada, cartesiana e voltada exclusivamente para a assimilação do conteúdo pelo aluno, sem questionamentos e reflexões tem mudado paulatinamente e tende a se diluir com a inserção cada vez maior de funcionários civis no quadro de professores dos diversos tipos de cursos oferecidos pela Instituição; bem como através do aumento, também gradativo de policiais (oficiais e praças) que têm acesso às pós-graduações *strictu sensu* com o intuito de discutir as problemáticas que envolvem a PMBA nas suas pesquisas.

Neste aspecto, cabe destacar que nesta pesquisa, o termo “capacitação” é utilizado apenas em respeito às diferenciações presentes na tipologia dos cursos da Instituição e não em concordância com o modelo de pedagogia a que ela está atrelada. Percebo a formação do policial militar como um processo que não se acaba em um curso ou treinamento, pelo contrário, está sempre em progresso.

Como algo que está atrelado a um processo de educação continuada, que envolve a participação em atividades educativas, como congressos, palestras e debates. Bem como é composto, também, pela realização de cursos de extensão e pós-graduação e principalmente através da reflexão crítica que deve acompanhar o policial a todo o momento, fazendo-o questionar a sua própria forma de atuação.

Digo isto, pois entendo que não cabe apenas a Instituição promover cursos e outras atividades pedagógicas de formação - embora isso seja imprescindível - mas também, cabe ao policial o cuidado e a responsabilidade com o seu processo de autoformação, devendo preocupar-se em ser a cada dia um profissional mais preparado e qualificado para atender as demandas de segurança da sociedade.

É sob este entendimento que discuti durante todo o trabalho, o processo de formação do policial para o desenvolvimento de ações de intervenção dentro das escolas. Em que pese à polêmica sobre o assunto – a respeito da necessidade ou não da atuação policial nas instituições escolares - a realidade vem mostrar que a PMBA já atua nas escolas de educação básica há quase vinte anos, o que tem ocorrido é a intensificação e a mudança na forma de atuação nos últimos anos.

Sendo assim, se a atuação policial no ambiente escolar é uma realidade, é imprescindível se preocupar com a formação daquele que atua neste tipo de policiamento. De forma a prepara-lo para atuar com segurança e com os conhecimentos necessários, e fazê-lo perceber o seu papel e o seu limite de atuação naquele ambiente. Bem como, sabendo discernir qual é a responsabilidade da escola numa situação de violência, atuando em conjunto com ela na montagem de uma estratégia ou plano de segurança voltado para aquela realidade e se preciso, fazendo a articulação com outros órgãos, para atacar várias frentes do problema.

Desta forma, ao final desta pesquisa que teve como objetivo compreender como ocorre o processo de formação dos policiais, da Polícia Militar da Bahia, que realizam

intervenção nas escolas através do PROERD, da Ronda Escolar e de outras Unidades Operacionais, ficou evidenciado que à escola não pode se eximir da responsabilidade de intervir diante das situações de violência e nem deve transferir a sua incumbência para a polícia ou outras instituições (família, conselho tutelar, CREA, CRAS, etc).

Isto porque o seu compromisso não está apenas voltado ao processo de ensino de conteúdos visando a inserção de estudantes no mercado de trabalho e nas universidades. Pois se constitui também enquanto instituição socializadora que deve contribuir para a formação de sujeitos cidadãos que possuam criticidade e busquem viver de forma plena e harmônica.

Embora o resultado desta pesquisa evidencie que a escola possui uma responsabilidade na prevenção e enfrentamento das violências que ocorrem em seu ambiente. Há também o entendimento de que ela não pode fazer isso sozinha. Pois existem momentos em que é preciso o auxílio de pais, da comunidade, dos órgãos públicos e inclusive da polícia.

Desta forma, a polícia não deve deixar a escola só nos momentos de gerenciamento de eventos violentos que fogem ao seu controle. Pois os educadores não foram e não são preparados para lidar com situações extremas que envolvem armas, drogas, violência sexual, dentre outras. De forma que é preciso que a polícia auxilie a comunidade escolar na condução destes casos, para além da condução à delegacia. Preparando um plano de intervenção que leve em consideração a sensação de insegurança que certas ocorrências provocam no ambiente escolar; o acolhimento e tratamento da(s) vítima(s) em unidades de apoio psicossocial e o estabelecimento de ações de prevenção a ocorrências futuras.

Tais perspectivas e entendimentos precisam ser abordados no momento da formação do policial, de forma a não permitir que o policiamento nas escolas se limite a mera identificação e captura dos culpados. Bem como da apresentação destes na delegacia competente, se for o caso. Exigindo da polícia a realização de um trabalho que vai além das atividades tradicionais. Neste ponto, cabe retomar a questão norteadora: como ocorre o processo de formação dos policiais da Polícia Militar da Bahia, para a realização de intervenções nas escolas?

Os resultados obtidos durante o processo de coleta de evidências mostram que a PMBA esta iniciando o seu amadurecimento no que tange ao processo de formação dos policiais que atuam nas escolas. Até o presente ano, não existia um curso de

capacitação, com exceção do PROERD, formalizado institucionalmente com vistas a preparar o policial para realizar intervenções nas escolas, que pudesse ser realizado pelos policiais que atuam na Operação Ronda Escolar e nas Unidades Operacionais da Corporação.

Tal carência levava aos comandantes das unidades e operações que percebiam a necessidade de capacitação de seu efetivo policial a apoiar-se no Curso de Policiamento Comunitário Escolar disponibilizado pela SENASP através da Rede EaD, quer seja através da recomendação aos policiais de que fizessem a capacitação ou pela tentativa de trazer as suas bases para cursos realizados de forma informal em ambiente presencial.

Contudo, diante deste cenário de demanda por qualificação dos policiais que já executavam o policiamento nas escolas, a Operação Ronda Escolar, conseguiu formalizar junto ao IEP uma proposta de Curso de Policiamento Comunitário Escolar voltado à capacitação de policiais que trabalhem na operação ou executem o policiamento de proximidade.

Ficou também evidenciada que embora o curso já tenha sido aprovado nenhuma turma foi formada este ano, sendo a primeira prevista para o início do próximo exercício financeiro. Ao analisar a proposta do curso e confrontar com as bases teóricas estudadas até aqui ficou visível que alguns pontos importantes discutidos durante a escrita da dissertação, não encontraram alcance no curso em questão.

Desta forma como fruto desta pesquisa propus algumas contribuições para o Curso de Policiamento Comunitário Escolar desenvolvido pela PMBA. Indiquei a inclusão de professores civis, membros dos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, na formação do curso, com o intuito de propiciar o contato dos policiais com a realidade vivenciada por outros órgãos e de já iniciar o processo de aproximação e de criação da rede de parceria durante o processo de formação do policial.

Sugeri também o desmembramento do ECA do componente curricular “Legislação e Procedimentos Operacionais Aplicados ao Policiamento Comunitário Escolar”. Tornando-o um componente específico com vistas a proporcionar um maior aprofundamento nas questões legais e nos entendimentos a respeito da rede de proteção à criança e ao adolescente. Bem como, propus o acréscimo de um componente

curricular ligado a discussão a respeito da dinâmica da violência que permeia o ambiente escolar.

Tal inclusão apresenta-se como de suma importância para que o policial possua uma visão mais ampla a respeito do fenômeno e não chegue à escola com o pensamento preconcebido de que o estudante é o único possível gerador de violência naquele ambiente. É imprescindível que o policial tenha a compreensão de que o sujeito agressor/violento pode estar sinalizando que sofre de algum tipo de violência. Nesses casos, os atos de violência, podem ser um sinal, um pedido de ajuda, um socorro, que indicam um sofrimento muito grande que o aluno está passando, quer seja em casa, na escola ou outro ambiente.

Mas para ter esta compreensão é importante ter uma formação que o instigue a ter um olhar mais amplo sobre as violências nas escolas. Que vá além da busca pela identificação e sanção dos aparentes culpados. Que permita ao policial compreender que existem ações que ultrapassam o campo das consequências e precisam ser tratadas em suas causas.

Contudo, neste campo não é possível nem a escola e nem a polícia intervir, pois podem tratar de questões localizadas em nível macroestrutural ou de situações que envolvem as motivações, atreladas a subjetividade de cada sujeito e que precisam ser trabalhadas por ele mesmo, com o auxílio de profissionais competentes para atuar em tais demandas. Sendo importante acioná-los para trabalhar nesta rede de proteção e segurança.

E neste ponto, importa frisar que esta formação deve se tornar obrigatória para todo o efetivo policial que trabalhem ou desejem trabalhar na Operação Ronda Escolar, bem como dos que atuam ou atuarão nas ações de proximidade com as escolas desenvolvidas pelas demais Unidades Operacionais da polícia. Para que assim, seja proporcionado um amadurecimento e alastramento da doutrina, bem como dos procedimentos que devem ser adotados pelos policiais nas intervenções realizadas em ambiente escolar.

Por fim, importa ressaltar que é importante trazer o olhar dos educadores para a formação do policial, para que estes possam expressar suas necessidades no que tange ao enfrentamento da violência, e, além disso, possam proporcionar aos policiais um olhar de dentro da escola, aumentando o seu grau de compreensão e de sensibilidade para as ações ocorridas naquele ambiente educativo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUAS, Maria das Graças. **Violência nas Escolas**: Versão Resumida. Brasília: Unesco, 2002. 88 p.

ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. **Avaliação das concepções da violência no espaço escolar e mediação de conflitos**. 2009. 190 f. Tese (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ALVES, Rubem. **A escola que sempre sonhei sem imaginar que existia**. 13ª São Paulo: Papirus, 2011. 125 p.

AMORIM, Simone; LEONELLI, Vera. **Mediação Popular**: Uma alternativa para a construção da justiça. Salvador: Juspopoli, 2009. p. 27-35.

ANDRADE, Didima Maria de Mello. Uma abordagem contemporânea do currículo na geração de novas práticas didáticas de ensino. In: ANDRADE, Didima Maria de Mello; ABREU, Roberta. **Prática Pedagógica**: Uma ação contextualizada dentro e fora do espaço escolar. Salvador: Crv, 2015. Cap. 6. p. 113-132.

ANJOS, Dolmar dos; SOUZA, Robson de Oliveira. **INSTITUCIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO RONDA ESCOLAR EM BATALHÃO DE POLICIAMENTO ESCOLAR NA PMBA**. 2012. 92 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública, Academia de Polícia Militar da Bahia, Salvador, 2012.

BAHIA. Decreto nº 11.216, de 18 de setembro de 2008. **Programa de Melhoria de Segurança nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino no Município de Salvador E, em Municípios do Interior do Estado Com Mais de 100.000 Hab**. Salvador, BA.

BAHIA (Estado). Lei nº 13201, de 09 de dezembro de 2014. **Reorganiza A Polícia Militar da Bahia, Dispõe Sobre O Seu Efetivo e Dá Outras Providências**. Disponível em: <<http://www.aopmba.com.br/ckfinder/userfiles/files/LEI N 13201 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014LOB DA PM.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

BAHIA. Lei nº 7990, de 27 de dezembro de 2001. **Estatuto dos Policiais Militares da Bahia**. Salvador, BA.

BASTOS; SANTANA; SANTOS. **Violência na Escola: grito e silêncio**. Salvador: Edufba, 2010. 172 p. BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H.. **Nova Polícia**: Inovações nas polícias de seis cidades Norte-Americanas. 2ª Edição e 1ª Reimpressão São Paulo: Edusp, 2006. 259 p. (Polícia e Sociedade)

BORGES, Alberto Salles Paraíso et al. **150 Anos da Polícia Militar da Bahia**. Salvador: Empresa Grafica da Bahia, 1975. 240 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação**: conversas com pós-graduandos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2012.

BRANDÃO et al. **Projeto Escola de Mediadores**. Rio de Janeiro: Viva Rio: Balcão de Direitos, 2002. 33 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 150.227/DF. Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima. Quinta Turma. Brasília, DF, 23 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 94193/PE. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. Segunda Turma. Brasília, DF, 09 de dezembro de 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante n. 11. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.: **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CAPPI, Riccardo. Mediação e Prevenção da Violência. In: VELOSO, Maria Lomanto; AMORIM, Simone; LEONELLI, Vera. *Mediação Popular*: Uma alternativa para a construção da justiça. Salvador: Juspopoli, 2009. p. 27-35.

CARVALHO, Ana Mélia Xavier de; SANTOS, Eduardo da Costa. **Operação Ronda Escolar na PMBA**: Análise das atribuições e contribuições na perspectiva do policial militar na cidade do Salvador-BA. 2014. 107 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública, Academia de Polícia Militar da Bahia, Salvador, 2014.

CHARLOT, BERNARD. VIOLÊNCIA NA ESCOLA: COMO SOCIOLOGOS FRANCESES ABORDAM ESSA QUESTÃO. INTERFACE, PORTO ALEGRE, V. 8, N. 4, P.432-443, JUL/DEZ/2002. SEMESTRAL.

CECCON, Claudia et al. **Conflitos na Escola: Modos de Transformar**: Dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: Cecip, 2009. 207 p.

CORDEIRO, Bernadete. **Curso de Mediação de Conflitos 1**. Brasília: Senasp/MJ, 2009. 53 p.

COSTELLO, Bob; WACHTEL, Joshua; WACHTEL, Ted. **Manual de Práticas Restaurativas**: para docentes, agentes disciplinadores e administradores de instituição de ensino. Perú: Iirp, 2012. 119 p.

DEMO, Pedro..Educar pela pesquisa. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DIAS NETO, Theodomiro. Nova Prevenção: Conceito de Prevenção Integrada. In: _____. **Segurança Urbana: O modelo da nova prevenção**. 4. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005. Cap. 4, p. 102-136.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e Controle sobre a Polícia: A experiência Norte-Americana**. 2ª Edição Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DIAS NETO, Theodomiro. Um projeto integrado de segurança nas escolas. **Revista do Ilanud**, n. 23, p. 69-78, 2002.

DIÓGENES, José Lenho Silva. **Ethos policial militar: entre a estrutura da PM e a ação de seus agentes**. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura Gorresio. **Paz como se faz?: Semeando a cultura de paz nas escolas**. Rio de Janeiro: Athenas, 2002. 95 p.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 142 p.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Desafios e perspectivas do trabalho em rede de proteção social. In: Apresentação da Diretoria da Fundação Criança, em 13 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.fundacaocrianca.org.br/downloads/textos_teoricos/Relacao_entre_rede_e_cultura.pdf>.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Editora Plano, 2007, 86p.

GALEFFI, Dante. O Rigor nas Pesquisas Qualitativas: Uma Abordagem Fenomenológica em chave Transdisciplinar. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEF, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro: Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**. Salvador: Edufba, 2009. Cap. 1. p. 13-74.

GAUTHIER, Jorge. **Base do Calabar completa 2 anos oferecendo segurança, mas faltam serviços**. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/base-do-calabar-completa-2-anos-oferecendo-seguranca-mas-faltam-servicos/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Edusp, 2003. 463 p. (Polícia e Sociedade).

GOMES, Luiz Flávio; SANZOVO, Natália Macedo. **Bullying e prevenção da violência nas escolas: quebrando mitos, construindo verdades**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. O Desassossego Jesuítico: Resistência Indígena à Colonização Cristã na América Portuguesa do XVI. In: Encontro De História ANPUH Rio - Identidades, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**. Rio de

Janeiro: Identidades, 2008. v. 13, p. 1 - 11. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212975222_ARQUIVO_ApresentacaoANPUHRJ2008.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o mito de espantinho**: Uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012. 248 p.

IEP. **Projeto do Curso Nacional de Instrutor do PROERD**. Salvador: PMBA, 2016. 23 p.

IEP. **Plano de Ensino das Disciplinas**. Curso Nacional de Instrutor do PROERD Salvador: PMBA, 2016. 11 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Antônio José Tavares. **Um estudo etnográfico sobre a violência em uma escola municipal de Salvador**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2011.

LINS, Eleta Cristina Santos da Fonsêca. **ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E A VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LUCK, Heloísa. **Metodologia de projeto: uma ferramenta de planejamento e gestão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro**: Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: Edufba, 2009. 173 p.

MAGALHÃES, Ana Paula de Cerqueira Virgens; LIMA, Edleusa José Britto Araújo. **RONDA ESCOLAR – LIMITES E POSSIBILIDADES: ELABORAÇÃO DE PROTOCOLO PARA A ATUAÇÃO QUALITATIVA DA POLÍCIA MILITAR EM AMBIENTE ESCOLAR DE SALVADOR**. 2016. 65 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública, Academia de Polícia Militar da Bahia, Salvador, 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2014). **Matriz Curricular Nacional**: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília, BR.

MULLET, H. Judy; AMSTUTZ, S. Lorraine. **Disciplina Restaurativa para Escolas**. São Paulo. Palas Athena. 2012. 118 p.

OLIVEIRA, Windson Jeferson Mendes de. **A POLICIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM MEIO ESCOLAR**. 2008. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PARANÁ, Governo do. **Programas e Projetos - Patrulha Escolar**. 2015. Disponível em:
<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73#saiba>>. Acesso em: 20 set.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

PAULA, Dirce Maria Bengel de. Comentando o ECA: artigo 70/livro 1 – tema: prevenção. Disponível em:<<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/8065e349-8b89-40a0-b49d-0977b4e49d8e/Default.aspx>>.

PARAÍSO, Antonio Jorge de Oliveira; SANTO, Telmo Carvalho do Espírito. Currículo nº 003/2015: **Curso de Policiamento Comunitário Escolar**. Salvador: Operação Ronda Escolar, 2015. 24 p.

PARAÍSO, Antônio Jorge de Oliveira. **Relatório Analítico: Ronda Escolar 2015**. Salvador: Ronda Escolar, 2015. 25 p.

PAZ, Instituto Sou da. **Caderno Polícia e Escola: Projeto Polícia e Escola**. São Paulo: Ilanud, [2012]. 84 p.

PIMENTEL, Álamo. Considerações sobre a Autoridade e o Rigor nas Etnografias da Educação. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEF, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro: Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**. Salvador: Edufba, 2009. Cap. 1. p. 127-160.

PMBA. **Diretriz Geral de Ensino**: 2016/2019. Salvador, BA.

PMBA. Portaria nº 007, de 11 de fevereiro de 2008. **Estabelece Critérios Referentes Ao Planejamento, Controle e Fiscalização das Atividades de Ensino da Corporação**. Salvador, BA.

PMBA. Portaria nº 038, de 25 de junho de 2007. **Institucionaliza o PROERD na PMBA e estabelece as diretrizes de formação dos policiais**. Salvador, BA.

PMBA. Portaria n.º 058-CG/15. **Dispõe sobre a implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança no âmbito da PMBA**. Salvador, BA.

PMBA. Diretriz Operacional da Coordenação de Operações Policiais Militares nº 001/2003. **Cria a Operação Ronda Escolar**. Salvador, BA.

PMBA. Nota para BGO n.º 138, de 28 de Julho de 2003. **Regula os modelos e conteúdos de projetos a serem submetidos à análise do Instituto de Ensino e Pesquisa para efeito de aprovação de cursos de capacitação e requalificação**. Salvador, BA.

SANTOS, José Vicente Tavares et al. **Programas de Polícia Comunitária no Brasil: Avaliação de Propostas de Políticas Públicas de Segurança**. Porto Alegre: Ufrs, [2013]. 78 p.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SCUSSEL, Renato Rodovalho et al. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. 2016. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/glossarios-e-cartilhas/violenciaSexual.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

SENASP/MJ. **Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e Adolescente**. Brasília, BR. 2009. 54 p.

SENASP/MJ. **Policiamento Comunitário Escolar**. Brasília, BR. 2009. 113 p.

SENASP/MJ. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. 376 p.

SILVA, Antônio Vital da; SEIXAS, Wilson Bastos. **Polícia Militar da Bahia: Construção e Desconstrução**. Salvador: Simões Filho, 2014. 368 p.

SILVA JUNIOR, Deque Araújo. **Policiamento e Políticas Públicas de Segurança: Estratégias, contrastes e resultados das ações de policiamento em Salvador (2004-2006)**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H.. **Policiamento Comunitário: Questões Práticas Através do Mundo**. São Paulo: Edusp, 2006. 124 p.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, p.87-103, 2001. Semestral.

UNGARETTI, Maria América et al. **Crianças e Adolescentes: Direitos, sexualidade e reprodução**. São Paulo: Abmp, 2010. 280 p.

VIDA, Pacto Pela. **Indicadores de Criminalidade**. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/indicadores-de-criminalidade/>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

WEIL, Pierre. **A arte de Viver em Paz: Por uma nova consciência e educação**. 7. ed. São Paulo: Gente, 2002.

WIKIPÉDIA. **Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária**. 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalhão_de_Patrulha_Escolar_Comunitária>. Acesso em: 20 set. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ZÉ NETO. **Processo de instalação da Base Comunitária de Segurança no Calabar é iniciado.** Disponível em: <<http://www.zeneto.com.br/noticia/3969/processo-de-instalacao-da-base-comunitaria-de-seguranca-no-calabar-e-iniciado> e <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/pm-da-inicio-a-operacao-para-instalacao-de-base-comunitaria-em-itinga/>>. Acesso em: 08 set. 2016.

19ªCIPM. Nota de Instrução N.º 001/15/SPOI, em 28 de maio de 2015. **Regular as atividades a serem desenvolvidas pelas Patrulhas Comunitárias por ocasião das ações de policiamento destinado à proteção da rede escolar na área de responsabilidade desta OPM.** Salvador, BA.

19ªCIPM. Nota de Instrução N.º 002/15/SPOI, em 01 de junho de 2016. **Regular as atividades a serem desenvolvidas pelas Patrulhas Comunitárias por ocasião das ações de policiamento destinado à proteção da rede escolar na área de responsabilidade desta OPM.** Salvador, BA.

19ªCIPM. Nota de Instrução Nº SPO 001/2016, em 03 de maio de 2016. **Regular as atividades a serem desenvolvidas pelas Patrulhas Comunitárias por ocasião das ações de policiamento destinado à proteção da rede escolar na área de responsabilidade desta OPM.** Salvador, BA.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA/PROERD**ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROERD**

1. Quantos policiais trabalham no PROERD?
2. Desses, quantos efetivamente tem contato com as escolas?
3. Como é a escala de serviço desses policiais? É possível ter cópias da escala de serviço e do pecúlio?
4. Qual o perfil dos policiais que trabalham no PROERD?
5. Qual o grau de instrução dos policiais que trabalham no PROERD? É possível ter acesso às fichas de cadastro e o currículo dos policiais?
6. Como se dá a seleção de policiais para o trabalho no PROERD?
Quais são os critérios?
7. É necessário ter alguma qualificação técnica (curso) para trabalhar no PROERD?
8. O PROERD oferece algum tipo de formação/capacitação para os policiais que trabalham na operação? Se sim, como acontece essa formação? Qual o período? Todos os policiais que atuam hoje no PROERD já passaram por ela? É possível ter acesso ao material dessa formação?
9. Existe alguma formação que os policiais do PROERD fazem em instituições que compõem o Sistema de Proteção à Criança e ao Adolescente? Se sim, é obrigatório? Qual o percentual de policiais que tem a formação? É possível ter acesso ao material dessa formação?
10. Existe algum tipo de formação que os policiais do PROERD fazem juntamente com os profissionais das escolas? Se sim, é obrigatório? Qual o percentual de policiais que tem a formação? É possível ter acesso ao material dessa formação?

11. Existe algum tipo de formação, ofertado pela Secretaria de Educação para os policiais que trabalham com o PROERD? Se sim, é obrigatório? Qual o percentual de policiais que tem a formação? É possível ter acesso ao material dessa formação?
12. Qual o grau de abrangência do PROERD?
13. Como funciona o PROERD no interior?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA/RONDA ESCOLA**ROTEIRO DE ENTREVISTA – RONDA ESCOLAR**

1. Quantos policiais trabalham na ronda escolar?
2. Desses, quantos efetivamente tem contato com as escolas?
3. Como é a escala de serviço desses policiais? É possível ter cópias da escala de serviço e do pecúlio?
4. Qual o perfil dos policiais que trabalham na RE?
5. Qual o grau de instrução dos policiais que trabalham na RE? É possível ter acesso às fichas de cadastro e o currículo dos policiais?
6. Como se dá a seleção de policiais para o trabalho na ronda escolar? Quais são os critérios?
7. É necessário ter alguma qualificação técnica (curso) para trabalhar na RE?
8. A RE oferece algum tipo de formação/capacitação para os policiais que trabalham na operação? Se sim, como acontece essa formação? Qual o período? Todos os policiais que atuam hoje na RE já passaram por ela? É possível ter acesso a materiais dessa formação?
9. Existe alguma formação que os policiais da RE fazem em instituições que compõem o Sistema de Proteção à Criança e ao Adolescente? Se sim, é obrigatório? Qual o percentual de policiais que tem a formação? É possível ter acesso a materiais dessa formação?
10. Existe algum tipo de formação que os policiais da RE fazem juntamente com os profissionais das escolas? Se sim, é obrigatório? Qual o percentual de policiais que tem a formação? É possível ter acesso a materiais dessa formação?
11. Existe algum tipo de formação, ofertado pela Secretaria de Educação para os policiais? Se sim, é obrigatório? Qual o percentual de

policiais que tem a formação? É possível ter acesso a materiais dessa formação?

12.Qual o grau de abrangência da RE?

13.Como funciona a RE no interior?

APÊNDICE C – PRODUTO FINAL**RELATÓRIO ANALÍTICO FINAL DE PESQUISA****1. APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho é fruto de estudos, leituras, observações e reflexões realizadas através da pesquisa de mestrado que deu origem a dissertação de tema “A PMBA E O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: Um Estudo De Caso Participante Sobre A Dinâmica De Qualificação Dos Policiais Para Atuação Em Ambiente Escolar.” Neste, apresento uma revisão do documento Currículo nº 003/2015 que propõe o Curso de Policiamento Comunitário Escolar (encontrado no Anexo 1), apresentando seus pontos frágeis e fortes e propondo algumas modificações, visando contribuir com o processo formativo dos policiais militares da PMBA para o desenvolvimento do Policiamento Comunitário Escolar, sem contudo pretender esgotar as discussões, nem as possibilidades de melhoria do curso em questão e da consolidação da doutrina de policiamento comunitário estabelecida na Bahia.

2. JUSTIFICATIVA

Este relatório se justifica em virtude das exigências do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, que prevê em seu regimento que ao final do curso o aluno regular deve apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que possua contribuições a serem desenvolvidas na realidade prática do contexto de pesquisa estudado, com vistas a melhorar o desenvolvimento direto ou indireto da realidade da Educação Básica vivenciada em nossa região.

Tendo em vista que os processos formativos estudados, durante o processo de pesquisa que deu origem a este relatório, impactam diretamente na realidade das escolas de Educação Básica que são objeto de intervenção da Polícia Militar da Bahia e que o curso ora analisado visa preparar os policiais militares para atuação nestas escolas,

acreditamos que este documento está em total consonância com o proposto pelo GESTEC como TCC.

3. BREVE DESCRIÇÃO DO CURSO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR

O Curso de Policiamento Comunitário Escolar foi proposto pela Operação Ronda Escolar com vistas a suprir uma necessidade de formação dos policiais que trabalham na Operação. Contudo, de acordo com a proposta do curso, o mesmo tem o objetivo de oferecer conhecimentos, experiências e habilidades que capacitem o agente de segurança humana – da PMBA, independente de onde atue - a coordenar e executar as mais diversas tarefas e atividades operacionais e administrativas de policiamento comunitário escolar. Possui como pré-requisito de participação, que o policial possua uma inclinação para a atividade proposta e não esteja respondendo Processo Administrativo.

Encontra-se estruturado com uma carga horária de 130 (cento e trinta) horas/aula, envolvendo as aulas teóricas e atividades práticas, divididas entre 09 componentes curriculares, a saber: Legislação e Procedimentos Operacionais Aplicados ao Policiamento Comunitário Escolar; Características do Policiamento nas Escolas; Composição e Competência dos Órgãos do Sistema de Segurança Escolar; Estratégias Inovadoras no Enfrentamento da Violência no Ambiente Escolar; Relações Interpessoais; Direitos Humanos; Mediação de Conflitos e Mobilização Comunitária no Ambiente Escolar; Gestão pela Qualidade na Segurança Pública e Gestão de Projetos no Ambiente Escolar.

4. PONTOS RELEVANTES DO CURSO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR DA PMBA

1 - O documento que apresenta a proposta do curso possui uma extensa justificativa, que indica muito bem os fatores que evidenciam a necessidade urgente deste processo de formação. O documento fundamenta a proposta de curso com base no histórico do trabalho realizado pela operação, nas atribuições a elas destinadas, na caracterização do efetivo flutuante e pouco qualificado tecnicamente para desenvolver tal atividade, e nos prejuízos que essa falta de capacitação específica provoca para o desenvolvimento do serviço.

2 - A proposta possui um objetivo condizente com a doutrina do policiamento comunitário, tendo como foco a qualificação do policial para o estabelecimento de parcerias para a resolução dos problemas da comunidade escolar. E possui uma carga-horária de 130h/a que se mostra, a princípio, como adequada por se tratar de um curso de capacitação e qualificação. Podendo variar um pouco mais para cima, de acordo com a proposta indicada no item seis, sem perder a sua adequação.

3 - Outro ponto relevante é que de acordo com a proposta, o curso será ofertado para todo e qualquer policial que tenha interesse em trabalhar com policiamento escolar. De modo que, apesar de ser promovido pela Operação, não se destina apenas aos policiais que fazem parte da Ronda, podendo atingir os policiais que trabalham nas Bases Comunitárias de Segurança e os que atuam em qualquer outra unidade da PM. Isso é extremamente importante, pois qualifica os policiais que atuam nas escolas através do policiamento de aproximação, provocando melhorias e mudanças no serviço executado por eles. Isso pode acarretar numa atuação policial mais segura e coerente, evitando os erros que são oriundos do despreparo.

4 - A existência do curso destinado a qualquer policial possibilitará à Ronda Escolar exigir dos policiais, que se candidatarem para o trabalho na Operação, que tenham o curso, isso poderá trazer melhorias para o nível técnico de atuação da Ronda como um todo.

5 - A metodologia apresentada se mostra adequada ao objetivo geral do curso, bem como do proposto nos componentes curriculares e com os princípios do policiamento comunitário. As estratégias de ensino apresentadas mostram-se adequadas àquelas utilizadas em ambiente educativo como um todo e os recursos didáticos descritos se mostram atuais e em conformidade com o utilizado em instituições escolares civis e militares.

6 - Os componentes curriculares apresentados pela proposta do curso são adequados à proposta de formação, trazendo discussões importantíssimas para o processo formativo dos policiais que trabalham nas escolas, inclusive indo além do que prevê a Secretaria Nacional de Segurança Pública para o Policiamento Comunitário Escolar, incluindo discussões atreladas às relações interpessoais, a mediação de conflitos, a gestão de qualidade na segurança pública e a gestão de projetos no ambiente escolar. Percebe-se que os componentes foram inclusos visando atender a realidade vivenciada pelos policiais nas escolas baianas e em conformidade com as doutrinas de policiamento vigente na PMBA.

5. PONTOS CRÍTICOS DO CURSO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR

1 - A proposta é omissa quanto ao corpo pedagógico que irá ministrar os componentes curriculares, não expondo se será permitido ou se é desejado à presença de professores civis.

2 – A proposta apresenta o estudo do Estatuto da Criança e Adolescente, juntamente com o estudo de outras legislações, num componente curricular de 15h/aula - “Legislação e Procedimentos Operacionais Aplicados ao Policiamento Comunitário Escolar” - o que se apresenta como insuficiente para estudo das minúcias do estatuto.

3 – A proposta não apresenta um componente que discuta as violências ocorridas no ambiente escolar, deixando essa discussão importantíssima de fora do processo de formação dos policiais.

6. CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O CURSO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR

Do analisado depreende-se que, a proposta do curso está de acordo com a doutrina do policiamento comunitário e também com o que pensamos sobre o assunto referente ao

policciamento comunitário escolar, que é uma polícia parceira da escola e que trabalha como mobilizadora dos membros da comunidade escolar e de outros órgãos para o enfrentamento e a prevenção da violência em seu ambiente.

Entretanto, pergunto: como propor parcerias e ações de enfrentamento à violência com outros órgãos sem conhecê-los efetivamente? Sem saber das dificuldades que enfrentam no dia a dia para desenvolver as suas funções estabelecidas pela lei? Sem saber se estes estão dispostos a trabalhar por esse propósito? Como propor algo para a escola sem saber o que ela pensa a respeito da presença da polícia no seu ambiente e sem entender quais são os seus anseios diante da atuação policial no contexto escolar?

Qualquer ação que se diga em parceria, mas que nasce de pressuposições a respeito do que a escola precisa e deseja, sem ter um real diálogo com ela sobre o assunto, corre o risco de ser violenta, ao invés de preventiva. Desta forma, todo projeto de parceria, que necessita do envolvimento de outros órgãos, deve está acordados entre si, pois do contrário corre o risco de fracassar por falta de apoio. Por isso, o diálogo é imprescindível.

Da mesma forma, as ações de enfrentamento que não estão pautadas numa base sólida das dinâmicas que permeiam o fenômeno da violência em ambiente escolar, correm o risco de ficar na superficialidade e não atacar as raízes do problema, que na sua quase totalidade não podem ser resolvidos pela polícia, mas pelo próprio sujeito, por isso a necessidade de envolvimento de outros profissionais e de familiares.

Sendo assim, não basta que os policiais sejam formados, apenas por outros policiais – como é o caso dos cursos atrelados as unidades de análise estabelecidas nesta pesquisa - com o intuito de ensinar-lhes a propor parcerias e a conhecer as funções legais previstas para os órgãos que compõem a rede de proteção. É preciso incluir essas instituições no próprio processo de formação do policial. Ninguém melhor que uma assistente social, que trabalha no CRAS, para dizer o que pode ser realizado pelo centro de assistência no enfrentamento da violência escolar. Ninguém melhor que esses profissionais para apresentar o que já desenvolvem e, também dizer como a polícia pode colaborar com o seu trabalho.

E acima de tudo, ninguém melhor do que a escola para dizer qual a sua necessidade ao solicitar a presença da polícia ao propor, ou aceitar uma parceria com a Instituição.

Sendo assim, se configura como essencial para a formação do policial, que visa o desenvolvimento deste trabalho em rede, nas escolas, a participação destes profissionais no processo de formação dos policiais militares.

Mostra-se também, como de suma importância, o conhecimento mais aprofundado dos policiais a respeito das dinâmicas das violências que permeiam o ambiente escolar. Para que ele não chegue à escola com o pensamento preconcebido de que o estudante é o único autor de violência naquele ambiente. É preciso saber que por vezes, comportamentos violentos podem ser uma via de denúncia de um cenário de violência que atinge o estudante em outros ambientes.

Diante deste entendimento e como fruto das pesquisas, estudos, leituras, observações e reflexões realizadas até aqui, proponho algumas contribuições para o processo formativo dos policiais militares que realizarão o Curso de Policiamento Comunitário Escolar da PMBA.

Primeiramente, indico a inclusão de professores não militares, membros dos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, na formação do PCE, durante o componente curricular “Composição e Competência dos Órgãos do Sistema de Segurança Escolar”, com vistas a propiciar o contato dos policiais com a realidade vivenciada pelos outros órgãos e de já iniciar o processo de aproximação e de criação da rede de parceria durante o processo de formação do policial.

Em segundo lugar, sugiro o desmembramento do Estatuto da Criança e Adolescente do componente curricular “Legislação e Procedimentos Operacionais Aplicados ao Policiamento Comunitário Escolar”. Tornando-o um componente específico, para que seja possível aprofundar as questões legais e os entendimentos atuais a respeito da rede de proteção à criança e ao adolescente, conforme sugestão de ementa que segue no item 6.1.

E por fim, proponho o acréscimo de um componente na matriz curricular do Curso de Policiamento Comunitário Escolar da PMBA, que verse exclusivamente a respeito do fenômeno da violência que pode permear o ambiente escolar (cuja sugestão de ementa segue no item 6.2). Discutindo os possíveis autores, as prováveis causas, as tipologias existentes e os indícios de que algum membro da comunidade escolar possa estar sendo afetado silenciosamente por algum tipo de violência.

6.1 COMPONENTE CURRICULAR 1: Limites da Atuação Policial nas Escolas a partir do ECA

Carga horária: 10h

Ementa: Conhecendo a concepção de criança e adolescente. Adolescência: momento de vulnerabilidade. Principais instrumentos normativos de defesa da criança e do adolescente em âmbito nacional e internacional. O ECA e o sistema de garantias. Adolescente em conflito com a lei. A inimputabilidade penal e o ECA. Mecanismos legais que podem ser submetidos os adolescentes em conflito com a lei. Flagrante. Órgãos de defesa e a rede de proteção social. Prevenção e proteção da criança e do adolescente. Como proteger vítimas e agressores.

Objetivo Geral: Proporcionar aos cursistas conhecer os direitos da criança e adolescente que são resguardados pelo ECA, bem como entender como deve funcionar e qual o papel da polícia nesta rede de proteção social.

Ao final deste módulo o policial deverá estar apto a lidar com crianças e adolescentes infratores e/ou em situação de vulnerabilidade, bem como para realizar um trabalho nas escolas que esteja em consonância com o que prevê o Estatuto da Criança Adolescente.

Bibliografia Recomendada:

SENASP/MJ. *Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e Adolescente*. Brasília: 2009. 54 p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 150.227/DF. Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima. Quinta Turma. Brasília, DF, 23 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 94193/PE. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. Segunda Turma. Brasília, DF, 09 de dezembro de 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante n. 11. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Desafios e perspectivas do trabalho em rede de proteção social. In: Apresentação da Diretoria da Fundação Criança, em 13 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.fundacaocrianca.org.br/downloads/textos_teoricos/Relacao_entre_rede_e_cultura.pdf>.

6.2 - COMPONENTE CURRICULAR 2: Compreendendo o Fenômeno da Violência nas Escolas

Carga horária: 10h

Ementa: Violência ou violências nas escolas. Violência Estrutural. Violência Simbólica ou Institucional. Variações da violência Interpessoal: física e não física. O alastramento do *Bullying* e o *Cyberbullying*: conhecendo o fenômeno e suas especificidades. Sinais da Violência Sexual. A violência contra o patrimônio e a Instituição Escolar. O uso de armas e o tráfico de drogas. Quem são os praticantes da violência? Dados da violência escolar no Brasil.

Objetivo Geral: Proporcionar aos cursistas compreender o fenômeno da violência que afeta às escolas, sabendo diferenciar os tipos existentes e as especificidades que envolvem cada um.

Ao final deste módulo o policial deverá estar apto a lidar com situações que envolvam a identificação dos tipos de violência que podem se apresentar no ambiente escolar.

Bibliografia Recomendada:

ABRAMOVAY, Miriam; RUAS, Maria das Graças. **Violência nas Escolas:** Versão Resumida. Brasília: Unesco, 2002. 88 p.

ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. *Avaliação das concepções da violência no espaço escolar e mediação de conflitos*. 2009. 190 f. Tese (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

BASTOS; SANTANA; SANTOS. *Violência na Escola: grito e silêncio*. Salvador: Edufba, 2010. 172 p.

LORENZI, Gisella Werneck et al. **Bullying Escolar no Brasil:** Relatório Final. São Paulo: Ceats, 2010. 108 p.

SCUSSEL, Renato Rodovalho et al. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. 2016. Disponível em:

<<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/glossarios-e-cartilhas/violenciaSexual.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. Violência na Escola: segurança pública na busca pelos direitos humanos. In: VIII - ENCONTRO DA ANDHEP - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 8., 2014, Cidade. **Anais...** . São Paulo: Viii Andhep, 2014. p. 01 – 20

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, p.87-103, 2001. Semestral.

ANEXO 1 – PROJETO DO CURSO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO
OPERAÇÃO RONDA ESCOLAR

**DOCUMENTO**

Currículo nº 003/2015

ASSUNTO

Curso de Policiamento
Comunitário Escolar

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento detalha o Curso de Policiamento Comunitário Escolar para os Agentes de Segurança Humana da Bahia e coirmãs, a ser realizado pela Operação Ronda Escolar, criado através do decreto nº. IEP/1- 056/2000, publicado no BG/O nº121 de 21/06/2000, tendo o Comando de Policiamento Especializado como unidade executora.

2. JUSTIFICATIVA

A Polícia Militar da Bahia realiza o policiamento ostensivo fardado com vistas à preservação da Ordem Pública. Sua ação é tipicamente preventiva, ou seja, atua no sentido de evitar que ocorra o delito. E para garantir a segurança dos Estabelecimentos de Ensino e das Comunidades Escolares, surge a Operação Ronda Escolar, fruto do Decreto Estadual 11.216/2009 de 18/09/08 que criou o Programa de Melhoria de Segurança nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino no município de Salvador, e em municípios do interior do Estado com mais de 100.000 habitantes, tal Decreto, decorreu o Convênio de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, tendo a PMBA como Interviente. Como o convênio não vinha atendendo ao quanto estabelecido originariamente, seu plano de trabalho foi modificado para se enquadrar a real situação, atendendo a partir de então apenas Salvador, Lauro de Freitas e o distrito de Abrantes. Entre outras atribuições, a Ronda Escolar é responsável pela Intensificação do policiamento comunitário escolar, por meio de rondas nos estabelecimentos de ensino da rede publica estadual e no seu entorno, com escopo de aumentar a sensação de segurança à comunidade escolar, primando sempre pelo estrito cumprimento das prescrições constantes no Estatuto da criança e do adolescente.

Em todo o ano de 2015, a Operação Ronda Escolar, atendeu presencialmente às solicitações das escolas (diretores/professores/funcionários/alunos/pais) nos casos de perturbação à ordem pública que exija atuação policial, procurando mediar conflitos e oferecer uma solução, preferencialmente, amigável, considerando o caráter peculiar da comunidade escolar. A Operação Ronda Escolar realizou mais de 12000 (doze mil)

intercorrências em escolas. A exemplo dessas atuações podemos citar as diversas palestras de cunho preventivo, as mediações de conflitos escolares, bem como, as visitas orientadas nas quais o efetivo da Operação Ronda Escolar, oferece suporte especializado para a segurança escolar. Além disso, essas ações são todas registradas para fins de planejamento, análise e controle estatístico.

São atribuições da Operação Ronda Escolar:

- a) Desenvolver o policiamento comunitário escolar voltado à segurança dos estabelecimentos de ensino, em Salvador e Lauro de Freitas, visando satisfazer as necessidades de segurança da comunidade escolar, de forma a garantir um nível aceitável de segurança;
- b) Consolidar a realização do policiamento comunitário escolar nos estabelecimentos de ensino por meio de ações preventivas e/ou repressivas em seus perímetros escolares de segurança. Por Perímetro Escolar de Segurança entende-se a área adjacente aos estabelecimentos de ensino da rede pública que tem prioridade especial nas ações de prevenção e repressão policial, objetivando garantir a tranquilidade à comunidade escolar;
- c) No desempenho da garantia das necessidades de segurança nos estabelecimentos de ensino, em especial ao público de crianças e adolescentes, primar pelo estrito cumprimento das prescrições constantes no ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e PACTOS os quais nosso País é signatário;
- d) Inibir crimes e atos infracionais mediante rol de atividades preventivas: ação de presença; visitas orientadas; palestras; mediação de conflitos escolares; seminários, apresentação de peça teatral; participação de reunião de pais, mestres e comunidade local; intermediação para inserção do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD etc.;
- e) Estreitar contato com a Secretaria de Educação, sempre que necessário, visando o intercâmbio de informações e verificando eventuais mudanças nas necessidades de segurança dos estabelecimentos de ensino, coletando dados que possam ser úteis ao planejamento do policiamento;
- f) Estabelecer intercâmbio de dados e /ou informações com os respectivos Comandantes de OPMs (Batalhões e Companhias) que tenham responsabilidade territorial sobre o Estabelecimento de Ensino que enseje

atuação integrada/conjunta, tendo em vista o caráter específico, todavia, subsidiário e complementar da Ronda Escolar;

- g) Avaliar as instalações dos estabelecimentos de ensino quanto à segurança que elas proporcionam ou não, com sugestões de aprimoramento ou adaptações;
- h) Coletar informações junto à comunidade estudantil (diretores, professores, funcionários e alunos) visando diagnosticar e estabelecer procedimentos que colaborem com o planejamento da segurança no ambiente escolar;
- i) Atender aos chamados das escolas com apoio presencial, sempre que solicitada por diretores, professores, alunos, funcionários e comunidade local em caso de ameaça à ordem pública que exija atuação policial, procurando, sempre que possível, mediar conflitos e oferecer uma solução, preferencialmente, amigável, levando-se em consideração o caráter peculiar dos estudantes como sendo pessoas em desenvolvimento;
- j) Conduzir, conforme for e se necessário, ao Conselho Tutelar, à DERCA e a Delegacia de Atendimento ao Infrator (DAI) os menores e adolescentes em conflito com a lei, bem como para as Delegacias Territoriais e/ou Delegacias Especializadas as pessoas maiores de 18 anos, nos casos em que tal medida for necessária;
- k) Registrar, para fins de planejamento, análise, controle e estatística, em banco de dados, os dados dos fatos anotados no ROP (Registro de Ocorrências Policiais).

A fórmula para que essas atribuições se realizem necessário se faz o desenvolvimento da CAPACITAÇÃO com QUALIFICAÇÃO para que a promoção de uma cultura de segurança de bem-estar e paz se constitua como uma estratégia prioritária nas escolas, por meio de ações inerentes ao policiamento comunitário escolar. Por isso, julgamos ser de extrema importância para a formação dos profissionais que atuam na área de segurança pública, pois serão contemplados com os procedimentos adotados pelos principais órgãos governamentais que compõem o sistema de proteção das escolas, bem como a tipificação de crimes, contravenções e atos infracionais que possam ocorrer no ambiente escolar.

No tocante a Operação Ronda Escolar, verificam-se, atualmente, outros tantos motivos que anseiam capacitação e qualificação do recurso humano disponível nesta especializada. É notório que ao longo de anos, mais especificamente desde a criação da Ronda Escolar os cursos que abrangem esta modalidade de policiamento são ofertados, conforme os objetivos propostos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, a qual, através dos seus cursos à distância, tornou-se uma ferramenta indispensável para a Polícia Militar da Bahia, tanto na formação continuada, como nos cursos de aperfeiçoamento e especialização dos seus profissionais de segurança pública. Os cursos promovidos pela SENASP promovem uma evolução na maneira de fazer Segurança Pública, viabilizando o acesso independentemente de limitações geográficas e temporais por permitir que o aluno não esteja presente fisicamente em sala de aula, além de oportunizar a divulgação e padronização dos conhecimentos técnicos e profissionais ,voltados à atividade policial-militar, com redução de custos, otimização do tempo e alcance a todos os operadores de segurança pública do Estado da Bahia. Além do estabelecimento de uma doutrina para a atividade, o policial permanece atualizado e se sente valorizado para um melhor desempenho do seu labor.

Só que no caso do Curso de Policiamento Comunitário Escolar, embora sendo o único referencial ofertado, seu conteúdo programático oscila muito em relação a nossa realidade de policiamento, o que fez nutrir o desafio de construir uma estratégia de capacitação para difundir no âmbito da corporação uma doutrina de polícia de proximidade, inovando as práticas da organização e contribuindo para a capacitação, qualificação e formação dos operadores de segurança pública pelo viés de Polícia Comunitária.

A ausência dessa doutrina corroborou para que o efetivo empregado na Ronda Escolar viesse atuando em desacordo as diversas modalidades de policiamento. Este largo lapso temporal de falta de capacitação e qualificação, — quase 16 anos —, em conjunto com a renovação do efetivo, após anos de valorosos serviços dedicados à Corporação, coadunaram com a formação de um novo quadro no tocante ao recurso humano desta Operação. Hoje, temos um efetivo flutuante, em sua maioria neófito, oriundos de diversas unidades distintas, que não tiveram em seu processo de formação a doutrina específica do

policiamento comunitário escolar. Dessa forma, esta falta de doutrina atinente a nossa realidade, causou um mescla de procedimentos na modalidade de policiamento, prejudicando a eficiência e eficácia no cumprimento dos objetivos das mais variadas missões.

Além desse quadro acima apresentado, tem-se um efetivo que destoa totalmente da especificidade e especialidade da operação, pois da totalidade de seus integrantes, atinge-se, apenas, aproximadamente 50% que possuem todas as especificações técnicas, ou seja, são capacitados com cursos específicos na área de Policiamento Comunitário Escolar, Direitos Humanos, Mediação de Conflitos e outros.

A não capacitação traz grande prejuízo aos serviços extraordinários e especiais. Primeiramente, os policiais atuais sentem-se bastante inseguros ao conduzir uma ocorrência de mote escolar, pelos diversos motivos já apresentados e, por não possuírem conhecimentos técnicos específicos, acabam, por devido à falta destes, trazendo transtornos no âmbito administrativo e operacional,

3. DESTINAÇÃO

O curso destina-se aos Agentes de Segurança Humana do Estado da Bahia e Coirmãs, sendo prioritariamente voltado aos que servem nesta especializada ou que trabalhem com policiamento comunitário, a fim de capacitá-los a coordenar as mais diversas atividades de prevenção e enfrentamento da violência no ambiente escolar e no seu entorno, aumentando e garantindo a segurança do cidadão.

Requisitos:

- 1) Agentes que tenham uma inclinação para atividade proposta;
- 2) Que não esteja respondendo Processo Administrativo;
- 3) Ser aprovado em exames médicos e físicos, conforme Portaria do Cmdº Geral, referente à seleção para cursos.

4. OBJETIVO

Oferecer conhecimentos, experiências e habilidades que capacitem o agente de segurança humana a coordenar e executar as mais diversas tarefas e atividades operacionais e administrativas de policiamento comunitário escolar, que por si só, apresentam características que proporcionam uma nova parceria com a comunidade escolar e os órgãos de segurança humana, baseando-se na premissa de que tanto esses órgãos quanto a comunidade devem estar de mãos unidas para identificar, priorizar e resolver problemas do ambiente escolar e em seu entorno.

Todo esse contexto deverá ser permeado da internalização dos valores doutrinários, especializando os instruídos para atuar no planejamento e execução de ações junto à comunidade, congregando todos os componentes do ambiente escolar a contribuir para a segurança local. Por fim, os instruídos deverão estar capacitados com conhecimentos que os possibilitem a atuar como multiplicadores e monitores nos seus locais de trabalho.

5. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada será a de educação para resolução de problemas, assim as instruções terão prioritariamente aulas teóricas em sala de aula, com atividades práticas, quando aplicáveis, através de técnicas e métodos individualizados e em grupo, com simulações de situações reais, visando alcançar os objetivos propostos para o curso.

A abordagem dos conteúdos contemplará obrigatoriamente a dimensão de polícia de proximidade, oferecendo um programa de atividades, bem como as técnicas e procedimentos que serão utilizados no desenvolvimento dos componentes curriculares e atividades que contribuem para o aprimoramento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes dos alunos, predominando, eminentemente a construção de conceitos e a instrumentalização e sensibilização.

a) ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Auto estudo;
- Pesquisa bibliográfica;
- Estudo dirigido;

- Exercício Individual;
- Trabalho de Grupo;
- Discussão dirigida;
- Aulas expositivas;
- Aulas práticas;
- Demonstração.

b) RECURSOS DIDÁTICOS

- Projetor Multimídia;
- Computador;
- Quadro branco;
- Filme/documentário;
- Acervo bibliográfico;
- Flip Chart;
- Cartolinas;
- Papel metro;
- Pincel atômico.

6. CARGA HORÁRIA

A carga horária é de 130 (cento e trinta) horas/aula, envolvendo as aulas teóricas e atividades práticas, cada tempo de aula terá a duração de 45 (quarenta e cinco) minutos.

7. QUADRO DE COMPONENTES E ATIVIDADES

a. QUADRO DE COMPONENTES E ATIVIDADES

Seq.	Conteúdo Programático	Horas-aula
01	Legislação e Procedimentos Operacionais Aplicados ao Policiamento Comunitário Escolar	15

02	Características do Policiamento nas Escolas	10
03	Composição e Competência dos Órgãos do Sistema de Segurança Escolar	10
04	Estratégias Inovadoras no Enfrentamento da Violência no Ambiente Escolar	10
05	Relações Interpessoais	10
06	Direitos Humanos	10
07	Mediação de Conflitos e Mobilização Comunitária no Ambiente Escolar	15
08	Gestão pela Qualidade na Segurança Pública	10
09	Gestão de Projetos no Ambiente Escolar	10
10	Avaliação	05
TOTAL = 130 HORAS/AULA		

b. EMENTÁRIO

LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS APLICADOS AO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS

1 - OBJETIVO PARTICULAR DO COMPONENTE NO CURSO:

Desenvolver e apresentar noções introdutórias sobre os Aspectos Jurídicos aplicados a abordagem Policial, legalidade, pactos internacionais, fundamentação, imputação de responsabilidade, entendimento da polícia como instrumento de poder e estabelecimento dos conceitos importantes para a atuação policial nas ocorrências,

buscando a ligação entre os assuntos e as experiências vivenciadas no cotidiano policial.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA:

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Fundamentos da abordagem e técnicas de revista.	Dotar o instruendo de conhecimentos técnicos da abordagem policial.	03
Poder de Polícia (Código Tributário Nacional) – Uso Diferenciado da Força (Código de Processo Penal)	Conhecer a legislação pertinente para a atividade policial, tendo exatas e sucintas noções acerca dos direitos e deveres do policial e do cidadão perante o arcabouço jurídico.	03
Leis Especiais (lei de tóxicos e entorpecentes, crime contra a dignidade sexual e lei de abuso de autoridade e ECA).	Conhecer os procedimentos sobre as ações de polícia frente às Leis Especiais, não somente sob o prisma jurídico, mas do ponto de vista social.	04
O Conhecimento legal indispensável nas ocorrências em ambiente escolar e outros.	Proceder a aplicabilidade dos requisitos básicos e as providência nos locais de delitos.	03
A ação da Polícia frente às greves e manifestações.	Apresentar as legislações atinentes e os procedimentos a serem adotados para mediação, intervenção, condução, ambos pautados no bom senso e no diálogo.	02
		15

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo aula expositiva discussão em grupo e prática coletiva.

CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO NAS ESCOLAS

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DO COMPONENTE NO CURSO:

Propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno:

- Desenvolver a estratégia de Polícia Comunitária, através do Policiamento Comunitário Escolar, possibilitando a reaproximação cidadã entre polícia e a comunidade para formar ambientes escolares autossustentáveis em segurança, fortes na prevenção do crime e aptos para elaboração de práticas legítimas de segurança.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA.

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
PCE – Características, conceito e objetivo.	- Apresentar o PCE, como é realizado, elencando os fatores que contribuem para a eficiência do policiamento.	05
Comunidade Escolar como foco do PCE.	- Saber como é composta a comunidade escolar, o pensar do trabalho de policiamento comunitário, as questões de segurança e a prática sócio-educacional.	02
Processos de utilização do PCE.	- Compreender a postura necessária e as ações que devem ser priorizadas pelo profissional de segurança pública envolvido no mister da segurança escolar.	03
		10

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo demonstração individual e coletiva

**COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE
SEGURANÇA ESCOLAR**

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DO COMPONENTE NO CURSO:

Propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno:

- Possibilitar que o instruendo seja capaz não somente de identificar o papel de cada órgão componente da rede de proteção escolar com suas características e peculiaridades, como também de saber a quem e como encaminhar as ocorrências que possam acontecer no ambiente escolar.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA.

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
O Sistema de Segurança Escolar: Vara da Infância e da Juventude; Ministério Público; Conselho Tutelar; Conselhos Comunitários de Segurança Escolar; Eventos que influenciam na segurança do ambiente escolar.	- Listar a composição e as competências dos diversos órgãos que compõem o sistema de segurança escolar e o trabalho em rede.	03
Atribuições dos órgãos do Sistema de Segurança Escolar	- Identificar o papel de cada órgão componente da rede de proteção escolar.	03
Procedimentos em ocorrências	- Saber a quem e como encaminhar as ocorrências que possam sobrevir no ambiente escolar.	02
O Policial Pedagogo da Cidadania no ambiente escolar.	- Ser um profissional de segurança pública consciente das ações corretas que devam ser adotadas nos casos de ocorrência dentro do ambiente escolar.	02
		10

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo aula expositiva, palestra, estudo orientado em equipe e prática coletiva.

ESTRATÉGIAS INOVADORAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

CARGA/HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DO COMPONENTE NO CURSO

Propor experiências de ensino e aprendizagem que propiciem ao aluno:

- Conhecer as estratégias utilizadas para perfeita condução dos conflitos deflagrados no ambiente escolar;
- Conhecer as principais deficiências institucionais dos órgãos envolvidos na rede de proteção escolar;
- Trabalhar as principais ações garantidoras da segurança escolar;
- Listar os diferentes tipos de violência ocorridos no ambiente escolar e suas causas;
- Definir claramente os hábitos escolares e o sentimento da necessidade de cultuá-los;
- Analisar o contexto da cidadania, observando seus direitos e obrigações em relação à segurança nas escolas e à promoção da cultura de paz.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA:

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Apresentação do componente e das estratégias de mudança para escolas e órgãos de segurança nas ações de	- Comportamentos esperados do agente de segurança humana para assegurar as melhores formas de resolução e solução par os problemas escolares.	03

enfrentamento das violências nas escolas.		
A competência administrativa da escola e dos órgãos de segurança escolar.	- Distinguir as competências da escola e dos órgãos de segurança nas ações de enfrentamento da violência na escola, elencando os processos de mudança, as atitudes, valores e comportamentos que desenvolvem a auto-renovação.	03
A Prática de hábitos escolares.	- Comportamentos esperados no ambiente escolar, os quais o agente de segurança humana deve preconizar em suas ações preventivas no espaço de socialização que congrega principalmente crianças, adolescentes, jovens e adultos.	02
A cultura de paz e as principais ocorrências que afetam o ambiente escolar.	- Reafirmar a responsabilidade escolar na aprendizagem e vivência de valores que promovam à cidadania, como o respeito, a solidariedade, a responsabilidade, a justiça, o comprometimento com a coletividade e a não violência.	02
		10

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo aula expositiva, discussão em grupo e métodos de projeto e reflexão coletiva.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO:

Propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno:

* Conhecer os aspectos pertinentes às relações interpessoais e às habilidades necessárias para lidar com estas relações no ambiente escolar.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA.

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Relações Interpessoais.	Compreender o ser humano como ser social, refletindo sobre a complexidade existente na interação humana, principalmente no ambiente escolar.	03
Conflitos interpessoais relacionados ao Policiamento Comunitário Escolar.	Conceituar conflito no âmbito escolar, compreendendo sua dinâmica e suas variáveis; Identificar os aspectos negativos relacionados ao Policiamento Comunitário Escolar, bem como os que interferem para implementação do mesmo.	04
Fatores importantes para mudanças nas Relações Interpessoais.	Reconhecer a importância de desenvolver habilidades e fortalecer atitudes para facilitar o relacionamento entre os agentes de policiamento comunitário escolar e a comunidade escolar.	03
		10

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo expositiva analisando o conhecimento prévio, questionando equívocos teórico-práticos, bem como a desconstrução/reconstrução do conhecimento, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade.

DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DO COMPONENTE NO CURSO:

Apresentar Princípios e normas internacionais que regem os direitos e garantias do cidadão que propiciem ao aluno:

- Desenvolver habilidades e competências respaldadas pelos instrumentos legais de proteção e defesa dos direitos humanos, na relação com os membros da comunidade escolar.
- Apresentar procedimentos e atitudes que valorizem os direitos humanos e a cidadania, enfatizando o respeito à pessoa e a justiça social no ambiente escolar.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA.

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Apresentação, conceito e características; As sete normas de DIDH, pertinentes à Segurança Pública; Relação entre Direitos Humanos e Estado/Polícia.	- Compreender a evolução dos direitos humanos no Brasil e no mundo, com enfoque na justiça social, liberdade, dignidade e igualdade perante as leis e aos sistemas de proteção aos direitos e garantias individuais. - Conhecer e estudar as sete Normas de Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH).	04
Compatibilidade em Direitos Humanos e eficiência policial; Compreensão e valorização das diferenças.	- Fundamentar e estimular procedimentos e atitudes que valorizem o trabalho de integração das Normas de DH, transversalizando para as ações do Policiamento Comunitário Escolar.	04
Treze reflexões sobre Polícia e Direitos Humanos.	- Apresentar a importância de uma polícia de proximidade e a importância da busca de uma cultura de cidadania. - Aplicar métodos de respiração artificial	02
		10

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo aula expositiva, integrando os conteúdos a serem desenvolvidos no núcleo temático, a partir da reflexão sobre as ações e os resultados atingidos, identificando avanços, reproduções e retrocessos.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DO COMPONENTE NO CURSO:

Propor ao aluno instrumentos metodológicos para a prevenção da violência e a construção de uma Cultura de Paz, além de estabelecer mecanismos mais amplos de desconstrução de conflitos, destinado a transformar padrões de comportamento e a estimular o convívio no ambiente escolar cooperativo, no qual os conflitos possam ser tratados sem confrontos e de modo não adversarial.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA.

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Analisar os aspectos e fatores que possibilitam compreender o paradigma das conflitualidades, presente no ambiente escolar	- Compreender a mediação comunitária escolar como ferramenta para a promoção do empoderamento, a emancipação e a pacificação social; - Caracterizar o espaço do processo de mediação comunitária escolar; - Refletir sobre o processo de capacitação dos agentes envolvidos.	04
Conflitos Interpessoais e as Relações com a Segurança escolar.	- Conhecer os aspectos relevantes e inerentes às relações humanas; - Conhecer os Meios de Resolução Pacífica de Conflitos Escolares.	04
Mediação de Conflitos Escolares, Objetivos e	- Contextualizar a Mediação de Conflitos Escolares, suas características e objetivos, bem como identificar os	04

Modelos.	métodos de resolução alternativa de disputas no ambiente escolar.	
Mobilização Comunitária Escolar.	- Analisar as definições de mobilização comunitária escolar e caracterizá-la a partir dos elementos comuns;	03
		15

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo palestras e prática coletiva.

GESTÃO PELA QUALIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DO COMPONENTE NO CURSO:

Propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno:

- Reconhecer a importância de atuar em grupos de trabalhos voltados para a solução de problemas no ambiente escolar;

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA.

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Estratégias Institucionais para o Policiamento Comunitário Escolar.	Conhecer como se define as estratégias para atingir metas, quantificando cada objetivo e a melhor maneira para enfrentar os desafios no ambiente escolar.	02
Policiamento Estratégico, Policiamento Orientado para o Problema e Polícia Comunitária.	Dotar os policiais de estratégias que possam, com o apoio das lideranças comunitárias, identificar e solucionar problemas diários da comunidade escolar.	04

Polícia Comunitária, sua gestão e o Método IARA.	Conhecer e utilizar o método IARA: Identificar os problemas vividos na comunidade escolar, Analisar as suas causas principais, Responder com ações criativas e Avaliar os seus impactos com o apoio desta comunidade.	04
		10

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

As sessões do tipo aula expositiva, integrando os conteúdos a serem desenvolvidos no núcleo temático, demonstração e prática coletiva.

GESTÃO DE PROJETOS NO AMBIENTE ESCOLAR

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

1 - OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO:

Propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno:

- Desenvolver a capacidade para entender a importância e a utilidade do gerenciamento de projetos através da assimilação dos conceitos capacitando-o a avaliar e utilizar os principais instrumentos existentes para um gerenciamento adequado de projetos no ambiente escolar.

2 - UNIDADES DIDÁTICAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS - CARGA HORÁRIA.

UNIDADE DIDÁTICA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA
Gerência de Projetos, ciclo de vida e os seus processos.	Apresentar as ferramentas básicas da administração de projetos para desenvolver projetos no ambiente escolar, bem como os conceitos de gerenciamento de projetos identificando suas fases.	04
Inicialização, elaboração e processo de planejamento de um projeto.	Capacitar os alunos a conceituar projetos e gerenciamento de projetos, constituir um projeto, planejar, executar, monitorar e controlar e encerrar um projeto seguindo as	06

	práticas do ambiente escolar.	
		10

3 - INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS:

Aulas expositivas, discussões em grupo a partir de estudos de caso. Uso de recursos áudios-visuais.

8. AVALIAÇÃO

1) A avaliação levará em consideração os seguintes aspectos fundamentais:

- Ensino propriamente dito;
- Adaptação ao serviço de Policiamento Comunitário Escolar;
- Capacidade de gerenciar as inúmeras ocorrências advindas do ambiente escolar e em seu entorno.
- O rendimento da aprendizagem será avaliado em duas etapas:
- 1ª ETAPA – Prova Escrita objetiva constando questões de todos os componentes curriculares, apresentadas pelo instrutor de cada componente realizada ao final do curso; (Avaliação terá o valor de 0 a 10 com peso 1)
- 2ª ETAPA – Oficina vivencial constando simulações e estudos de casos propostos pelos instrutores utilizando o conhecimento socializado nos componentes curriculares associado às competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos instruendos de acordo as necessidades para resolução das situações propostas. (Avaliação terá o valor de 0 a 10 com peso 2);
- O resultado final será obtido pelo media aritmética entre o somatório das duas etapas, sendo a média 6 (seis) requisito mínimo para aprovação;

- Será considerado aprovado o discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete);
- A média de aprovação será atribuída pela média ponderada entre a Verificação Especial (prática) e a Verificação Corrente (teórica);
- A Verificação Especial (prática) terá peso 2 (dois), sendo representada pela média aritmética entre as notas atribuídas nos diversos exercícios realizados durante o estágio;
- Não serão realizadas Avaliações de Verificação Final e de 2ª época, para o discente que obter média inferior aquela prevista no item 1. a);
- Será atribuído o conceito conforme tabela abaixo:

1. NOTA	Conceito
ENTRE 0,0 À 4,9	INSUFICIENTE
ENTRE 5,0 À 6,9	REGULAR
ENTRE 7,0 À 8,4	BOM
ENTRE 8,5 À 9,5	MUITO BOM
ENTRE 9,6 À 10,0	EXCEPCIONAL

- Será atribuído nota 0 (zero) à Verificação Especial (prática), prejudicada em razão de falta a aula;
- Ao discente que deixar de realizar avaliação teórica, por motivo de restrição médica, luto, núpcias, requisição ou autorização expressa do Coordenador Geral, será permitida a 2ª Chamada, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da aplicação da avaliação teórica, classificando-se automaticamente em último lugar; e
- Ao discente que deixar de realizar a 2ª Chamada da Verificação Corrente teórica, será atribuído nota 0 (zero).

2) Variações e aproximações das notas:

As notas variarão de 0 (zero) a 10 (dez) e a aproximação será feita da seguinte maneira:

I - as notas das verificações correntes (VC) com aproximação até décimos;

II - a nota final de curso (NFC) com a aproximação até milésimos.

Parágrafo único. A aproximação será feita de acordo com as seguintes normas:

I - quando o algarismo dos centésimos ou milésimos for 1, 2, 3 ou 4, será sumariamente abandonado (arredondado por falta);

II - quando o algarismo dos décimos, centésimos ou milésimos for 5, 6, 7, 8 ou 9, o valor absoluto do algarismo dos décimos ou centésimos, será acrescido de uma unidade (arredondamento por excesso).

9. APURAÇÃO DE ASSIDUIDADE

- 1) Do total da carga horária prevista para cada componente, será desligado o discente que na soma das horas-aula perdidas, ultrapassar 10% (dez por cento) da carga horária da mesma;
- 2) Não será permitido ao discente refazer exercícios práticos e a verificação corrente prática, prejudicados em razão da falta às aulas.

10. OUTROS ASPECTOS

As turmas só terão aulas no horário de instrução ou de folga, até o limite de 06 (seis) horas/aula por dia.

Com vistas ao encaminhamento ao IEP, a Coordenação do Curso deverá elaborar o plano de curso (PC) com antecedência de 10 (dez) dias antes do início do curso.

Após a conclusão do curso, a Coordenação do Curso deverá remeter ao IEP o termo de encerramento de curso (TEC) no prazo de 02 (dois) dias, enquanto que o relatório final de curso (RFC) em até 15(quinze) dias.

Os casos omissos serão solucionados pelo Diretor de Ensino e o Diretor do CFAP.

Estas Normas entrarão em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas as disposições anteriores, exceto as situações já em desenvolvimento.

11. CONDIÇÕES DE DESLIGAMENTO DO CURSO

O desligamento de aluno do Curso é responsabilidade da Coordenação do Curso que deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, comunicar o ato ao Diretor de Ensino para homologação.

O desligamento ocorrerá quando o aluno:

I - Não concluir o curso;

II - requerer o desligamento;

III - exceder o número de faltas permitidas;

IV - cometer falta disciplinar que o incompatibilize a permanecer no curso;

V - for reprovado;

VI - ingressar no MAU comportamento;

VII - incidir em incapacidade física definitiva;

VIII - Demonstrar dificuldade insuperável ou de difícil superação na realização dos exercícios, o que contra-indique seu prosseguimento no curso, por representar, na avaliação do Instrutor e Coordenador Técnico, risco à sua própria integridade física ou de terceiros;

IX - falecer.

Quartel em Pernambués, 16 de dezembro de 2015.

Antonio Jorge de Oliveira **Paraíso** – Maj PM
Coordenador

C O N F E R E

Em/...../.....

Telmo Carvalho do Espírito Santo – Cap PM
Coordenador Adjunto